

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013



ÍNDICE

Relatório da Administração	Pág.
<i>Mensagem da Administração</i>	1
<i>Conjuntura Econômica</i>	2
<i>Perfil da Empresa</i>	3
<i>Relacionamento com Acionistas</i>	6
<i>Composição Acionária</i>	6
<i>Governança Corporativa</i>	6
<i>Mercado de Energia</i>	10
<i>Comercialização de Energia</i>	10
<i>Novos Negócios</i>	11
<i>Desempenho Operacional</i>	13
<i>Investimentos</i>	16
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i>	20
<i>Relacionamento com Auditores Independentes</i>	25
<i>Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</i>	25
<i>Gestão da Tecnologia da Informação</i>	26
<i>Gestão de Pessoas</i>	27
<i>Fornecedores</i>	32
<i>Relacionamento com as Comunidades</i>	33
<i>Responsabilidade Ambiental</i>	35
<i>Programa do Reassentamento de Itaparica</i>	37
<i>Cultura</i>	38
<i>Prêmios e Reconhecimentos</i>	39
<i>Informações de Natureza Social e Ambiental</i>	39
 Demonstrações Financeiras	
 <i>Balanço Patrimonial</i>	
<i>Ativo</i>	42
<i>Passivo e Patrimônio Líquido</i>	43
<i>Demonstração do Resultado</i>	44
<i>Demonstração do Resultado Abrangente</i>	45
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i>	46
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa</i>	47
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>	48
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</i>	49
<i>Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal</i>	137
<i>Parecer dos Auditores Independentes</i>	138
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	141

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano em que completou 65 anos, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf segue confiante em sua capacidade de enfrentar desafios, mantendo sua trajetória de crescente evolução, com foco na sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes da Eletrobras. O Conselho de Administração e a Diretoria da Chesf manifestam a sua irrestrita confiança na competência e comprometimento de seus empregados, indispensáveis na construção de uma história de sucesso.

Em 2013, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 466,1 milhões, apesar das medidas implementadas ao longo de 2013 visando à adequação dos custos e despesas ao novo nível de receitas operacionais da Companhia a partir da renovação antecipada de suas concessões vincendas em 2015. Entre as medidas implementadas destacamos o plano de desligamento voluntário que resultou na adesão de 1.354 empregados, com o desligamento de 1.326 em 2013 e 28 a serem desligados em 2014.

Não obstante o prejuízo realizado em 2013, a Companhia deu continuidade à execução do maior programa de expansão de transmissão dos últimos 10 anos, obtendo significativo avanço. O Sistema de Transmissão foi ampliado em 255 MVA de sua capacidade de transformação, incluindo 1(uma) nova subestação, SE Arapiraca, e adicionando 4 (quatro) novos transformadores, sendo 1(um) em cada uma das seguintes subestações: Arapiraca, Teresina, São João do Piauí e Fortaleza e 370,0 km de linhas, sendo 275 km corporativamente e 95 transferidos pelos acessantes.

No ano, os investimentos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf totalizaram R\$ 1.364,9 milhões.

No segmento de Geração, a Chesf seguiu com as obras de implantação do Parque Eólico próprio, Usina de Energia Eólica (UEE) Casa Nova, de 180 MW, localizado no Estado da Bahia, com início de operação previsto para 2014. Ainda em 2013, avançaram os projetos próprios de expansão na área de Geração Eólica, com os parques das UEEs Casa Nova II e III, num total de 52 MW. A construção deverá iniciar ainda em 2014.

Ressalte-se ainda, que, por meio de participações em empreendimentos de geração, a Chesf acrescentou em 2013 um total de 1.266 MW em novos projetos, próprios e em parceria. Foram formadas 34 novas Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Destaque para a conclusão de empreendimentos, como as UEEs Pedra Branca, Sete Gamaleiras e São Pedro do Lago, assim como a entrada em operação comercial de uma unidade geradora da UHE Jirau, acumulando 123 MW equivalentes em operação através de parcerias de geração da Chesf.

A partir de 2014, a Companhia irá adicionar mais 3.203 MW equivalentes ao seu parque gerador, tanto em projetos corporativos quanto em sociedades, como as participações nas usinas hidrelétricas de Jirau, Belo Monte e Sinop. E ainda em mais 40 parques eólicos (total de 1.157 MW), próprios e em parceria, em fase de construção. A operação comercial desses empreendimentos iniciou em 2013 e segue até 2018, conforme editais dos leilões.

Com grande destaque em 2013, no cenário nacional de energia eólica, a Chesf reafirmou sua posição estratégica em favor da ampliação de sua significativa participação no mercado nacional dessa fonte. No ano, foram 35 empreendimentos exitosos nos leilões de energia, que representaram a expressiva marca de 866 MW, dos quais a Chesf detém 451 MW equivalentes.

Bastante comentada nos veículos de comunicação, figurou a notícia sobre o atraso na implantação das obras de linhas de transmissão associadas às Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). Fatos e dados já apresentados à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) demonstram que a Chesf não teve condições de construir as linhas de transmissão.

O não acatamento, pelos órgãos licenciadores, das premissas socioambientais constantes na documentação disponibilizada, assim como locações fundiárias incompatíveis com a execução dos empreendimentos da transmissão, impediram a Companhia de cumprir os cronogramas físicos pactuados. Porém as dificuldades estão sendo tratadas com bastante atenção pela Diretoria da Chesf, que vem implantando constantes melhorias nos processos de diversas áreas da Empresa.

Situando-se entre as empresas com atrasos em obras, a Companhia enfrenta restrições impostas pela Aneel para participar sozinha dos leilões de transmissão ou mesmo liderar consórcios interessados no empreendimento.

Em apoio às diretrizes e ações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEF), a Companhia desenvolve projetos e ações em

âmbito regional. Em especial, atua junto a municípios no desenvolvimento de projetos no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficientes (Procel Reluz), favorecendo ao uso mais eficiente da energia elétrica e promovendo benefícios para o turismo, o comércio e o lazer noturno, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste.

Na área de Pesquisa e Desenvolvimento + Inovação (P&D+I), o plano de investimento contemplou projetos nas áreas de Novos Materiais e Equipamentos; Planejamento, Operação, Supervisão, Controle e Proteção do Sistema; Meio Ambiente; Qualidade e Confiabilidade; Fontes Renováveis de Energia e Eficiência Energética. Destacam-se o lançamento da chamada pública "Propostas de Projetos de P&D na Área de Fontes Alternativas de Energia no Arquipélago de Fernando de Noronha" e o projeto "Central Fotovoltaica da Plataforma Solar de Petrolina".

Investindo fortemente em seu Planejamento Empresarial, a Empresa implantou a metodologia de Gestão Matricial de Custos e Despesas (GMC), que dá suporte ao Objetivo Estratégico "*Reduzir Custos e Despesas*". O método está sendo fundamental para a adequação dos custos operacionais da Companhia ao novo patamar de receita decorrente da prorrogação das concessões.

Este também foi um ano de homenagens e despedidas. Mil trezentos e vinte e seis colegas chesfianos saíram da Companhia por meio do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). O plano foi dirigido a todos os empregados que possuíam mais de 20 anos de Casa ou que já estivessem aposentados pelo INSS, por tempo de contribuição.

Foram pactuados novos indicadores e metas para o quinquênio 2013-2017, referente ao Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE). Este documento estabelece os resultados a serem alcançados para maior eficiência e eficácia da Chesf e de todo o Sistema Eletrobras. Os indicadores dizem respeito aos pilares econômico-financeiro, operacional e socioambiental da Companhia. E para que a Chesf alcance seus objetivos empresariais, todo chesfiano precisa identificar seu papel nesta trajetória e acreditar que sua efetiva participação fará a diferença.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2013 foi marcado, conforme relatório de conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por uma grande volatilidade nos principais indicadores econômicos. Tal volatilidade é tida como fruto do ambiente de incertezas sócio econômicas no país, pela dúvida quanto à trajetória do câmbio devido a possíveis mudanças na política monetária americana e pelo aumento gradual da taxa Selic, atrelada à expectativa de crescimento da taxa de inflação.

Entre os indicadores que apresentaram melhor desempenho estão a taxa de desemprego, que permaneceu em 5,6%, nível mais baixo da história, e o investimento, que cresceu 6,3% em relação ao ano anterior.

A atividade econômica cresceu 1,8% no primeiro trimestre, 3,3% no segundo, 2,2% no terceiro e 1,9% no quarto, em comparação aos mesmos trimestres do ano anterior. Essas taxas guardam relação direta com a trajetória do investimento (3,2%, 9,1%, 7,3% e 5,5%, respectivamente), o que contrabalançou a queda do consumo das famílias. Em 2012, a história aconteceu no sentido contrário: a alta do consumo não foi capaz de compensar a queda no investimento, que acabou sendo o principal responsável pelo crescimento de apenas 0,9%. No acumulado, o crescimento de 2013 fechou em 2,3%.

Se em 2012 o Banco Central foi mais tolerante visando a atenuar os efeitos da crise internacional, 2013 registrou uma reversão no direcionamento da política monetária. Orientada para mitigar o cenário interno de crescimento da inflação, para a taxa Selic foram verificadas elevações paulatinas, tendo fechado o ano em 10% a.a., um aumento de 2,75% em relação ao ano anterior, tendo a inflação fechado em 5,91%, superior a 2012.

No setor elétrico, a Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que trata da renovação antecipada das concessões de geração e transmissão de energia, cujo objetivo foi de redução dos preços da energia para os consumidores em geral, trouxe uma forte queda de receita para as empresas de geração e transmissão. Em contrapartida exigiu esforços das mesmas em reduzir seus gastos, adequando-as ao novo cenário, garantindo por outro lado a exploração dos negócios de geração e transmissão por mais 30 anos.

PERFIL DA EMPRESA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam na atividade de geração com um sistema hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual próximo a 97% da produção total. Atualmente, este parque gerador tem 10.615 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas por nove reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 56,8 bilhões de metros cúbicos de água, e uma usina térmica bicomcombustível, relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS:	-	10.268,328
Sobradinho	São Francisco	1.050,300
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400
Piloto	São Francisco	2,000
Xingó	São Francisco	3.162,000
Funil	de Contas	30,000
Pedra	de Contas	20,007
Boa Esperança	Parnaíba	237,300
Curemas	Piancó	3,520
Araras	Acaraú	4,000
TERMELÉTRICA:		346,803
Camaçari	-	346,803
TOTAL		10.615,131

Ressalte-se, ainda, que a Chesf possui participações em empreendimentos de geração, por meio de SPEs, num total de 16.659,5 MW, correspondentes a 3.094,46 MW equivalentes, conforme quadro a seguir:

SPEs	EMPREENHIMENTO	LOCAL	MW (*)	PART.	INÍCIO DE OPERAÇÃO	MW Equiv
Energética Águas da Pedra S.A.	UHE Dardanelos	Aripuanã/MT	26100	24,5%	ago/11	63,95
ESBR Participações S.A.	UHE Jirau	Porto Velho/RO	3.750,00	20,0%	abr/13	750,00
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte	Altamira/PA	11233,10	15,0%	fev/15	1684,97
Pedra Branca S.A.	UEE Pedra Branca	Sento Sé/BA	30,00	49,0%	jan/13	14,70
Sete Gameleiras S.A.	UEE Sete Gameleiras	Sento Sé/BA	30,00	49,0%	jan/13	14,70
São Pedro do Lago S.A.	UEE São Pedro do Lago	Sento Sé/BA	30,00	49,0%	jan/13	14,70
U. E. Eólica Junco I S.A.	UEE Junco I	Jijoca de Jericoacoara/CE	30,00	49,0%	jan/16	14,70
U. E. Eólica Junco II S.A.	UEE Junco II	Jijoca de Jericoacoara/CE	30,00	49,0%	jan/16	14,70
U. E. Eólica Caiçara I S.A.	UEE Caiçara I	Cruz/CE	30,00	49,0%	jan/16	14,70
U. E. Eólica Caiçara II S.A.	UEE Caiçara II	Cruz/CE	2100	49,0%	jan/16	10,29
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana IX	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	set/15	14,70
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana X	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	set/15	14,70
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana XI	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	set/15	14,70
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana XII	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	set/15	14,70
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana XIII	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	set/15	14,70
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana XV	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	set/15	14,70
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana XVI	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	set/15	14,70
Acauã Energia S.A.	UEE Acauã	Pindaí/BA	12,00	49,0%	set/15	5,88
Angical 2 Energia S.A.	UEE Angical 2	Pindaí/BA	14,00	49,0%	set/15	6,86
Arapapá Energia S.A.	UEE Arapapá	Pindaí/BA	10,00	49,0%	set/15	4,90
Caititú 2 Energia S.A.	UEE Caititú 2	Pindaí/BA	14,00	49,0%	set/15	6,86
Caititú 3 Energia S.A.	UEE Caititú 3	Pindaí/BA	14,00	49,0%	set/15	6,86
Carcará Energia S.A.	UEE Carcará	Pindaí/BA	10,00	49,0%	set/15	4,90
Corrupião 3 Energia S.A.	UEE Corrupião 3	Pindaí/BA	14,00	49,0%	set/15	6,86
Teiú 2 Energia S.A.	UEE Teiú 2	Pindaí/BA	14,00	49,0%	set/15	6,86
Baraúnas I S.A.	UEE Baraúnas I	Sento Sé/BA	29,70	49,0%	set/15	14,55
Mussambê S.A.	UEE Mussambê	Sento Sé/BA	29,70	49,0%	set/15	14,55
Morro Branco I S.A.	UEE Morro Branco I	Sento Sé/BA	29,70	49,0%	set/15	14,55
Consórcio Energético SINOP S.A.	UHE Sinop	Sinop/MT	400,00	24,5%	jan/13	98,00
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana I	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana III	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana IV	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana V	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santa Joana VII	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	UEE Ventos de Santo Augusto IV	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Serra das Vacas I S.A.	UEE Serra das Vacas I	Saloá/PE	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Serra das Vacas II S.A.	UEE Serra das Vacas II	Saloá/PE	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Serra das Vacas III S.A.	UEE Serra das Vacas III	Saloá/PE	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Serra das Vacas IV S.A.	UEE Serra das Vacas IV	Saloá/PE	30,00	49,0%	jan/16	14,70
Coqueirinho 2 Energia S.A.	UEE Coqueirinho 2	Pindaí/BA	20,00	49,0%	jan/16	9,80
Papagaio Energia S.A.	UEE Papagaio	Pindaí/BA	18,00	49,0%	jan/16	8,82
Banda de Couro S.A.	UEE Banda de Couro	Sento Sé/BA	29,70	49,0%	mai/13	14,55
Baraúnas II S.A.	UEE Baraúnas II	Sento Sé/BA	2160	49,0%	mai/13	10,58
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	UEE Tamanduá Mirim 2	Pindaí/BA	24,00	49,0%	mai/13	11,76
Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs			16.659,50			3.094,46
(*) Em algumas SPEs pode haver ajuste na potência total instalada.						
Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.644,1 MW						
Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 1.015,4 MW						

As operações da Companhia contam, na atividade de transmissão, com um sistema composto por 19.344 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.204 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 13.349 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 791 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores; 111 subestações (considerando-se neste total as subestações de Sapeaçu e Brumado) e 513 transformadores em operação em níveis de tensão superiores a 69 kV (incluindo trafos reguladores), totalizando uma capacidade de transformação de 46.691 MVA, e ainda, 181 estações de telecomunicações suportadas em 6.700 km de cabos de fibra óptica do tipo OPGW e 1.700 km de rotas formadas por radioenlaces digitais.

O total de 19.344 km de linhas de transmissão é fruto do acréscimo de 352 km de novas linhas entregues para O&M e 18 km devido a ajuste no valor total informado no ano anterior.

A Chesf também possui participações em empreendimentos de transmissão, por meio de SPE, de aproximadamente 1.591,3 km, conforme quadro a seguir:

Empresa	LT	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Extensão (Equiv.)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Teresina II/Fortaleza II	CD	500	327,0	160,2
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Sobral III/Fortaleza II	CD	500	219,0	107,3
TOTAL				546,0	267,5
Integração Transmissora de Energia S.A.	Colinas/Miracema	CS	500	173,0	20,8
Integração Transmissora de Energia S.A.	Miracema/Gurupi	CS	500	255,0	30,6
Integração Transmissora de Energia S.A.	Gurupi/Peixe II	CS	500	72,0	8,6
Integração Transmissora de Energia S.A.	Peixe II/Serra da Mesa II	CS	500	195,0	23,4
TOTAL				695,0	83,4
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Oriximiná/Silves	CD	500	335,0	65,3
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Silves/Lechuga	CD	500	224,0	43,7
TOTAL				559,0	109,0
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Porto Velho/Araraquara II	CS	600	2.375,0	581,9
TOTAL				2.375,0	581,9
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	São Luiz II/São Luiz III	CS	230	36,0	17,6
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Secc. Sobral III/Fortaleza II C1/C2	CS	230	120,0	58,8
TOTAL				156,0	76,4
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Luiz Gonzaga/Garanhuns	CS	500	224,0	109,8
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Garanhuns/Pau Ferro	CS	500	239,0	117,1
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Garanhuns/Campina Grande III	CS	500	190,0	93,1
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Garanhuns/Angelim	CS	230	13,0	6,4
TOTAL				666,0	326,3
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	Ceará Mirim/João Câmara II	CS	500	64,0	31,4
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	Ceará Mirim/Campina Grande III	CS	500	201,0	98,5
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	Ceará Mirim/Extremoz II	CS	230	26,0	12,7
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	Campina Grande III/Campina Grande II	CS	230	8,5	4,2
TOTAL				299,5	146,8
Total LTs em operação - SPE				4.175,0	1.041,8
Total LTs em construção - SPE				1.121,5	549,5
Total Geral				5.296,5	1.591,3

RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.gov.br, link “Relações com Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, correio padrão, presencial e endereçamento eletrônico.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 9.753,9 milhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,5781% pertencem à Eletrobras, 0,3467% ao Ministério da Fazenda, 0,0154% à Light, e 0,0598% a outros acionistas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Administração

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na lei e no seu Estatuto Social, e por uma Diretoria Executiva.

É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da administração da Chesf, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas, e os da Diretoria Executiva, acionistas ou não.

O Conselho de Administração é integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Estatutariamente, em 2011, a Assembleia de Acionistas aprovou que um dos membros do Conselho de Administração seja indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. A primeira eleição ocorreu no ano de 2012 e o empregado eleito membro do Conselho de Administração tomou posse na AGO de 2012.

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e até cinco Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. O Diretor-Presidente é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo acumular a função de Presidente deste Conselho.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

Gestão da Ética

A Chesf adota o Código de Ética Único do Sistema Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes, e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Empresa, bem como no relacionamento dos seus colaboradores com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos. O Código de Ética é distribuído a todos os empregados no momento da admissão, e suas principais normas e princípios são reforçados em palestra específica durante a integração, que também aborda aspectos da política para a “Promoção do Respeito, Prevenção e Enfrentamento da Violência e do Assédio Moral no Trabalho”, vigente na Empresa desde janeiro de 2013.

A Comissão de Ética tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, através de ações educativas, e a apuração de denúncias de infração ética. Em 2013, foram abertos e

analisados 13 processos pelos membros da Comissão de Ética, e realizadas 04 palestras de disseminação do Código de Ética para novos empregados.

A Comissão de Ética da Chesf também participa ativamente das reuniões mensais do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, evento que contribui para aprimorar a atuação da Comissão, através da troca de experiências e divulgação de melhoras práticas. Em junho de 2013, a Chesf sediou a reunião do Fórum, o que foi muito importante para reforçar junto ao seu público interno a importância e valorização dada ao tema pela Direção da Companhia.

Ouvidoria

A Ouvidoria, atuando há cinco anos, tem se consolidado como um canal de diálogo com os públicos de relacionamento da Chesf, constituindo-se em significativa fonte de informação para a melhoria de processos organizacionais, seja sob o aspecto técnico-administrativo, ou sob o ponto de vista dos padrões éticos.

A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, vigente a partir de 16.05.2012, que regulamentou o acesso à informação, assegurando a qualquer cidadão demandar informações de interesse particular ou coletivo. Os serviços decorrentes da LAI possuem regras, procedimentos e prazos legais específicos para a divulgação de informações e para atendimento às demandas dos cidadãos e são acompanhados pela Controladoria Geral da União - CGU.

No que se refere à Ouvidoria, em seus cinco anos de atividade, foram registradas 6.518 manifestações, das quais, 1.013 foram relativas ao ano de 2013. Quanto à LAI, a partir de sua vigência em maio/2012, 188 requerimentos de informação foram encaminhados à Chesf, dos quais 130, no exercício de 2013.

As respostas às demandas da Ouvidoria foram enviadas no prazo médio de oito dias e, portanto, dentro do parâmetro estabelecido pela Empresa para atendimento às manifestações, que é de 15 dias.

Os requerimentos de informações com base na LAI foram todos respondidos respeitando-se o prazo legal, que é de 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa.

Nessas duas instâncias, a expressiva maioria das demandas provém do público externo.

Na Ouvidoria, os temas mais recorrentes, no período, foram aqueles ligados à área de Recursos Humanos (47%), envolvendo solicitações de informações sobre concurso público e sobre o efetivo da Companhia em determinados cargos que foram objeto do concurso. No que se refere ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, foi observada a mesma tendência de requerimento de informações relacionadas aos mesmos temas de Recursos Humanos (72%).

A qualidade dos serviços prestados pela Ouvidoria e pelo SIC aos diversos públicos usuários desses canais está intrinsecamente relacionada à atuação em parceria com todas as áreas envolvidas da Companhia, buscando-se agilidade e clareza nas respostas, contribuindo, juntos, para disseminar uma imagem positiva da organização.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Chesf, vinculada ao Conselho de Administração, está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os controles e as operações da Companhia. O planejamento das atividades da Auditoria Interna, consubstanciado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração. A Auditoria Interna da Chesf se restringe à execução de suas atividades típicas, com o objetivo de evitar o desvio de funções e de preservar sua isenção e imparcialidade.

Sustentabilidade Empresarial

Em 2013, a Companhia deu continuidade às ações de sustentabilidade empresarial buscando soluções criativas para atender à necessidade de redução de seus custos. Neste sentido, o Relatório Anual de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes mundiais da Global Reporting Initiative (GRI), foi desenvolvido e divulgado apenas na versão *on line* (http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/RAO2012/port/index.htm) mantendo o grau de aplicação no nível B autodeclarado e examinado pela GRI (GRI checked). Uma versão resumida em papel foi distribuída com todos os seus empregados. Em 2013, foram também realizadas palestras sobre sustentabilidade, para os novos gerentes e empregados, por meio da própria equipe.

A Companhia manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso (COP), aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, e ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

A Chesf, como integrante do Núcleo de Coordenadores do Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras, participou ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da holding e para as respostas aos questionários do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Em 2013, a Eletrobras foi listada no Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index e a Chesf obteve pontuação superior ao ano anterior nas quatro Dimensões a que responde no ISE (econômico-financeiro, social, ambiental e mudanças climáticas).

Gestão de Riscos e Controles Internos

A Chesf vem desenvolvendo e implementando uma política de Gestão de Riscos Corporativos, coordenada pela Eletrobras, que considera as diversas naturezas de riscos – fatores aos quais a Companhia está exposta e que podem causar impactos significativos nos resultados corporativos. Continuamente aprimorado, o Modelo de Gestão de Riscos é um mecanismo essencial à adequada identificação, monitoramento e tratamento dos riscos, bem como ao aperfeiçoamento das práticas e melhoria do ambiente de controles.

A Alta Direção da Chesf demonstra o seu comprometimento com o desenvolvimento do Modelo de Gestão de Riscos na Companhia por meio das seguintes atividades: adesão à política de gestão de riscos da Eletrobras, contínuo monitoramento da gestão de riscos na cultura da Companhia, atendimento aos requisitos legais e regulamentares do setor, definição de responsabilidades de Gestão e Riscos, disponibilização de recursos necessários e análise crítica e melhoria do Modelo de Gestão de Riscos Corporativos.

Para mitigar os riscos mapeados, a Chesf desenha e implementa controles adequados ao seu negócio e monitora constantemente seu ambiente interno, visando à prevenção de perdas, à salvaguarda de ativos e ao suporte na tomada de decisões executivas.

Anualmente, os controles internos da Chesf são revisados, auditados e certificados quanto à eficácia nos processos. Nessas certificações, com base nas demonstrações financeiras, são identificadas as contas significativas e os processos e sub-processos relacionados, de acordo com os requisitos da CVM e da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), de forma a garantir a conformidade da Eletrobras em relação a essa Lei, necessária à manutenção do registro dos *American Depositary Receipts* (ADR), nível II. O processo de certificação da SOX envolve quatro etapas:

- a) autoavaliação (revisão) dos controles internos em nível de entidade (*entity level control*), para avaliar o ambiente de governança corporativa;
- b) autoavaliação (revisão) dos controles internos de negócio (narrativas, matriz de controles e segregação de função);
- c) teste de administração (auditoria interna); e,
- d) teste de certificação (auditoria externa). Estas ações visam a assegurar a conformidade com as leis e regulamentos emanados de órgãos supervisores nacionais e estrangeiros, e a aderência às políticas e procedimentos internos da Companhia.

A Chesf oferece a seus funcionários ações específicas de capacitação, cujo objetivo é disseminar a cultura de controles internos, fazendo com que cada participante tenha condição de entender o processo e se responsabilizar por sua própria certificação. Em 2013, foram treinados mais de 100

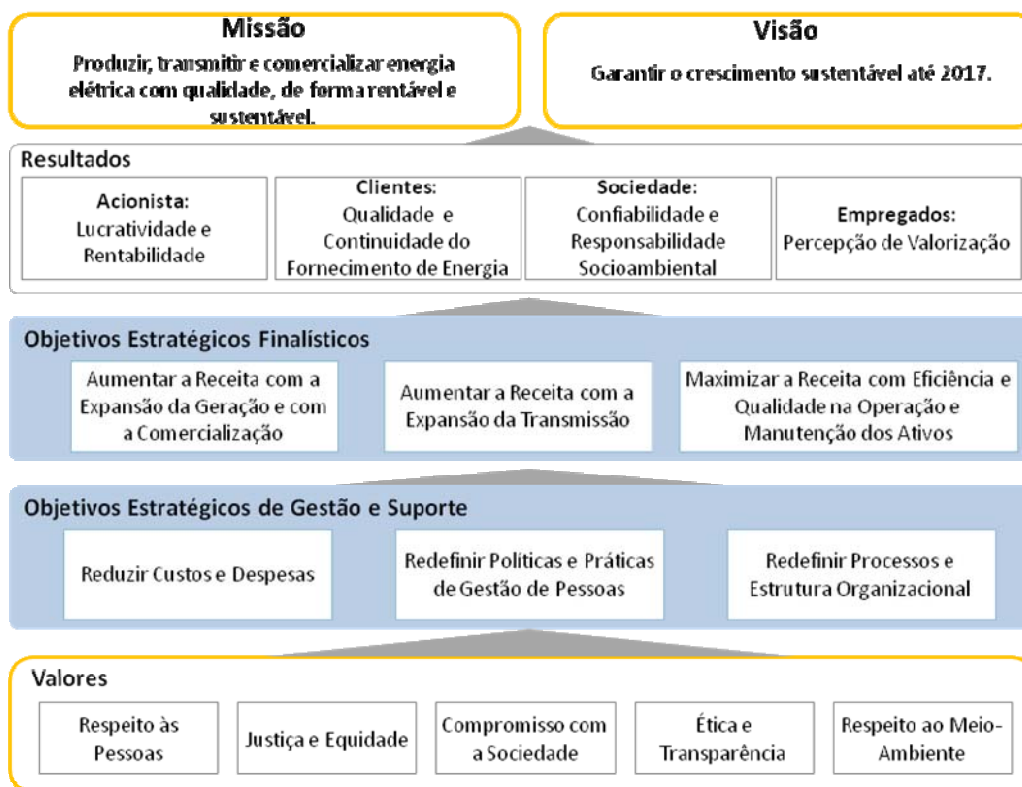
profissionais por meio de oficinas na metodologia COSO, de entendimento sobre os papéis de trabalho da SOX e suas correlações, fazendo com que cada participante se tornasse responsável pela gestão da eficácia dos seus controles e pelo amplo entendimento de sua contribuição na Chesf.

Planejamento Empresarial

Em 2013, a Chesf deu continuidade ao monitoramento da Gestão Empresarial, através de reuniões bimestrais com a Diretoria e gestores de primeiro nível, consolidando ainda mais o processo iniciado em 2012. O monitoramento teve foco no desempenho dos indicadores de cada Objetivo Estratégico, possibilitando a adoção de ações corretivas sempre que foram encontrados desvios entre os resultados previstos e realizados. As reuniões foram transmitidas pela intranet para todos os empregados, contribuindo para aumentar o envolvimento e o entendimento de todos quanto aos principais desafios enfrentados pela organização.

O Mapa Estratégico Chesf 2013-2017, apresentado abaixo, foi aprovado em dezembro de 2012, após o processo de realinhamento estratégico decorrente da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, e teve o seu desdobramento iniciado em 2013. Os indicadores pertinentes às unidades regionais da Chesf também foram desdobrados, e serão acompanhados a partir de 2014.

MAPA ESTRATÉGICO CHESF 2013-2017



Destaca-se, em 2013, a implantação da metodologia de Gestão Matricial de Custos e Despesas - GMC, que dá suporte ao Objetivo Estratégico "Reduzir Custos e Despesas", e que está sendo muito importante para a adequação dos custos operacionais da Companhia ao novo patamar de receita decorrente da prorrogação das concessões. Foi elaborada uma matriz de contas gerenciáveis, com a designação de um gestor para cada conta, responsável por fazer análises para otimização dos gastos, a partir de uma visão horizontal do comportamento das contas em toda a organização. A atuação dos gestores de contas, somada à visão tradicional dos gestores de área, permitiu a identificação de oportunidades de redução de custos e o melhor controle das metas orçamentárias.

Em 2014, o processo de gestão de custos terá continuidade, e o desdobramento dos Objetivos Estratégicos será aprimorado e fortalecido, visando obter o alinhamento cada vez maior de todos os níveis da organização para buscar o alcance das metas propostas e enfrentar os desafios internos e externos.

MERCADO DE ENERGIA

A energia elétrica total consumida em 2013 no Brasil atingiu 463.740 GWh e representou um acréscimo de 3,5% frente ao ano de 2012. Dentre as classes de consumo, coube destaque para o desempenho da Residencial e Comercial que cresceram 6,1% e 5,7%, respectivamente, e que, juntas, representam cerca de 45% do consumo total. A classe industrial, por outro lado, apresentou pouco avanço em relação a 2012, registrou variação de apenas 0,6%. Tal desempenho reflete a fraca atividade de setores como o eletrointensivo, representado pela metalurgia e extração mineral, com retração na produção de alumínio e extração de minério de ferro, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país.

O desempenho menos expressivo no consumo industrial está relacionado à conjuntura econômica que o país tem apresentado, com a diminuição do nível de investimento, queda da produção industrial, deterioração da balança comercial, pressões inflacionárias e menor incremento do PIB.

Todavia, esse dinamismo não é observado uniformemente no país. A região Centro-Oeste, por exemplo, registrou incremento de 7,0% no consumo e atingiu os 32.858 GWh, ao passo que a Nordeste consumiu 79.827 GWh, o que representou um crescimento de 5,6% em relação a 2012. Tais variações são reflexos, entre outros aspectos, do incremento da renda familiar e do emprego, que tem sustentado o nível de atividade nessas regiões em nível acima do nacional.

Quando observado por subsistema geolétrico, o consumo do Nordeste – não incluindo o Estado do Maranhão – somou 68.813 GWh (o que equivale a 14,9% do total nacional) e registrou crescimento de 7,7% frente ao ano de 2012. Para atendimento a este subsistema, a Chesf contribui com 41,7% da energia, enquanto que o intercâmbio com os subsistemas Norte e Sudeste respondeu por 25,7% e a as outras gerações (hidrelétrica, térmica e eólica) por 32,6% (fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE).

No que tange às perspectivas do mercado, as projeções divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica, nas regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 4,1% ao ano, para o período 2013-2022. Este desempenho está sustentado pela expansão das classes comercial (5,8% a.a.), residencial (4,3% a.a.) e industrial (3,4% a.a.). No horizonte decenal a classe comercial aumenta sua participação, saindo de 18,05% em 2013 para 20,7% em 2022, enquanto que a classe residencial mesmo apresentando taxa significativa de crescimento, reduz sua participação no consumo total, passando de 27,0% em 2013 para 26,5% em 2022. O consumo da classe industrial também registra queda na sua importância relativa, variando sua participação de 39,8% em 2013 para 38,3% em 2022.

Para a carga de energia, o incremento será da ordem de 28.206 MW médios no final de 2022. Portanto, deverá crescer à taxa média de 4,2% ao ano, passando de 62.797 MW médios em 2013, para 91.003 MW médios em 2022. Dentre os subsistemas elétricos o Norte apresenta o maior crescimento (6,3% a.a.) justificado pela interligação dos sistemas Tucuruí-Macapá-Manaus e Boavista, além de entrada de grandes cargas industriais. Para o subsistema Nordeste prevê-se uma expansão média de 4,4% ao ano, com crescimento superior ao previsto para o Brasil, passando de 9.658 MW médios de 2013 para 13.870 MW médios em 2022, representando incremento de 4.212 MW médios no final do último ano.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

O ano de 2013 foi marcado por profundas mudanças no marco regulatório setorial que afetaram diretamente a comercialização de energia. Em 11/09/2012 foi editada a Medida Provisória nº 579 dispondo sobre a prorrogação das concessões de ativos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entre outros assuntos, que, posteriormente, em 11 de janeiro de 2013, foi convertida na Lei nº 12.783.

A partir da publicação dessa MP, as concessões de geração de energia hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de Setembro de 1995, puderam ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Essa nova regulamentação trouxe uma série de desdobramentos para o setor e, em particular, para a Chesf, que optou pela prorrogação das concessões de suas usinas enquadradas nessas condições. Dessa forma, a energia da Companhia encontra-se sendo comercializada parte através do regime de cotas e parte fora deste regime, que, nesse caso, pode-se dar no Ambiente de Contratação Livre - ACL e ou no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os empreendimentos de geração hidrelétrica que tiveram as suas garantias físicas alocadas por meio de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição recebem remuneração por tarifa regulada pela ANEEL.

No caso da Chesf, os empreendimentos que passaram para o regime de cotas, ou seja, as usinas de Boa Esperança, Complexo de Paulo Afonso (PA I, II, III, IV e Apolônio Sales), Funil, Luiz Gonzaga, Pedra e Xingó, Uma parcela da energia dessas usinas foi reservada para atendimento aos Consumidores Industriais do Nordeste e, mesmo assim, a Chesf passou a ter necessidade de compra de energia para atendimento aos seus compromissos.

A energia comercializada pela Chesf em 2013 atingiu o montante de 57.557 GWh, distribuído entre 23 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 46.976 GWh (81,6%) foram comercializados no regime de cotas enquanto que 10.580 GWh (18,4%) ficaram fora do regime de cotas.

Referente à parcela fora do regime de cotas, 10.408 GWh (98,4%) foram destinados ao ACL, que corresponde aos consumidores industriais livres e cativos e aos comercializadores, e 172 GWh (1,6%) ao ACR, composto apenas pela distribuidora Sulgipe.

No regime de cotas destacam-se as vendas efetuadas para as distribuidoras localizadas nos seguintes Estados: São Paulo (20,4%), Rio de Janeiro (15,3%), Minas Gerais (10,9%), Bahia (12,1%) e Pernambuco (5,8%).

Parcela significativa da energia comprada pela Chesf para atendimento aos seus compromissos foi destinada ao atendimento de 21 grandes consumidores industriais da região Nordeste.

NOVOS NEGÓCIOS

A prospecção de novos negócios é parte da estratégia da Chesf de expandir seus sistemas. Na área de Geração, a Chesf sagrou-se exitosa nos quatro leilões de energia havidos em 2013, tendo comercializado energia proveniente de 36 empreendimentos, entre corporativos e em sociedade, sendo eles:

Empreendimentos Corporativos:

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 2 parques eólicos com 52 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- Casa Nova II
- Casa Nova III

Empreendimentos em Sociedade:

No Leilão de Energia Aneel nº 06/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Sinop, a ser construída no rio Teles Pires em Mato Grosso, num total de 400 MW, cuja participação da Chesf é de 24,5%. A construção do empreendimento foi iniciada em novembro de 2013.

No Leilão de Energia Aneel nº 05/2013 (LER), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 18 parques eólicos, sendo eles:

7 parques no Estado do Piauí, com 210 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana IX
- UEE Ventos de Santa Joana X
- UEE Ventos de Santa Joana XI
- UEE Ventos de Santa Joana XII

- UEE Ventos de Santa Joana XIII
- UEE Ventos de Santa Joana XV
- UEE Ventos de Santa Joana XVI

11 parques no Estado da Bahia, com 191,1 MW:

- UEE Baraúnas I
- UEE Mussambê
- UEE Morro Branco I
- UEE Acauã
- UEE Angical 2
- UEE Arapapa
- UEE Caititu 2
- UEE Caititu 3
- UEE Carcará
- UEE Corrupião 3
- UEE Teiú 2

No Leilão de Energia Aneel nº 09/2013 (A-3), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 12 parques eólicos, sendo eles:

6 parques no Estado do Piauí, com 180 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana I
- UEE Ventos de Santa Joana III
- UEE Ventos de Santa Joana IV
- UEE Ventos de Santa Joana V
- UEE Ventos de Santa Joana VII
- UEE Ventos de Santo Augusto IV

4 parques no Estado de Pernambuco, com 120 MW:

- UEE Serra das Vacas I
- UEE Serra das Vacas II
- UEE Serra das Vacas III
- UEE Serra das Vacas IV

2 parques no Estado da Bahia, com 38 MW:

- UEE Coqueirinho 2
- UEE Papagaio

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de mais 3 parques eólicos, com 75,3 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- UEE Banda de Couro
- UEE Baraúnas II
- UEE Tamanduá Mirim 2

Ainda sobre a geração eólica, a Chesf tem em curso um plano seqüenciado de medições de vento, para o desenvolvimento de projetos eólicos, em várias áreas selecionadas no Nordeste, num total que ultrapassa os 33.000 ha, correspondendo a um potencial superior a 4.000 MW, a serem implantados via futuros leilões de venda de energia da Aneel, no ambiente regulado (ACR), ou mesmo para a venda direta no mercado livre (ACL). A Chesf busca também ampliar parcerias para viabilizar a exploração do grande potencial eólico da região.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O sistema eletroenergético da Chesf integra o Sistema Interligado Nacional – SIN e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Dada a localização de suas principais usinas, na bacia do São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e às afluências ocorridas no período úmido 2012/2013, o principal reservatório da região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no final do mês de abril de 2013, o armazenamento de 47,06% e, em 31 de dezembro, alcançou 33,04% do seu volume útil.

A Companhia gerou 33.854 GWh em 2013, contra 50.113 GWh em 2012, representando uma redução de 32,44%. Este resultado foi devido à baixa hidraulicidade ocorrida no período úmido de 2012/2013, sendo necessária a maximização da geração térmica da região, bem como o recebimento de intercâmbio de outras regiões do SIN.

Foram mantidos os investimentos no aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções e implementações de novas técnicas e processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de proteção, controle e supervisão e na capacitação de recursos humanos.

Em 2013, foi dada continuidade à implantação de melhorias nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos e superados, digitalização de sistemas de proteção e instalação de novos dispositivos de supervisão e controle do sistema eletroenergético-SCADA, automação de Compensadores Síncronos, especialmente para as Redes Oscilografia, Qualimetria, Regulação de Tensão de Transformadores e de Relés de Proteção, ampliando o nível de controlabilidade e observabilidade das instalações.

Ainda em 2013, a Chesf também atuou no monitoramento e gestão do consumo de energia elétrica de suas instalações, tendo em 2013 sido elaborados 25 Projetos de Melhorias em Eficiência Energética (PMEE). Destes, 17 foram elaborados em sistemas de iluminação e 8 estiveram associados a climatização de instalações ligadas a operação. Os benefícios, após a implantação, irão contribuir para a elevação dos resultados empresariais e favorecer a ampliação da oferta de energia e da segurança operativa.

Reforçando a rede de telecomunicação da Chesf, foram disponibilizados novos suportes e serviços ao sistema de transmissão óptico digital, destacando-se a ativação da Rota Sudoeste da Bahia através dos enlaces SDH 622 Mbits/s entre Barreiras – Bom Jesus da Lapa – Ibicoara – Sapeaçu, bem como às novas localidades de Arapiraca, Pecém II e Aquiraz II, implicando em significativas e importantes alterações nas configurações das arquiteturas de telecomunicações das subestações interligadas que operam nas regiões afetadas.

Durante o ano de 2013 foram implementadas adequações nas “Redes de Serviços de Voz e Dados” voltadas para as aplicações técnico-operacionais e corporativas da empresa, possibilitando ativar o serviço de telefonia VoIP (Voz sobre IP) nas SE’s Pecém e Aquiraz (ambas na Regional Norte), além de preparar os atendimentos dessa classe de serviço para as futuras subestações. Tal circunstância foi viabilizada a partir da implantação de “Centrais Sistemáticas” (Softswitches e Servidores VoIP) redundantes, localizadas em Paulo Afonso e Recife, sendo também promovidas adequações nos Roteadores e Expansão de Feixes da Rede WAN, de modo que foi necessário atuar em quase todas as estações de telecomunicações. Adicionalmente, foram as Redes *Wireless Lan (WLAN)* para voz e dados em Pecém II e Aquiraz II, com cobertura tanto nas áreas operacionais quanto administrativas.

Quanto ao Plano Nacional de Banda Larga – PNBL do Governo Federal, foram concluídos os *retrofits* e as adequações que permitiram liberar as fibras ópticas e infraestrutura para as estações da Telebras na rota Camaçari – Eunápolis, complementando as rotas já liberadas anteriormente (Presidente Dutra – Fortaleza – Natal – Campina Grande – Recife – Xingó – Jardim (Aracaju) – Camaçari – Salvador), de tal forma que foram viabilizados os suportes necessários para atender as transmissões dos sinais

destinados ao evento “Copa das Confederações” a partir das imagens geradas nos estádios localizados em Fortaleza, Recife e Salvador.

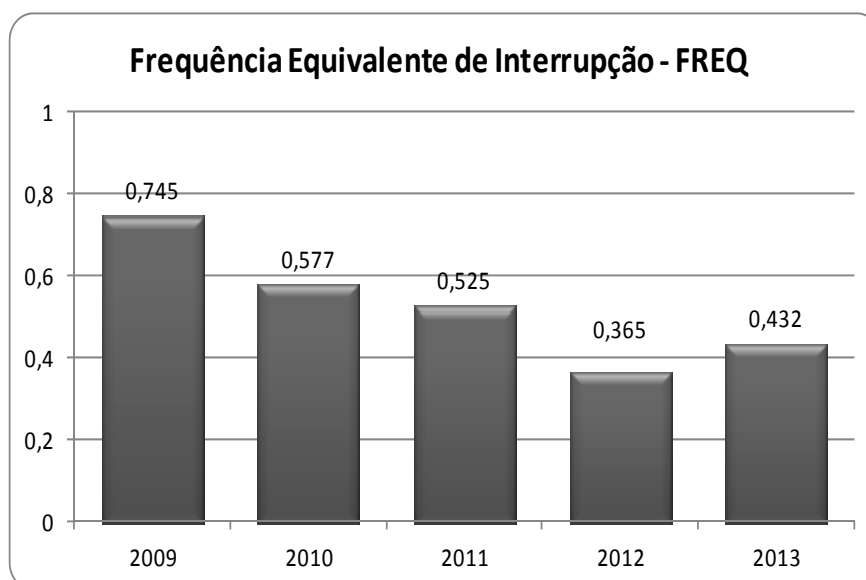
Indicadores de Desempenho

Os resultados em 2013 para os indicadores de Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ, e Duração Equivalente de Interrupção – DREQ apontam para um bom desempenho no atendimento à carga, sendo os valores deste ano considerados como o segundo e terceiro melhores do histórico operacional, respectivamente. A incidência de eventos com demanda interrompida abaixo de 50 MW, que corresponde a 50% das ocorrências, e a contínua melhoria no planejamento das intervenções e no pronto atendimento quando de desligamentos intempestivos, contribuíram para estes resultados.

Os indicadores de Disponibilidade Operacional de Geração e de Linhas de Transmissão apresentam valores que indicam bom desempenho no serviço prestado, sendo o indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão o melhor dos últimos anos.

Frequência Equivalente de Interrupção - FREQ

Indica o número de vezes que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pela Chesf teria sido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período.

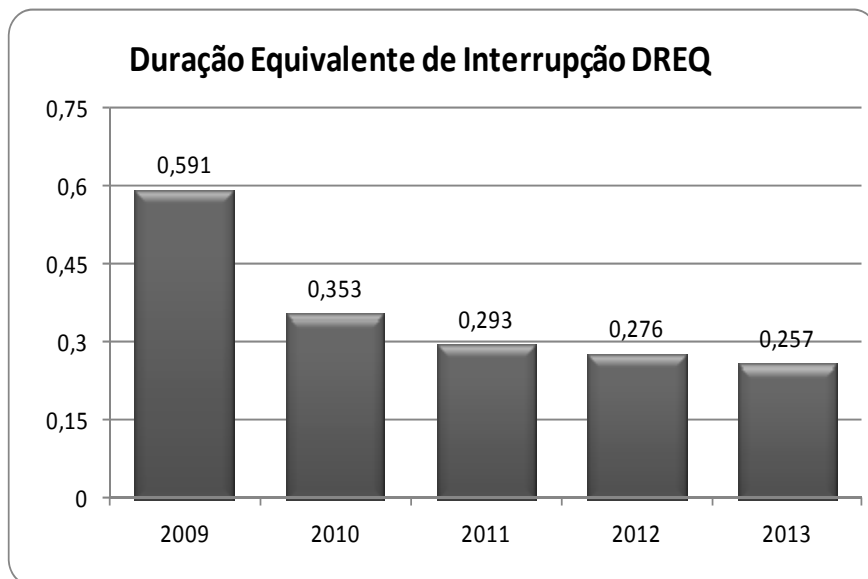


Melhor



Duração Equivalente de Interrupção – DREQ

Indica o tempo que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pela Chesf teria permanecido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período.

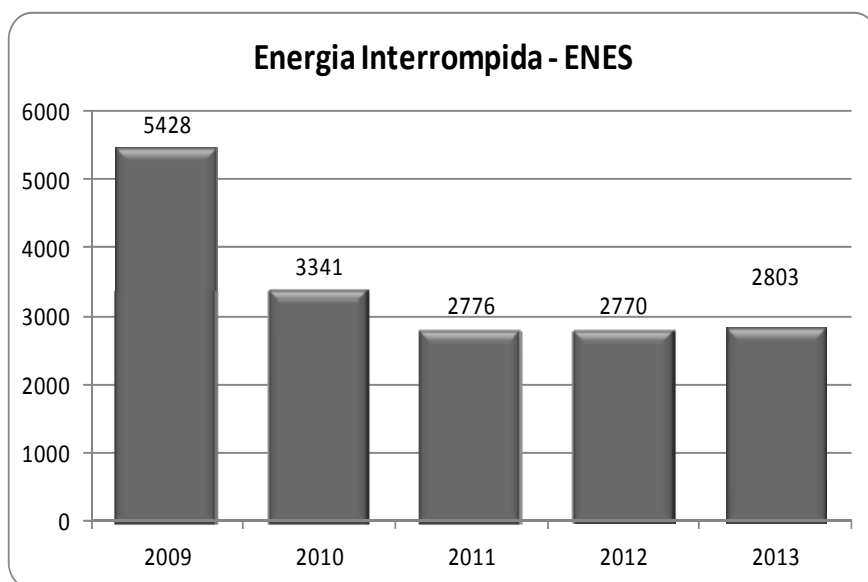


Melhor



Energia Interrompida - ENES

É a energia interrompida não fornecida em consequência de interrupção de suprimento, motivada por eventos originados no Sistema Chesf.

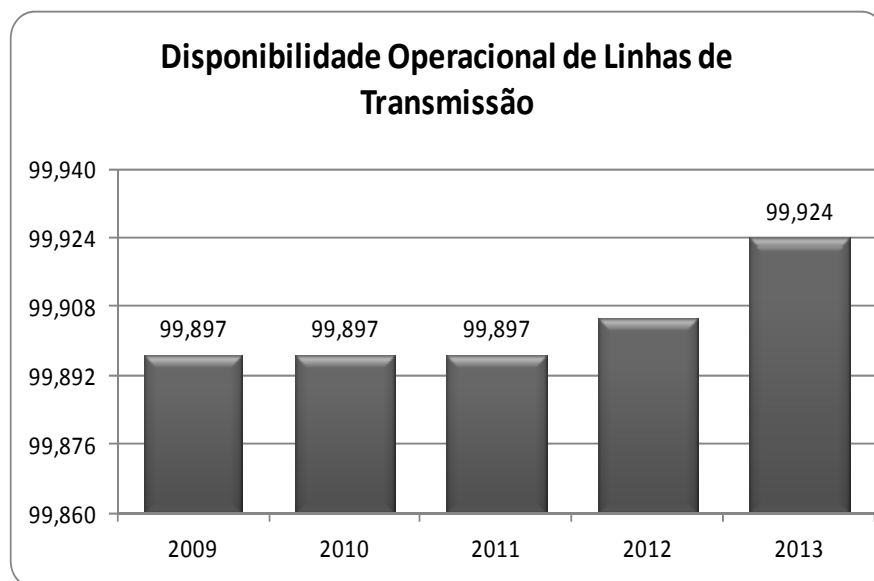
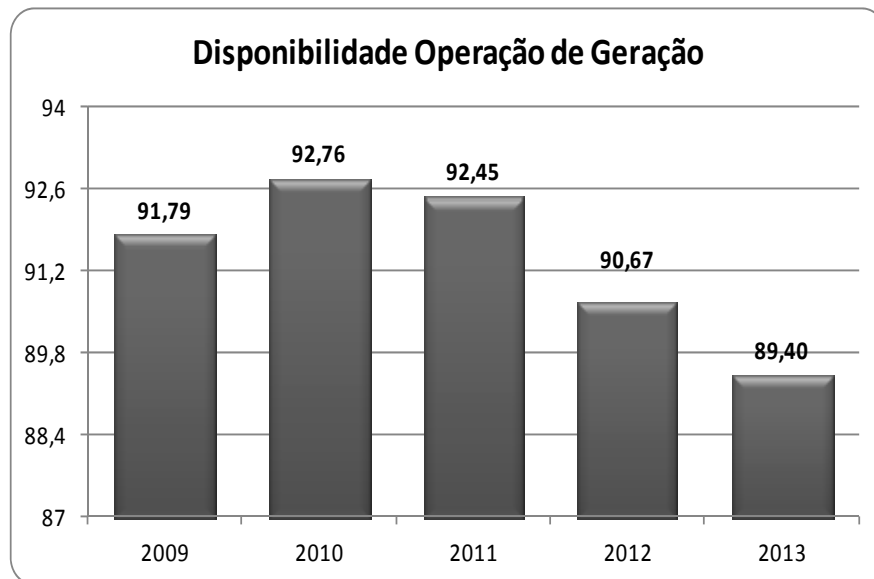


Melhor



Disponibilidade Operacional – DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



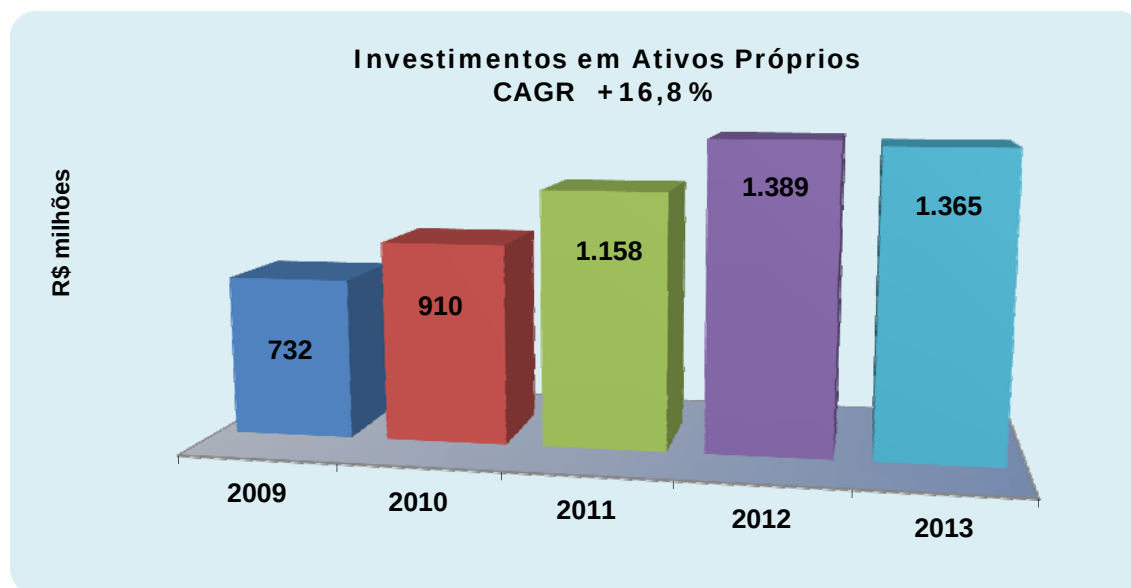
Com relação à Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão verificada no ano de 2012, foi feito um ajuste no seu valor, devido mudança na versão no sistema de informações de gestão de ativos, responsável pela sua apuração.

INVESTIMENTOS

No ano de 2013, os investimentos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 1.364,9 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 324,0 milhões em geração de energia; R\$ 842,6 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 99,0 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 99,3 milhões em

infraestrutura. No período 2009 a 2013, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 16,8%.

O gráfico a seguir apresenta os investimentos ao longo dos últimos cinco anos.



Em 2013, foram investidos R\$ 83,5 milhões nas usinas hidrelétricas, para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda, com destaque para as seguintes realizações:

- Implantação de Sistemas Digitais (MPCCSR) nas Usinas Paulo Afonso I, II e III: Concluída em três das seis unidades geradoras de Paulo Afonso II. Os trabalhos nas demais unidades de Paulo Afonso I e Paulo Afonso III já haviam sido concluídos em anos anteriores.
- Revitalização e modernização de duas unidades geradoras da Usina Boa Esperança. As outras duas unidades estão programadas para 2014.
- Revisão do Projeto Básico para revitalização e modernização (MPCCSR) da Usina Sobradinho.
- Modernização das Unidades Geradoras de Paulo Afonso: Concluída a mudança de classe de isolamento de "B" para "F" em quatro unidades geradoras, recuperação em duas turbinas e diversos auxiliares hidromecânicos.
- Execução de monitoramento e tratamento para controle de infiltrações na laje de concreto de montante na barragem da UHE Xingó;
- Conclusão da modernização de quatro pontes rolantes nas Usinas Paulo Afonso I e III, de três máquinas limpa-grades nas tomadas d'água das Usinas Paulo Afonso I, II e III e de um pórtico rolante na barragem móvel de Moxotó;
- Realização do monitoramento sismológico nas usinas de Boa Esperança, Sobradinho, Itaparica, e Xingó.
- Conclusão da implantação de caixa separadora de água e óleo nos transformadores das subestações elevadoras de Paulo Afonso I, II e III.
- Elaboração do Projeto Executivo para implantação da caixa separadora de água e óleo em transformadores de Moxotó.

Com relação a novas hidrelétricas, a Companhia já havia concluído, em parceria com empresas privadas, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de cinco aproveitamentos hidrelétricos situados no rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134 MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhana (64 MW). O Ibama negou a Licença Prévia (LP) para Uruçuí, tendo emitido LPs para Estreito e Cachoeira, em dezembro/2010; para Castelhana, em novembro/2011; e para Ribeiro Gonçalves, em junho de 2012. Constatou-se que o preço - teto de venda da energia estipulado nos Leilões da Aneel para os quatro aproveitamentos hidrelétricos citados, não proporciona rentabilidade suficiente para viabilizar esses aproveitamentos hidrelétricos.

Em 2013, esses aproveitamentos hidrelétricos não foram habilitados em nenhum dos leilões promovidos pela Aneel.

No submédio Rio São Francisco a Companhia concluiu o EVTE do aproveitamento de Riacho Seco (276 MW) e aguarda a aprovação do EIA/RIMA, para posterior realização de Audiências Públicas para obtenção da LP pelo Ibama, de forma a possibilitar a participação deste aproveitamento hidrelétrico em Leilão A-5, de 2014.

Na área de energia hidrelétrica, nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu em 2013 mais de R\$ 703,0 milhões, sendo essas inversões aplicadas nas sociedades em fase de implantação.

Na área de Energia Eólica, a Companhia investiu R\$ 240,4 milhões em 2013, na implantação do parque eólico Casa Nova, de 180 MW, situado no município de Casa Nova, na Bahia. Nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu em 2013 mais de R\$ 53,6 milhões, sendo essas inversões aplicadas nas sociedades em fase de implantação.

Também avançou nos contatos com empreendedores nos estudos e atividades de campo visando ao desenvolvimento e a implantação de novos parques eólicos na região Nordeste. Alguns desses empreendimentos tiveram importante participação nos Leilões de Energia, notadamente: no Leilão de Energia Reserva (LER) nº05/2013 com 401 MW; Leilão nº 09/2013 (A -3) com 338 MW; e Leilão nº 10/2013 (A-5) com 127 MW. Serão 35 empreendimentos que representarão mais 866 MW de potência instalada na Região Nordeste e dos quais a Chesf tem 451 MW equivalentes e cujos investimentos da Companhia serão da ordem de R\$ 2,8 bilhões; venceu o Leilão nº 006/2013, para construção da UHE Sinop, no rio Teles Pires, no Mato Grosso, com potência instalada de 400 MW e investimento da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Na área de geração solar, a Companhia iniciou o processo licitatório para implantar, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+I), uma planta fotovoltaica de 3MWp interligada à rede elétrica em uma área localizada próxima à cidade de Petrolina (PE), via Chamada de Projeto Estratégico nº 013/2011 dessa Agência. Esta planta tem por objetivo a proposição de arranjos técnicos e comerciais para inserção de projetos de geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira, num projeto de P&D+I intitulado "Central Fotovoltaica da Plataforma Solar de Petrolina" elaborado em parceria entre a Chesf, Cepel, UFPE e UPE, com previsão de conclusão em meados de 2014. A Chesf participa ainda de projeto heliotérmico de 1 MWp a ser implantado também em Petrolina, em parceria com o Cepel, e já efetua medições em 9 estações solarimétricas, de uma total de 15, a serem instaladas no semiárido nordestino, visando ao aproveitamento da energia solar com tecnologias fotovoltaicas e heliotérmicas.

Como destaque em Energia Solar a Chesf estruturou projeto de 30 MW Fotovoltaicos, o qual foi habilitado a participar do Leilão PE Sustentável, ocorrido em 27 de dezembro de 2013.

Sistema de Transmissão

Em 2013, a Chesf deu continuidade à execução do grande programa de expansão de transmissão dos últimos 10 anos. Neste ano, o Sistema de Transmissão da Chesf, neste ano, foi ampliado, de forma corporativa em 385 km de linhas de transmissão. Teve energizada a Subestação Arapiraca III 230/69 kV e a capacidade de transformação aumentada em 255 MVA, sendo 100MVA relativos à SE Arapiraca III, 50 MVA decorrente da implantação do Transformador 230/69 kV na SE de São João do Piauí, 100 MVA de um transformador na SE Teresina e 5 MVA de um trafo na SE Fortaleza.

Foram construídas e energizadas 2 novas linhas de transmissão, apresentadas no quadro a seguir:

LINHA	TIPO	KM
Picos- Tauá	230 kV	183 KM
Seccionamento da LT Rio Largo-Penedo para SE Arapiraca	230 kV	92 KM

A LT Jardim/Penedo C1 (110 km) teve sua construção concluída em dezembro de 2013 sendo que devido a necessidade de uma autorização de supressão de vegetação complementar sua energização foi transferida para o início de 2014.

Encontra-se em andamento a construção dos seguintes empreendimentos com previsão de energização no 1º semestre de 2014:

- LT 230 kV Extremoz II / João Câmara;
- SE Extremoz + Sec. LT 230 kV Campina Grande II/Natal II C1;
- SE João Câmara 360 MVA;
- SE Acaraú II – 200 MVA;
- LT 230 kV Igaporã / Bom Jesus da Lapa II;
- SE Igaporã 230/69 kV
- SE Polo 230/69 kV - 100 MVA;
- SE Pici II - Transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA
- SE Piripiri - 3º TR 230/138 kV - 55 MVA
- SE Rio Largo II - 3º TR 230/69 kV - 100 MVA
- SE Camaçari IV - Remanejamento subterrâneo da LT 230 kV Camaçari II/ Pituáçu - C1 para a SE Camaçari IV
- SE SE Sobral II - 4º Trafo 230/69 kV
- Recapitação LT 230 kV Angelim / Ribeirão C1 - (116 km)
- Seccionamento da LT 69 kV Pituáçu / Matatu C1/C2 para SE Narandiba
- SE Russas II - 3º transformador trifásico 230/69 kV / 100 MVA
- SE Teresina II - 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x100 MVA
- SE Tauá II - 2º TR 230/69 kV - 100 MVA;
- SE Piripiri - 2º e 3º TR 230/69 kV - 50 MVA
- SE Milagres - 2º banco de autotransformador 500/230 kV - 600 MVA
- SE Suape III - 3º TR 230/69 kV - 100 MVA
- SE Suape II - 2º ATR 500/230 kV - 3x200 MVA
- SE Polo 230/69 kV - 100 MVA;
- SE Sobradinho - 3º Banco de Autotransformadores 500/230 kV / 3x100 MVA;
- SE Piripiri - 2º BC 230 kV - 30 MVAR
- SE Piripiri - 1º BC 230 kV - 30 MVAR
- SE Camaçari IV - Remanejamento aéreo da LT 230 kV Camaçari II / Catu - CD para a SE Camaçari IV;
- SE Camaçari IV - Remanejamento subterrâneo da LT 230 kV Camaçari II / Jacaracanga - CD para a SE Camaçari IV;
- LT 500 kV Recife II / Suape II C2, com 44 km e EL's nas SE Recife II e Suape II - nova LT

No ano de 2013 foram concluídos 138 eventos do Programa de Melhorias de Instalações (PMI) envolvendo 26 Subestações com investimento da ordem de 31,0 milhões. Dos 138 eventos, 60 foram relativos à substituição de chaves seccionadoras, 27 relativos a substituição de disjuntores, 5 relativos às entradas de linha em 69 kV e 138 kV e 30 relativos a substituição dos TCS de Proteção de 69 kV.

Foram realizadas avaliações extraordinárias nos sistemas de proteção das subestações em rede básica da Chesf, conforme Ofício Nº 966 ANEEL e Nota Técnica 058-2013 SFE-SRT ANEEL. As Subestações envolvidas neste processo em 2013 foram; Luiz Gonzaga, Paulo Afonso II, Teresina, Mirueira, Joairam, Bongi, Angelim I, Angelim II, Mussurê, Goianinha.

Adicionalmente, por determinação do Ministério de Minas e Energia foi realizado levantamento referente ao processo do Protocolo de Proteção nas Subestações de Recife II, Camaçari II e São João do Piauí.

Eventos de 12 subestações da Chesf tiveram Testes de Aceitação em Fábrica (TAF) de sistema de MPCCS concluídos em 2013. As subestações em questão são: Acaraú, Arapiraca III, Açu II, Camaçari IV, Igaporã, Mossoró, Paraíso, Penedo, Pici II, Rio Largo, Santo Antônio de Jesus e Sobral II.

Com objetivo de recuperar os atrasos de obra e aperfeiçoar a gestão dos novos empreendimentos foi dada continuidade no ano de 2013 a realização das 12 reuniões mensais do Comitê de Monitoramento dos Empreendimentos de Transmissão – CMET, do qual participam representantes da SPT e de todas as unidades organizacionais da Chesf envolvidas nos empreendimentos, tais como a área jurídica, de meio-ambiente e de suprimento;

Ainda com este objetivo, foi proposto e aprovado pela Diretoria da Chesf a implantação de um Escritório de Projetos para a área de Gestão de Empreendimentos de Transmissão, com suporte de consultoria externa, com previsão de operacionalização no 1º semestre de 2014.

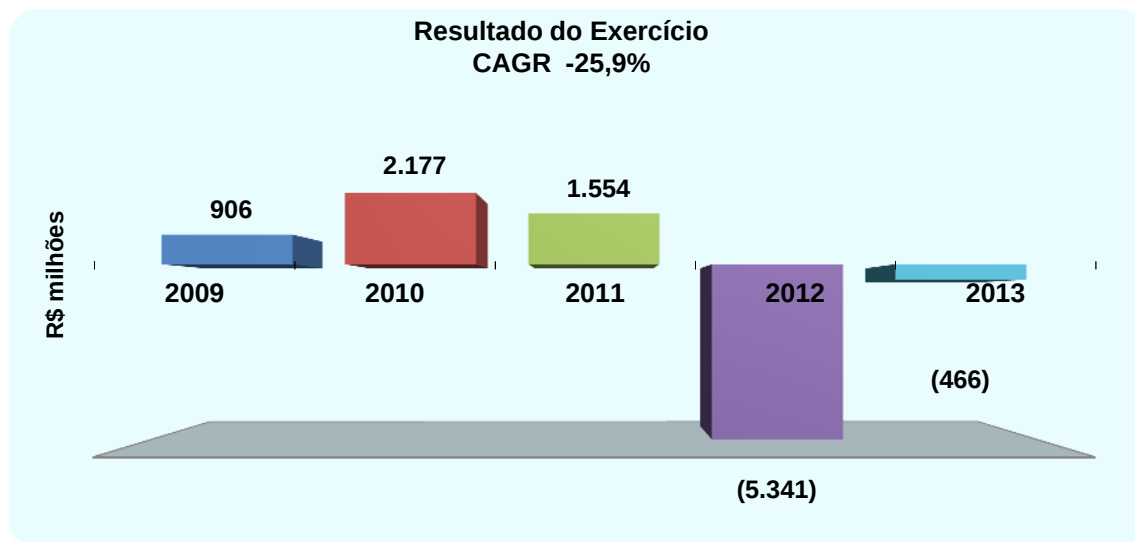
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2012 e 2013.

Resultado do Exercício

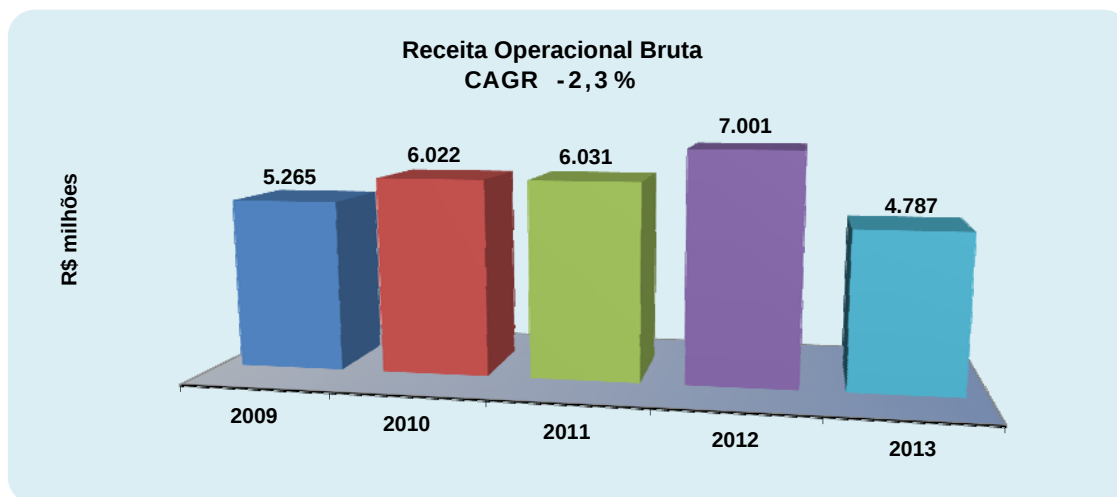
A Companhia registrou no exercício de 2013, um prejuízo de R\$ 466,1 milhões, contra um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões em 2012. Ressaltamos que o prejuízo de 2012 foi decorrente do reconhecimento dos efeitos da Lei nº 12.783/2013 relativa à renovação das concessões.

Devido ao fato acima descrito, de 2009 a 2013, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi negativa em 25,9%.



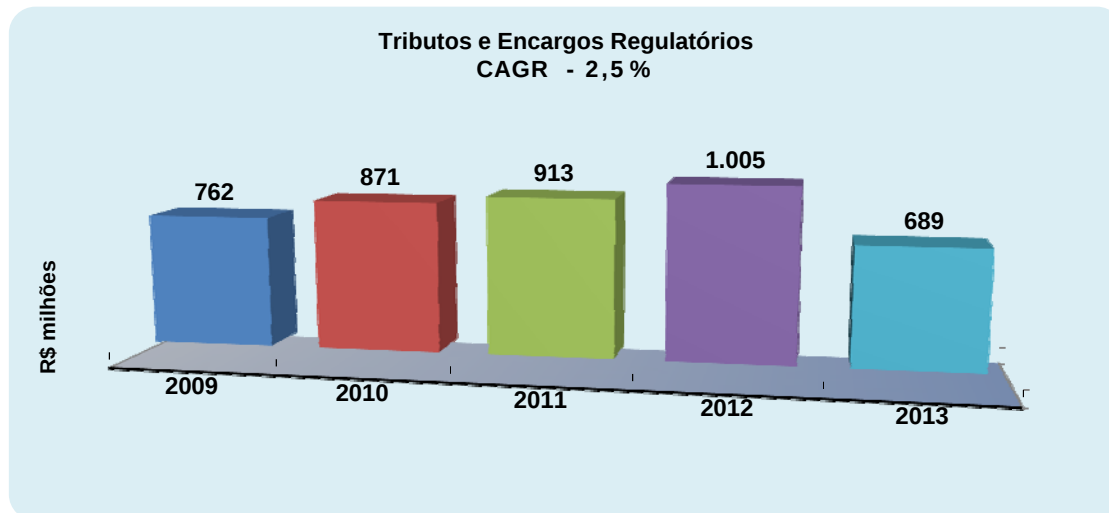
Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Chesf, em 2013, atingiu o montante de R\$ 4.787,4 milhões, representando uma redução de 31,6% em relação aos R\$ 7.001,4 milhões de 2012. Tal resultado foi decorrente das seguintes variações: receitas de fornecimento/suprimento de energia elétrica (-44,7%); receita com operação e manutenção do sistema de transmissão (+6,3%); receita de construção (+55,7%); na comercialização de energia no mercado de curto prazo (+6,8). A variação negativa nas receitas de fornecimento/suprimento, principal componente da receita, foi decorrente da redução do preço da energia em razão da renovação antecipada das concessões. No período 2009 a 2013, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -2,3%.



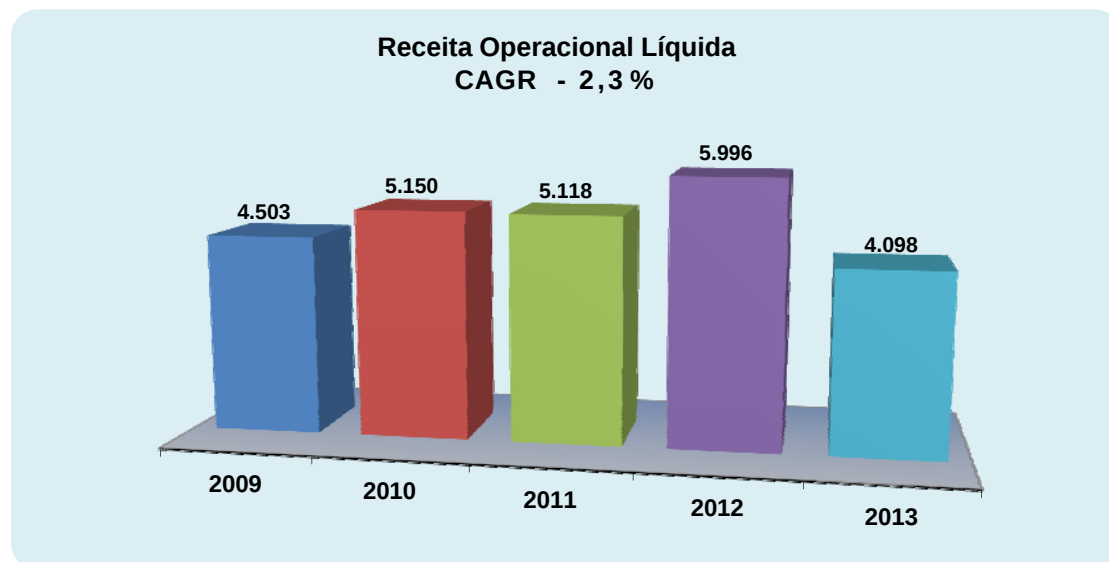
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 689,0 milhões no ano de 2013 (-31,5% em relação a 2012). Deste total, R\$ 410,8 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (-33,2% em relação a 2012) e R\$ 278,1 milhões a encargos regulatórios (-28,7% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período 2009 a 2013 foi de -2,5%.



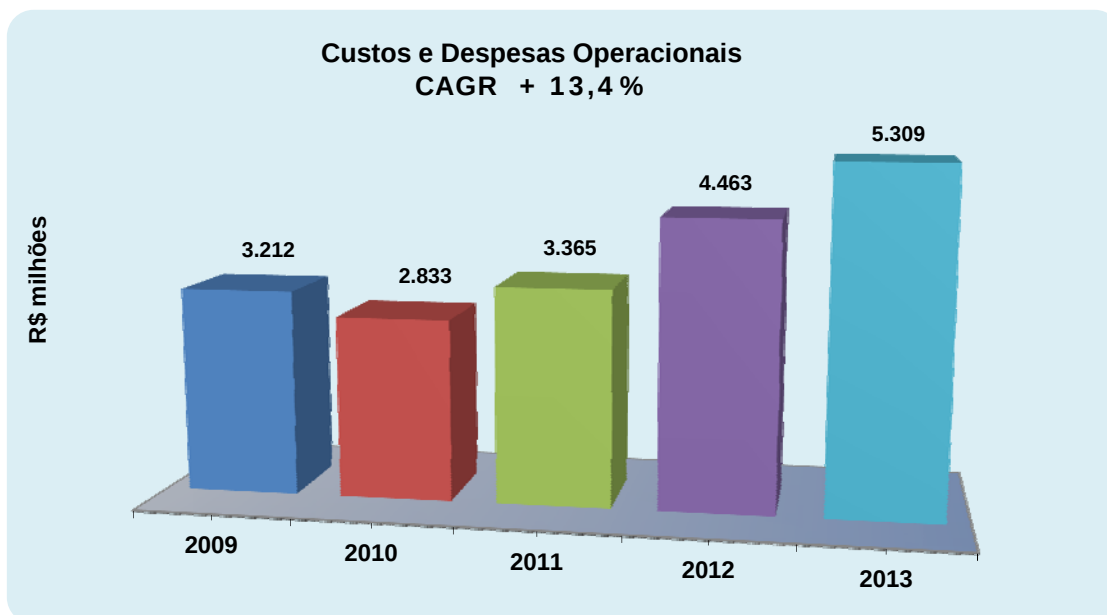
Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou diminuição de -31,6% (-R\$ 1.897,5 milhões) em relação ao ano de 2012, atingindo R\$ 4.098,5 milhões em 2013. De 2009 a 2013, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -2,3%.



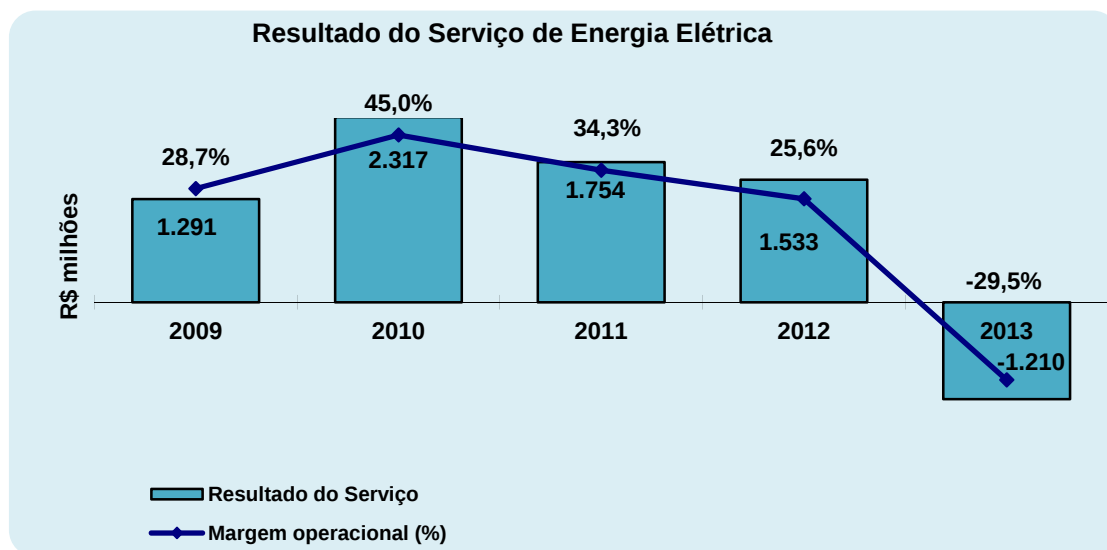
Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 5.309,0 milhões em 2013, +19,0% em relação ao ano anterior. Este aumento reflete, principalmente, as seguintes variações: +78,5% na rubrica pessoal, em razão do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV; +55,7% nos custos de construção; aumento de R\$ 663,3 milhões em energia elétrica comprada para revenda em relação a 2012; aumento de R\$ 727,9 milhões em combustível para a produção de energia em relação a 2012. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +13,4%, no período 2009 a 2013.



Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

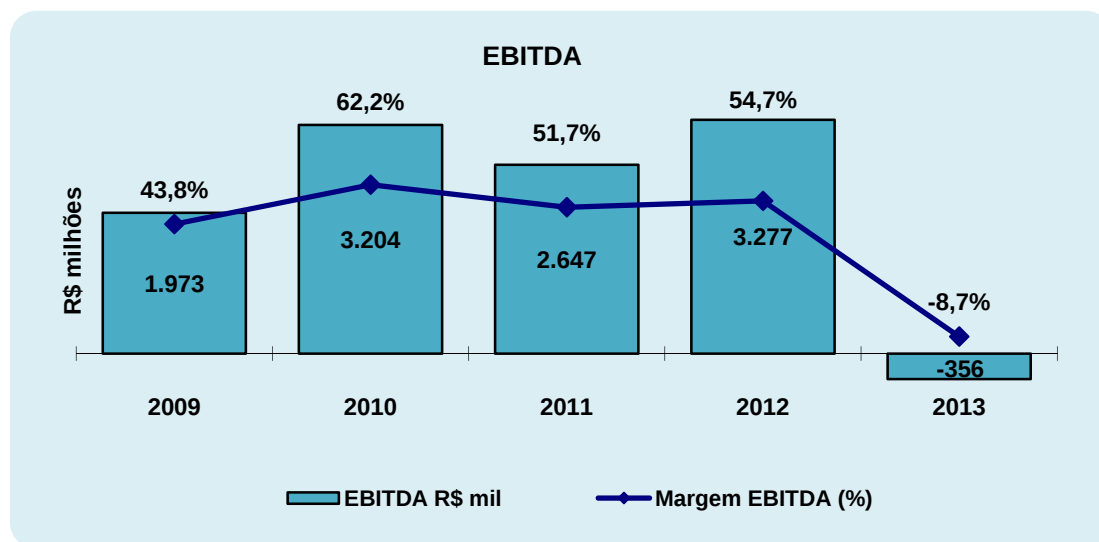
O resultado do serviço (EBIT) foi de R\$ -1.210,5 milhões, apresentando uma redução de 179,0% em relação ao montante de R\$ 1.533,1 milhões obtido em 2012. Com este resultado, a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de 25,6% em 2012, para -29,5% em 2013, uma diminuição de 55,1 pontos percentuais.



Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão de impairment, provisão para perda na realização de investimentos, provisão para Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV e contrato oneroso, foi negativa em R\$ 356,4 milhões, em 2013, e positiva no valor de R\$ 3.277,2 milhões, em 2012.

A margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida) é de -8,7%, ante a 54,7% obtida em 2012, representando uma diminuição de 63,4 pontos percentuais.



	(R\$ milhões)	
Demonstração do EBITDA	2013	2012
Lucro líquido	(466,1)	(5.341,3)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(262,8)	(1.108,0)
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	(416,2)	(216,3)
(+) Depreciação	104,6	408,9
(=) EBITDA	(1.040,5)	(6.256,7)

Demonstração do EBITDA Ajustado	2013	2012
EBITDA	(1.040,5)	(6.256,7)
(+) Receitas financeiras	477,6	368,0
(+) Provisões para contingências	40,6	209,2
(+) Reversão Impairment	620,3	0,0
(+) Provisões para perda na realização de investimentos	246,9	0,0
(+) Provisões para PIDV	168,0	0,0
(+) Contrato oneroso	(869,3)	711,4
(+) Efeito MP 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013	0,0	8.245,2
(=) EBITDA Ajustado	(356,4)	3.277,2

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício apresentou uma receita líquida de R\$ 416,2 milhões, ante uma de R\$ 216,3 milhões registrados em 2012. Este resultado decorre principalmente da atualização de valores a receber de indenizações provenientes da Lei nº 12.783/2013, referente à renovação das Concessões. Sua composição está demonstrada a seguir:

	(R\$ milhões)	
Receitas (despesas) financeiras	2013	2012
Resultado de aplicações financeiras	16,8	114,5
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	56,8	65,6
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(40,2)	(40,3)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(0,6)	(0,6)
Juros sobre dividendos	-	(70,1)
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	342,7	203,2
Outras receitas (despesas) financeiras	40,7	(56,0)
(=) Resultado financeiro líquido	416,2	216,3

Financiamentos e Empréstimos

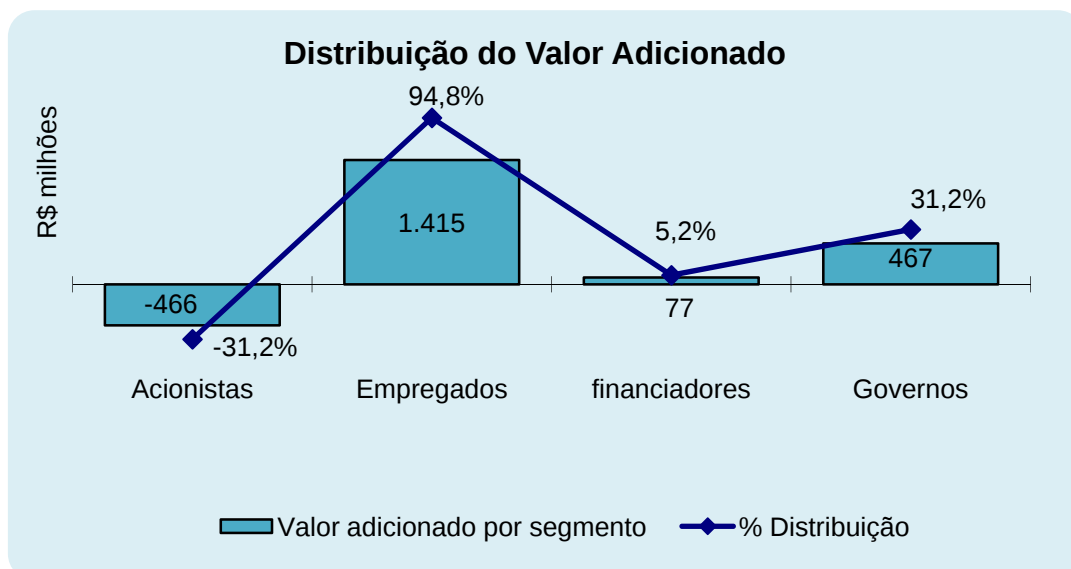
O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com a Eletrobras e com instituições financeiras, encerrou o exercício com R\$ 852,0 milhões, um aumento de 81,6% em relação aos R\$ 469,1 milhões de 2012.

A posição da dívida líquida (financiamentos e empréstimos, deduzidos das disponibilidades) apresentou no final do ano o saldo de R\$ 10,9 milhões, uma redução de 97,1% em relação a 2012, conforme demonstrado a seguir:

	(R\$ milhões)		
Dívida Bruta	2013	2012	Δ %
Curto prazo – moeda nacional	60,2	71,0	-15,2%
Longo prazo – moeda nacional	791,8	398,1	98,9%
Dívida Bruta Total	852,0	469,1	81,6 %
(-) Caixa e equivalentes de caixa	841,1	94,7	788,2%
Dívida líquida	10,9	374,4	-97,1 %

Valor Adicionado

O valor econômico gerado pela Companhia em 2013 foi de R\$ 1.493,1 milhões, contra R\$ 4.124,7 milhões negativos gerados em 2012, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (94,8%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (31,2%); juros aos financiadores (5,2%); e compensação de prejuízos pelos acionistas (-31,2%).



RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2013, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de cinco anos, com início dos trabalhos no exercício de 2009.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

O investimento constante na pesquisa, desenvolvimento, inovação, em tecnologia de ponta e na modernização dos seus processos, aliados ao pioneirismo e empreendedorismo é historicamente na Chesf um vetor que determina sua atual posição no mercado nacional e internacional.

Os Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) da Chesf têm por objetivo a sua capacitação tecnológica e a promoção da inovação, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o evidente aprimoramento de suas características, mediante a execução de projetos de pesquisa, contratados junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento. A missão é produzir benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais gerando e agregando valor para a Companhia e para toda a sociedade.

A Companhia diversifica seu investimento em P&D+I através de duas carteiras de projetos. A primeira, que atende às demandas das leis nº 9.991/2000 e nº 10.848/2004, carteira ANEEL, tem o foco nas necessidades de interesse geral do sistema de produção e transmissão de energia elétrica, com o envolvimento de uma grande gama de reconhecidas entidades de ensino e pesquisa no papel de executoras dos projetos. A segunda carteira de projetos concentra-se em questões de interesse comum às empresas do Sistema Eletrobras e tem como executor o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL).

No exercício de 2013, a Chesf, alinhada com sua constante preocupação socioambiental e na sua estratégia de diversificar os estudos em fontes renováveis de energia, lançou a Chamada Pública de "Propostas de Projetos de P&D na Área de Fontes Alternativas de Energia no Arquipélago de Fernando de Noronha". Recebemos no total 28 (vinte e oito) propostas nos diversos temas: Resíduos Sólidos Urbanos; Ondas, Correntes e Marés; Solar; Eólica; Acumulação de Energia; Eficiência Energética e Despacho Ótimo.

Ainda no tema fontes renováveis de energia, participamos com notável destaque na Chamada de Projeto de P&D Estratégico nº 017/2013 da ANEEL "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Eólica". Submetemos duas propostas de projetos: "Desenvolvimento de uma pá otimizada para rotores eólicos de diâmetro superior a 100 metros utilizando materiais de alto desempenho" e "Análise e desenvolvimento de torre eólica com altura maior ou igual a 120m", onde o investimento total soma R\$62 milhões de reais. Os projetos serão executados pelo LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento e pela UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, respectivamente. Em ambos a Chesf tem como parceira a Wind Power Energia S/A - IMPSA.

Um dos direcionadores da nossa rota tecnológica é investir em projetos estruturantes com alto nível de pesquisa tecnológica, ajudando a desbravar desafios nos novos horizontes que o nosso setor elétrico enseja. Nesse sentido, a Chesf, aportou R\$75 milhões de reais no projeto "Desenvolvimento de Tecnologias para Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão (UAT)", parceria com Furnas, Eletronorte e o CEPEL. O projeto terá como um dos resultados a construção e desenvolvimento do primeiro Laboratório de Ultra Alta Tensão da América Latina, possibilitando pesquisas em tensões extra elevada (acima de 1.000 kV em corrente alternada e 800 kV em corrente contínua), contribuindo na implantação de um novo cenário de geração e transmissão de grandes blocos de energia a longa distancia com maior eficiência, redução significativa do impacto ambiental e maior qualidade técnica na prestação de serviços, com ênfase na modicidade tarifária.

O total investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2013, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e ao Ministério

de Minas Energia - MME e também nos projetos de pesquisa a nível institucional executado pelo CEPEL, foi o expressivo montante de cerca de R\$ 129 milhões. Com foco na carteira de projetos ANEEL, a Chesf investiu R\$86,9 milhões de reais em 49 projetos de pesquisa enquadrados nos seguintes temas:

Temas de investimento P&D	R\$ milhões
Eficiência energética	0,2
Fonte renovável ou alternativa	0,9
Meio ambiente	2,5
Qualidade e confiabilidade	1,5
Planejamento e operação	3,0
Supervisão, controle e proteção	2,5
Novos materiais e componentes	75,5
Outros	0,8
Total Geral	86,9

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2013 representou um importante marco na trajetória de transformação da Chesf e, por decorrência, da área de TI, em direção a um novo ponto de equilíbrio econômico-financeiro, nas estratégias de negócio e na busca de melhores resultados em termos de eficiência, produtividade, prazo e custo.

Mesmo com o forte impacto dos desligamentos ocorridos por movimentações internas e desligamentos, a área de TI entregou contribuições importantes para o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa. O portfólio de projetos de TI chegou ao final do ciclo de 2013 com 54 projetos: 26 deles oriundos de demandas de clientes e 28 referentes à atualização tecnológica e de gestão, que beneficiam todos os usuários. Mais de 90% dos projetos foram planejados usando boas práticas em gerenciamento de projetos, seguindo a Metodologia de Gerenciamento de Projetos própria e usando um sistema de gestão de projetos com indicadores de acompanhamento do desempenho.

Dentre os projetos e ações entregues estão: sistema de gestão do plano de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV); solução de automação do processo de gestão de empreendimentos da transmissão (GET); sistema de Gestão de P&D; arquitetura preliminar de processos finalísticos da Chesf; estruturação dos processos de gestão da regulação e de gestão de participações; nova Intranet com rede social corporativa; e diversas melhorias na infraestrutura da TI corporativa, tais como: videoconferência na estação de trabalho; solução de gestão do acesso à Internet.

Dentre os projetos em desenvolvimento em 2013, a primeira fase do projeto “Implantar na Chesf o padrão de ERP definido para o sistema Eletrobras” foi, sem dúvida, o mais significativo, um grande desafio para a área de TI, em face de sua complexidade e abrangência. A análise de viabilidade e a estratégia de implantação elaborada trataram de temas importantes, como: diagnóstico da Infraestrutura de TI atual; dimensionamento da Infraestrutura de TI necessária à Implantação do SAP/ERP; escopo funcional para a Chesf; dimensionamento de licenciamento; suporte do fabricante; necessidade quantitativa de RH para Implantação; dimensionamento financeiro; levantamento dos custos de implantação e análise comparativa com a situação atual; aplicação de modelo financeiro para análise do retorno do investimento; estratégia de implantação da solução SAP/ERP; e proposta de indicadores para acompanhamento da implantação da solução.

A atuação da área de TI da Chesf baseia-se no firme propósito de que processos e soluções de automação são temas correlatos e, para o alcance de melhores resultados, precisam ser gerenciados e executados a partir de uma visão integrada. Isso representa sair do foco puramente tecnológico para agregar a visão de melhoria dos processos, trazendo inúmeras vantagens tanto para o desenvolvedor quanto para o usuário da solução tecnológica.

Com o objetivo de melhorar cada vez mais os serviços prestados aos clientes de TI e, de acordo com a dinâmica natural de uma gestão orientada por processos, foi revista a arquitetura de processos da área de TI, com a incorporação de processos típicos de governança de TI e a revisão dos processos de Gestão de TI.

Atendendo à estratégia de agilizar as entregas das soluções de automação, delineada pela área de TI nos anos anteriores, foram conseguidos, em 2013, resultados bastante significativos, como por exemplo:

- Uso da Fábrica de Processos & Requisitos para permitir que a solução de automação escolhida seja a mais aderente e adequada ao processo em análise, considerando as alternativas disponíveis e atributos tais como: tempo, custo e qualidade;
- Nova Fábrica de SW contratada com base em acordos de nível de serviço (SLA), conforme recomendações do TCU, ampliando as plataformas de desenvolvimento e permitindo desenvolvimentos mais ágeis.
- Uso da Fábrica de Testes possibilitando uma redução de prazos de entrega de solução e aumento da qualidade dos produtos gerados, também gerenciada com base em SLA.
- Consolidação do Centro de sustentação de SW como um mecanismo eficaz para atender às demandas por mudanças em sistemas de diversas plataformas em uso na Chesf, principalmente, aqueles com maior tempo de vida útil, com destaque para os que suportam os processos de gestão econômico-financeiros.

GESTÃO DE PESSOAS

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com um quadro de pessoal de 4.427 empregados, sendo 909 mulheres e 3.518 homens, registrando o índice de *turnover* de 14,56%, resultado, principalmente, do desligamento de empregados que aderiram ao Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV e da admissão de 172 novos empregados selecionados no Concurso Público 2012, vigente até junho de 2014, sendo 12 profissionais de nível fundamental, 22 profissionais de nível superior e 138 profissionais de nível médio (suporte e operacional). Vale registrar que em 2012, por não ter um plano de incentivo ao desligamento em vigor, o índice de *turnover* foi de apenas 0,64%.

O PIDV foi uma das medidas adotadas para adequação da Empresa às condições estabelecidas pela nova regulamentação governamental, Lei nº 12.783/2013 e teve como objetivo incentivar o desligamento de empregados através de vantagens e condições especiais e reduzir as despesas com o seu quadro de pessoal. Houve 1.354 adesões e até 31.12.2013 foram desligados 1.326 empregados, ficando os demais empregados a serem desligados em 2014.

Diante da expectativa de saída de um contingente significativo de empregados, houve a necessidade de a Empresa garantir minimamente a preservação dos conhecimentos críticos do seu negócio. Dessa forma, o Programa de Retenção do Conhecimento – PRC – prática adotada desde 2008 por algumas áreas – foi reorientado, visando facilitar a ação gerencial de forma ampla, por meio de uma metodologia simplificada de Identificação, Mapeamento e Compartilhamento dos Conhecimentos Críticos.

No processo de divulgação da metodologia do PRC, foi elaborada e distribuída a todos os gerentes formais uma cartilha em linguagem simples e direta com a utilização de exemplos fornecidos por algumas áreas da Empresa. E, no período de março a maio de 2013, foram realizadas 20 reuniões estruturadas, com o objetivo de mobilizar os gerentes dos diversos macroprocessos para a realização dessa prática em suas áreas, além de explicitar a metodologia do PRC. Durante esses encontros de entendimento da metodologia, foi percebido que um significativo número das áreas visitadas já possuía práticas estruturadas de repasse do conhecimento, denotando uma boa preparação da Empresa para a Gestão do Conhecimento.

Ao longo do ano de 2013, também foi lançado o módulo de planejamento do Sistema de Gestão do Desempenho, concluído com o total de 4.274 planos realizados, atingindo 100% do público alvo. Ainda durante esse ano, foi customizado o módulo de avaliação para o ciclo de 2013, cuja deflagração do processo ocorrerá em janeiro de 2014.

Em 2013, em decorrência de restrições orçamentárias estabelecidas pela Lei nº 12.783/2013, não foram aplicadas as políticas vinculadas ao Plano de Carreira e Remuneração - PCR, no tocante à progressão horizontal e vertical, e nem as relativas ao processo de promoção de pessoal, vinculado ao Plano de Cargos e Salários - PCS.

No ano de 2013, foi também realizada a 3ª Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das Empresas do Sistema Eletrobras. Houve a participação de 2.751 empregados, correspondendo a 56,6% do total. A Chesf atingiu o Índice de Favorabilidade de 67,59%, posicionando-se na 2ª colocação dentre as empresas do Sistema Eletrobras.

Benefícios a Empregados

Visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de seus empregados, a Chesf oferece os seguintes benefícios, conforme condições estabelecidas em seus normativos: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Reembolso com Despesas de Uniforme e Material Escolar; Auxílio Educacional Ensino Superior para Empregados; Atendimento Médico e de Enfermagem nos Ambulatórios da Companhia, durante o horário de expediente; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Auxílio Óculos e Lentes; Assistência à Pessoa com Deficiência; Participação nos Lucros ou Resultados; Complementação de Auxílio-doença; Auxílio Funeral; Pecúlio por Morte ou Invalidez, decorrente de acidente de trabalho; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Seguro de Vida em Grupo; e, Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf.

Capacitação e Desenvolvimento

Diante das significativas mudanças no contexto político e econômico do Setor Elétrico, face à Medida Provisória Nº 579, publicada em 11 de setembro de 2012, convertida na Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, houve necessidade de a Companhia revisar, adaptar e criar políticas e procedimentos de educação corporativa adequados ao novo momento empresarial.

Dessa forma, as ações educacionais do Plano de Educação Corporativa da Chesf foram modeladas considerando o Planejamento Estratégico 2013-2017 como seu principal norteador estratégico, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais apresentados. Em função dos ajustes orçamentários, perseguiu-se essa orientação para a definição das prioridades de desenvolvimento e capacitação do seu corpo funcional.

O valor total aplicado em ações educacionais, em 2013, foi de R\$ 3.389,5 mil, enquanto que, em 2012, o valor investido foi de R\$ 6.707,0 mil. O investimento médio por empregado representou uma redução de 48,42%, passando de R\$ 1.198,11, em 2012, para R\$ 619,20, em 2013, face ao ajuste orçamentário.

Em 2013, o número de horas de treinamento por empregado foi de 40,24, atingindo 100% da meta prevista, correspondendo a 2,10% das horas de trabalho, enquanto que em 2012 este número foi de 64,97.

Foram computadas 714 ações educacionais, atendendo 3.724 empregados, representando apenas uma queda de 11,23% no número de pessoas capacitadas, em relação ao ano anterior, diante de um cenário de considerável redução nos investimentos para esse fim. Com isso, evidencia-se um grande esforço na busca de soluções educacionais criativas, como, por exemplo, a forte atuação do empregado educador.

Foram realizadas sete ações educacionais, totalizando 11 turmas, no âmbito do Plano de Educação Corporativa (PEC), compreendendo: prevenção e enfrentamento à violência e ao assédio moral, acessibilidade, capacitação em libras, entre outras;

Foram incluídos os temas de ética, assédio moral, inclusão da pessoa com deficiência e igualdade de gênero e raça no Programa de Preparação Gerencial – 1ª Investidura;

Saúde e Segurança do Trabalho

No ano de 2013, as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho continuaram a desenvolver programas focados na qualidade de vida e bem-estar dos empregados, bem como na prevenção, controle e redução de riscos, otimizando ações que valorizam a promoção da saúde e disseminam a cultura de segurança na Empresa, sem deixar de atingir o objetivo preestabelecido de eficientizar a relação custo X benefício desses programas.

Na Sede, Sobradinho e Salvador foram oferecidas aos empregados, por meio dos Centros de Promoção da Saúde – CPS, as atividades de musculação, ginástica, fisioterapia, ginástica laboral, fisioterapia específica, nutrição e práticas esportivas, que sempre são muito valorizadas pelos participantes. Os empregados podem espontaneamente aderir a essas atividades, que são acompanhadas por uma equipe de profissionais da área de saúde, sempre atenta aos resultados apresentados no Exame Médico Periódico – EMP dos participantes.

Os empregados que exercem atividades perigosas, seja nas áreas de manutenção de linhas ou equipamentos, seja nas áreas de proteção ou telecomunicação, participam do Programa de Monitoramento Biopsicossocial – MBPS, que conta com o apoio de equipe multidisciplinar para avaliar e acompanhar a saúde desse grupo de empregados.

A Chesf também estimula a participação dos empregados em outras atividades esportivas, tais como jogos e corridas. Em 2013, nos Jogos Sesi, que abrangeu diversas modalidades como natação, futsal, futebol máster, vôlei de areia, tênis de mesa, tênis de quadra e xadrez, os empregados-atletas receberam 35 medalhas e 8 troféus, na fase Estadual; 14 medalhas e 3 troféus, na fase Regional Nordeste; além da classificação para a etapa Nacional, com 7 medalhas e 1 troféu. No Recife, os empregados participaram de corridas que foram patrocinadas pela Empresa.

Com o objetivo de contribuir para o controle das dependências químicas, promovendo a saúde, segurança e produtividade dos empregados, a Empresa continua oferecendo o Programa de Prevenção e Tratamento de Problemas Relacionados ao Alcool e Outras Drogas, realizando, em todas as regionais, os acompanhamentos do tratamento e pós-tratamento pela equipe de psicólogas e assistentes sociais da Chesf. Também é disponibilizado o Programa de Tratamento do Tabagismo, que visa ajudar os empregados a pararem de fumar, oferecendo apoio médico, psicológico e medicamentoso. A adesão a esse programa é voluntária e o tratamento conta com subsídios do Plano de Assistência Patronal - PAP.

Durante o ano de 2013, o Programa Disque Viver Bem manteve os atendimentos presenciais e por telefone, aos empregados e a seus familiares, nas áreas psicossocial, financeira e jurídica, por meio de uma empresa contratada, tendo sido bem avaliado por aqueles que utilizaram o serviço. O programa também oferece o serviço de suporte para incidentes críticos, quando algo grave atinge diversos empregados, simultaneamente.

O conjunto de todas essas iniciativas possui o propósito de promover saúde, prevenir e auxiliar no tratamento de doenças.

O Projeto Gestão do Absenteísmo-doença manteve o monitoramento deste indicador, finalizando o ano de 2013 com o valor de 1,71, abaixo da meta (limite tolerável) de 1,80. Também em relação ao Exame Médico Periódico – EMP, a Chesf ultrapassou a meta de 98%, atingindo o percentual de 98,06% de realização. Para os empregados que realizam trabalho em altura, foram incluídos novos exames no EMP, com vistas à adequação à Norma Regulamentadora (NR-35).

Em novembro de 2013, foi lançado o ciclo 2013/2014 do Programa Fique Alerta para a Segurança Dez, anteriormente denominado de Campanha. A transformação da Campanha em Programa se justifica pelo seu caráter permanente e corporativo, que visa fomentar o desenvolvimento de uma cultura prevencionista, com foco na Saúde, Segurança no Trabalho e Bem-Estar das pessoas em todas as áreas da Empresa. Um tema principal foi trabalhado e está sendo utilizado neste ciclo do Programa: Utilização do Sistema de Controle de Incidentes e Não Conformidades (CIN) como ferramenta de prevenção a acidentes do trabalho. A partir do plano de ações conjunto e consolidado de todas as áreas, serão definidas estratégias de ações, com medidas específicas para atingir os objetivos originalmente propostos.

Em 2013, houve a manutenção de todos os requisitos do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - SGSST, exigidos pela norma reconhecida internacionalmente *Occupational Health and Safety Assessment Series* – OHSAS 18.001:2007, na Usina de Xingó. Em dezembro do mesmo ano, foi iniciada a implementação do SGSST, na Usina de Boa Esperança.

A área de segurança do trabalho da Chesf teve participação relevante no Comitê de Auditoria de Segurança e Saúde dos Acionistas da Usina Hidrelétrica de Jirau, com foco na construção da usina. Na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, também participou do Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração da Norte Energia S.A., em caráter consultivo, nos aspectos de Segurança e Saúde Ocupacional.

A segurança do trabalho assessora o funcionamento e desenvolvimento das ações de todas as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes da Chesf (Cipas). Até setembro/2013, a Chesf possuía 22 Cipas em toda sua área de atuação. Posteriormente, houve a extinção da Cipa-Hospital Nair Alves de Souza - HNAS, fazendo com que passassem a atuar na Empresa 21 Cipas.

Em 2013, foi enfatizada a participação das Cipas no controle de incidentes, bem como analisada a forma de implantação e monitoramento na Companhia da ferramenta Sistema de Controle de Incidentes ou Não conformidades - CIN. Essa ferramenta foi apresentada na Campanha Fique Alerta para a Segurança Dez - Ciclo 2013/2014, tendo a participação dos empregados e das Cipas, ampliando, assim, a discussão sobre o tema e ressaltando a importância da análise desses eventos para evitar repetições.

Apesar das restrições orçamentárias, as Cipas atuaram de forma eficiente na prevenção de acidentes e no bem-estar dos trabalhadores da Chesf. Foram também realizadas algumas ações visando à melhoria das condições de trabalho e incentivo ao registro de incidentes, destacando-se:

- Divulgação de mensagens motivadoras e estimuladoras das boas práticas de segurança;
- Convites para os empregados participarem com idéias e melhorias de possíveis situações de risco detectadas;
- Campanhas de doação de sangue;
- Inspeções de segurança na área de abrangência das comissões;
- Semana Nacional do Trânsito e divulgação de informes sobre dicas para um trânsito seguro;
- Participação nas discussões do "Programa Fique Alerta para a Segurança Dez - Ciclo 2013/2014";
- Realização da SIPAT 2013 em toda a Empresa;
- Campanhas para o fortalecimento da cultura de segurança na Companhia;
- Palestras sobre educação alimentar e importância do uso de Equipamento de Proteção Individual - EPI;
- Workshop sobre Quiropaxia (área que lida com o diagnóstico, tratamento e prevenção das desordens do sistema neuro-músculo-esquelético e dos efeitos destas desordens na saúde em geral);
- Divulgação por meio de informes, dicas e campanhas educativas sobre segurança e saúde, tais como: Diálogos de segurança pré-intervenção; Melhoria do trânsito de veículos e segurança dos pedestres; Trânsito mais seguro e gentil; Princípios da direção defensiva; Orientações sobre AIDS, diabetes, câncer; Ações proativas dos cipeiros, dentre outros.

A Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento – TFAT fechou o ano abaixo do limite tolerável estabelecido pela Empresa (valor de 2,44 frente ao valor limite de 3,73), bem como inferior ao valor observado no ano de 2012, que foi de 3,27. Entretanto, foram registradas as ocorrências de dois acidentes típicos fatais na Empresa, um de trânsito e outro em serviço numa subestação, levando a Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento – TGAT a ultrapassar o limite estabelecido (valor de 1.232 frente ao valor limite de 154).

A Chesf continua na vanguarda nas questões de Saúde e Segurança do Trabalho, tendo quatro trabalhos selecionados e apresentados no 8º Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro – 2013, ocorrido em Foz do Iguaçu-PR: Impacto da implantação de nova Política para o setor elétrico nos Programas de Saúde e Qualidade de Vida; A importância da comunicação na implantação da NR 35; EPI: como conciliar segurança e conforto?; Metodologia para Eficientizar as Auditorias de SST em serviços contratados – Estudo de caso em uma empresa do setor elétrico.

Respeito à Diversidade e à Equidade de Gênero

O compromisso da Chesf com a promoção da igualdade está expresso nos valores empresariais do Mapa de Planejamento Estratégico da Empresa 2013-2017: Respeito às Pessoas, Justiça e Equidade, Compromisso com a Sociedade, Ética e Transparência e Respeito ao Meio-ambiente. Também está evidenciado no Código de Ética Unificado do Sistema Eletrobras, adotado pela Companhia, além de estar previsto nos normativos empresariais, que ratificam como princípio de gestão a não-discriminação, a eliminação de todos os preconceitos de gênero, raça, etnia, origem social, orientação religiosa.

Ao ser signatária do Pacto Global e apoiar, oficialmente, os Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da ONU Mulheres com o objetivo de disseminar a adoção de práticas empresariais alinhadas aos Direitos Humanos Internacionais –, a Chesf reconhece a necessidade de realizar ações de promoção da igualdade, eliminando barreiras físicas, culturais e normativas que possam impedir o livre acesso à carreira e ascensão dentro da Empresa para segmentos da sociedade, notadamente, mulheres, mulheres negras, mulheres pessoas com deficiência, mulheres de orientação religiosa não hegemônicas que, historicamente, enfrentam impedimentos muitas vezes invisíveis às organizações.

A Chesf participa ativamente do Comitê Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia e Empresas Vinculadas, que se reúne duas vezes ao ano em Assembleia Geral Ordinária, disseminando ações, orientações e boas práticas das empresas participantes.

Com base nas políticas do Governo Federal de promoção da equidade de gênero e raça, o Diretor-presidente da Chesf, Marcos Aurélio Madureira da Silva, assinou, em outubro de 2013, a Portaria PR-027/2013, alterando a composição do Comitê de Gênero e Raça da empresa, para renovar e aumentar o número de representantes e determinar atividades de articulação e operacionalização do Plano de Ação Chesf para o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; fomento do diálogo sobre questões de gênero e étnico-raciais, em sintonia com os órgãos da Companhia responsáveis pela execução de cada ação.

Desde a participação da Chesf na I Conferência de Políticas para as Mulheres, em 2004, a Empresa vem desenvolvendo ações afirmativas em prol da diversidade e aderiu, formalmente, em agosto de 2006, ao Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), hoje ampliado para Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que se encontra na 5ª Edição. Pelo reconhecimento ao desenvolvimento dos Planos de Ação, a Chesf conquistou três Selos Pró-Equidade, sendo a 2ª Edição (2007-2008), a 3ª Edição (2009-2010) e a 4ª Edição (2011-2012).

Entre as realizações do ano de 2013 que vêm contando com a adesão de cada vez mais empregadas e empregados estão:

- Treinamentos, palestras e cursos sobre o tema Gênero e Raça, contextualizando-os na defesa dos Direitos Humanos e dentre os valores empresariais da Chesf.
- Inserção do tema no Plano de Educação Corporativa – PEC.
- Planejamento e desenvolvimento de parcerias – Secretaria Estadual de Saúde e Vigilância Sanitária – para a concretização da Sala de Apoio à Maternidade, para chesfianas e empregadas de empresas contratadas.
- Comunicação Interna: campanhas eletrônicas de conscientização nas datas significativas para as questões de gênero e raça: 8 de março – Dia Internacional da Mulher; 18 de maio-Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantojuvenil; 28 de maio-Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher; 7 de agosto-Sanção da Lei Nº 11.340/06 Lei Maria da Penha; 6 de setembro-Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher; 23 de setembro-Dia Internacional Contra a exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças; Dia 10 de Outubro-Dia Nacional de Luta pelo Fim da Violência contra a Mulher; 20 de novembro-Dia Nacional da Consciência Negra; 6 de dezembro-Dia Nacional de Luta dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; 10 de Dezembro-Dia Internacional dos Direitos Humanos.
- Campanha 16 dias de ativismo, na Sede e Regionais, sobre datas significativas pelo fim da violência contra a mulher (Novembro e Dezembro, Sede e Regionais).
- Mês da Mulher: seminários, palestras e encontros de conscientização realizados no mês de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (Março, Sede e Regionais).

- Participação na Assembleia Geral Ordinária do Comitê Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia (Outubro, no Rio de Janeiro).
- Oficina do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (Novembro, Brasília).
- Desenvolvimento do Plano de Ação Chesf para o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Em 2013, A Chesf recebeu duas premiações por sua atuação na promoção da equidade de Gênero e Raça:

- Prêmio Camélia da Liberdade, conquistado pela atuação em prol de ações afirmativas pela inclusão social das(os) negras(os) em projeto de Responsabilidade Social em Salvador (BA). Nesse prêmio, concedido pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), a Chesf foi a única Empresa contemplada (Abril, Rio de Janeiro).

- Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça (4ª edição), reconhecimento conquistado pela realização do Plano Chesf Pró-Equidade de Gênero e Raça, atendendo à política do Governo Federal de promoção da equidade de gênero nas relações de trabalho. Foi a terceira vez que a Chesf conquistou o Selo. (Abril, Brasília).

Acessibilidade

Ao final do ano de 2013, a Chesf contava com 165 empregados com deficiência em seu quadro de pessoal, deste total, 128 empregados estão inscritos no Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência – PAPD, sendo 31 com deficiência auditiva, 78 com deficiência física, 01 com deficiência cognitiva, 01 com deficiência múltipla, 14 com deficiência visual e 03 pessoas reabilitadas pela Previdência Social.

Mantendo o seu compromisso com a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, foi concebido, por intermédio do Comitê de Acessibilidade e Inclusão, para o horizonte 2013-2014, um plano de ações e medidas específicas, apresentado pelo Programa Acessibilidade: Estratégia para Inclusão - Proacessi, objetivando assegurar as necessárias e indispensáveis condições para que estes profissionais exerçam suas atividades laborais e corporativas de maneira independente, autônoma e segura.

Entre as realizações anuais de 2013 estão:

- O tema “*acessibilidade*” foi incluído nas diversas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho;
- Foram realizadas inspeções, com o Comitê de Ergonomia da Chesf, para proporcionar as melhores condições de trabalho, bem como com as diversas adaptações possíveis, para os empregados que apresentam alguma deficiência;
- Foi iniciado na Sede o Projeto de Desenvolvimento da Acessibilidade Atitudinal, realizando ações de melhoria nas relações interpessoais no ambiente de trabalho de setores onde existem pessoas com deficiência, efetivando diagnósticos e intervenções sempre que necessário;
- Mantidos os diagnósticos e adequações das inacessibilidades físicas, ambientais, de mobiliários, de informação e de comunicação no ambiente da Companhia.

FORNECEDORES

Na gestão dos seus negócios, a Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona, entre os quais seus fornecedores de bens e serviços, parceiros importantes para o seu negócio. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos, atualizando-os periodicamente sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos, com o intuito de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos.

Nos processos de seleção e contratação dos seus fornecedores, as áreas de suprimento da Chesf vêm incluindo critérios socioambientais específicos, que buscam atender aos preceitos da sustentabilidade e à conformidade legal, exigindo que os fornecedores adotem padrões éticos e de responsabilidade socioambiental compatíveis com aqueles que praticam, por intermédio de diretrizes que estabeleçam princípios e normas de conduta empresarial esperados em suas relações e compartilhando compromissos assumidos. Com este intuito implementou as seguintes ações:

- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que tomou ciência do conteúdo da cartilha “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, entregando um exemplar na assinatura do contrato;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que sua empresa não sofreu nenhuma sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental.
- No tocante à adoção de boas práticas de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimento foram gerados recentemente os seguintes documentos:
- Relatório sobre Boas Práticas correntes de Sustentabilidade nas contratações para os Sistemas de Transmissão e Geração da Chesf.
- Relatório sobre Boas Práticas correntes de Sustentabilidade para Administração de Contratos dos Sistemas de Transmissão e de Geração da Chesf.
- Especificamente no ano de 2013, foi gerado o seguinte documento:
- Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobrás.

RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

A Chesf entende como investimento social o repasse voluntário de recursos de forma planejada, sistemática e monitorada, para projetos sociais de interesse público, ou seja, é a contribuição direcionada para o atendimento de necessidades e prioridades da comunidade, com foco na transformação da realidade social e têm investido nas áreas de educação, capacitação e difusão do conhecimento; geração de trabalho e renda e desenvolvimento regional; e promoção da saúde e cidadania. A escolha dos projetos se dá por meio da análise dos benefícios que serão proporcionados para a comunidade atendida.

A prática de ações na área de Responsabilidade Social contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, promove a redução das desigualdades sociais, aumenta a motivação dos empregados, promove o reconhecimento e fidelidade do público-cliente, além de contribuir para valorizar a imagem da Chesf e de seus produtos. A maioria dos programas e projetos sociais que são apoiados pela Companhia localiza-se no entorno de seus empreendimentos e beneficia milhares de pessoas de comunidades carentes. Em 2013, foram aplicados R\$ 38,1 milhões, na área, beneficiando mais de 120 mil pessoas.

Na área de educação, capacitação e difusão do conhecimento foram apoiados 02 projetos que beneficiaram mais de 200 pessoas, entre crianças, jovens e familiares de baixa renda. Seis projetos que atenderam mais de 900 pessoas com o objetivo a complementação do ensino formal e o desenvolvimento de ações socioeducativas e obteve como resultado a melhoria do desempenho nas áreas de linguagem oral e escrita; do relacionamento interpessoal; a capacitação para o manuseio do computador; a capacitação em diversas atividades esportivas, culturais e pedagógicas; o acesso universitário; a orientação profissional; o apoio psicossocial; a maior integração com as famílias; a internalização de princípios éticos e a valorização do meio ambiente. A Companhia deu continuidade ao apoio do projeto Somos Todos Aprendizes, que trouxe como resultado a capacitação em cursos de formação básica e a qualificação para o mercado de trabalho de 44 jovens com déficit de inteligência, decorrente da Síndrome de Down.

Com o objetivo de geração do trabalho e renda e desenvolvimento regional foram apoiados sete projetos sociais. Os projetos Ventos da Mudança e Educação Profissional de Jovens e Adultos beneficiaram mais de 400 pessoas, entre jovens e adultos, e traz como resultados o crescimento individual e coletivo, a inclusão social e profissional, o aumento da renda, a melhoria da educação, a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho local. Já os projetos de Hortas Comunitárias, realizados em Teresina (PI) e no município de Salvador (BA), além dos benefícios proporcionados para a população, por intermédio da geração de renda, também evita ações de queimadas e vandalismo, por ser realizado embaixo das linhas de transmissão da Chesf.

Outros dois grandes projetos apoiados pela Chesf e executados pela Embrapa, que vêm trazendo uma significativa melhoria para seus beneficiados em termos de geração de emprego e renda e desenvolvimento regional, são os projetos Lago de Sobradinho que promove ações para produtores agropecuários e pescadores moradores no entorno da barragem de Sobradinho (BA), que contempla a implantação de campos de aprendizagem tecnológica e treinamento; e o projeto Boa Esperança, que promove alternativas tecnológicas para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais situadas no entorno do reservatório da usina Boa Esperança (atendendo a municípios dos Estados do Piauí e do Maranhão) e contempla o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de produção agrícola e animal familiar; desenvolvimento e aprimoramento de agroindústrias; e ações de meliponicultura, pesca e piscicultura. Esses dois projetos, ao final de sua execução, atenderão, direta e indiretamente aproximadamente a 13 mil pequenos produtores da região.

Em relação à promoção da saúde, a Chesf apóia projetos e promove diversas ações sociais, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida e saúde aos beneficiados. Por meio do projeto social Saúde Para Todos, a Chesf mantém um ambulatório para atender famílias carentes que se encontram em situação de risco ou abandono da comunidade de Muribeca, em Jaboatão dos Guararapes (PE) e, devido à qualidade do atendimento do ambulatório e à falta de outros ambulatórios locais, o atendimento também foi estendido para as comunidades de Jardim Muribeca e da Integração/Extensão, também em Jaboatão dos Guararapes, atendendo uma média de 1.300 pessoas por mês.

Além dos projetos citados, também foram promovidas pelas regionais e sede da Chesf, diversas ações como Feiras de Saúde, Educação e Cidadania, Palestra de Saúde e Segurança, Ação e Cidadania, as quais beneficiaram cerca de 2.000 pessoas, com diversas atividades, como orientação sobre saúde bucal, oficinas educativas e recreativa, educação alimentar, atendimento com consultas e exames médicos (clínica geral, ginecologia e pediatria), atendimentos odontológicos (profilaxias, saúde bucal e extrações), aferições diversas (pressão arterial, glicemia, peso/altura, IMC etc), aplicação de vacinas, testes de acuidade visual, cortes de cabelo, palestra sobre DST, recreação com público infantil e distribuição de lanches. Nas instalações da Sede, em Recife, por meio do Convênio com o SESI, foi disponibilizado atendimento odontológico aos empregados, aos prestadores de serviços das empresas contratadas e à comunidade local.

O tema Cidadania é bastante amplo e por seu intermédio a Chesf deu continuidade ao projeto social Fazendinha, que contempla a urbanização de 22 blocos de alojamentos em 132 casas populares para serem entregues aos moradores da Comunidade de Nossa Senhora das Graças em Piranhas (AL); ao projeto social Dignificação do Idoso Carente, que assegura os serviços de atendimento psicossocial, lazer, saúde e nutrição a 25 idosos mantidos na Instituição Abrigo Cristo Redentor, em Jaboatão dos Guararapes (PE); a dois projetos, um junto ao governo do estado do Ceará e outro ao de Pernambuco, de implantação de ações definitivas de combate as ações da estiagem no semiárido dos respectivos estados; e uma ação de apoio aos apenados do presídio Aníbal Bruno e seus familiares.

Além desses projetos, foram realizadas diversas ações sociais, dentre as quais citamos a realização de campanhas e palestras promovendo a conscientização e estimulando a educação para diversos temas como gênero e raça, violência contra a mulher, como a Campanha do Laço Branco, homens pelo fim da violência contra as mulheres, com envolvimento dos empregados promovendo momento de reflexão sobre o tema (sede e regionais), cessão das instalações do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, incluindo as unidades de Xingó e Itaparica para aulas de campo de universidades, IFs e outras escolas técnicas, nas áreas de Engenharias Elétrica, Civil, Mecânica, Ambiental, de Produção, de Pesca, cursos técnicos de nível médio nas áreas de Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Eletromecânica, Eletrotécnica, dentre outras, em visitas técnicas acompanhadas por profissionais Chesf, recebendo 4.858 visitantes, entre estudantes e professores; Realização do projeto Meio Ambiente e Escola, destinado à Comunidade do Jardim Cordeiro, entorno das subestações Chesf, município de Delmiro Gouveia-AL, com roteiro temático sobre preservação do patrimônio histórico e ambiental e visita ao Complexo Hidrelétrico, exibição de vídeos didáticos, doação de mudas de plantas nativas, atendendo a 120 alunos do Ensino Fundamental; Cessão da Biblioteca Chesf/Memorial, gestão APA, para comunidade pauloafonsina e cidades circunvizinhas, atendendo a estudantes do nível fundamental ao universitário, pós-graduandos em pesquisas de mestrado e doutorado, que buscam informações sobre temas específicos como a história da Chesf e de Paulo Afonso, a história do Hospital Chesf, a política de responsabilidade socioambiental da Chesf, dentre outros. Em 2013, recebeu 1.120 usuários; doação de 75 livros infantis para a Biblioteca do Projeto Leitura para Miúdos do Centro Social Urbano de San Martin-PE, arrecadação de 425 brinquedos (novos) distribuídos com as crianças da favela do Vietnã-PE, a arrecadação de 596 kg de alimentos

não perecíveis doados a instituição Lar Vida no bairro de Novo Marotinho, beneficiando 300 pessoas, na Estrada Velha do Aeroporto de Salvador-BA e, coleta, por meio do Programa Recicla Chesf, de papel utilizado nas unidades de trabalho e doação para Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso. Com a renda, a entidade beneficiada investe em melhoria nas instalações e destina parte para projetos sociais. A Administração Regional de Paulo Afonso disponibiliza 01 profissional para fazer acompanhamento do Programa, transporte e pessoal de apoio para carregamento do material. Em 2013, foram doados 2.875,60 kg.

No final do ano, foram desenvolvidas duas ações de Natal. A primeira arrecadou fundos dos funcionários para viabilizar a compra de presentes para 84 crianças de 2 a 6 anos e a realização de festa para a entrega. A segunda fez a arrecadação de presentes e a entrega para 153 crianças do Centro Educacional Social e Cultural – CESC, localizado no bairro do Coqueiral, na cidade do Recife.

A Chesf coordena projetos para o desenvolvimento regional alinhados a programas sociais do Governo Federal. Em 2013, o Programa Luz para Todos realizou 52.451 ligações que beneficiaram 262.255 pessoas no Nordeste Geoeletrico.

A Companhia mantém em Paulo Afonso o Hospital Nair Alves de Souza (HNAS), em convênio com o SUS, que atende aos empregados Chesf, seus dependentes e à população da região.

Ao longo da sua existência o foco da prestação de serviços médico-hospitalares à população de forma geral foi se consolidando, tendo sido registrado neste ano algo aproximadamente 98% dos atendimentos destinados à população de 22 cidades de quatro estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe), num total de 87.652 pessoas.

Também no exercício 2013 as ações de transferência do HNAS para a UNIVASF tiveram continuidade, com previsão de conclusão em 2014, dentre as quais destacam-se:

- Enviado para as partes envolvidas a Minuta do Termo de Compromisso entre a Chesf, UNIVASF, Prefeitura de Paulo Afonso e Secretaria de Saúde da Bahia/Governo do Estado da Bahia;
- Doação de terreno em Paulo Afonso com 100.000 m², para instalação do campus universitário da UNIVASF, iniciando-se com a implantação da Escola de Medicina, para qual o HNAS funcionará como hospital-escola;
- Reforma de salas de aula do CFPPA para receber inicialmente as primeiras turmas do curso de Medicina da UNIVASF, até que o prédio a ser construído no terreno doado para esse fim esteja concluído;
- Doação das instalações prediais e equipamentos do HNAS à UNIVASF;
- Negociado o compromisso de construção, pela Chesf, da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) para 30 leitos no hospital, previsto no Termo de Compromisso citado;
- Negociado o compromisso para que Governo do Estado da Bahia, adquira e instale os equipamentos e acessórios necessários e operação da UTI no HNAS, também fazendo parte do Termo de Compromisso citado;
- Assumido o compromisso de manutenção operacional do hospital (instalações físicas e de pessoal) até o ano de 2014, a partir do qual toda gestão passará ser feita pela EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com o objetivo de cumprir as ações planejadas para o exercício de 2013, a Chesf destinou recursos financeiros da ordem de R\$ 16 milhões a programas que visam à ecossustentabilidade. Nesses programas, estão incluídas, além das ações para a preservação e a conservação do ambiente, a manutenção e o resgate cultural de comunidades e de suas atividades tradicionais, observando sempre a Política Ambiental do Grupo Eletrobras e em conformidade com a sua Missão. A Chesf tem se guiado por Princípios que denotam a preocupação com as questões socioambientais, destacando-se o Princípio do Uso Sustentável de Recursos Energéticos, que tem como premissa explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais atendendo aos princípios do desenvolvimento sustentável e o Princípio da Gestão Ambiental.

Todos os empreendimentos da Chesf estão licenciados ou em processo de renovação ou regularização. A Chesf se empenhou na obtenção de licenças ambientais de vários empreendimentos de transmissão de energia elétrica com vários órgãos ambientais, sejam estaduais, municipais e

federal. No período, foram conseguidas 23 licenças, sendo 15 Licenças Prévia (LP) e oito Autorizações de Supressão de Vegetação (ASVs), além de duas Renovações de Licença de Instalação (RLI) e cinco Renovações de Licença de Operação (RLO). Em 04 de Julho de 2013, o Ibama Sede expediu à Chesf a renovação da Licença de Operação da UHE Boa Esperança, situada no médio curso do rio Parnaíba, entre os Estados do Piauí e Maranhão, tendo uma potência instalada de 235.300 kW, com validade de 10 anos a partir da data de sua emissão. Com relação a área de manejo de produtos perigosos foram obtidas as Renovações das Licenças de Operação da Estação de Tratamento e Armazenamento de Óleo do Bongí (PE) e do Depósito de Guarda Temporária de Ascarel de Abreu e Lima (PE).

A Chesf deu continuidade ao Plano de Ação Socioambiental (PAS) no Complexo Paulo Afonso, reafirmando-se como um processo de gestão para mediar conflitos, fortalecer consensos e contribuir para formação da cidadania, capaz de construir um novo olhar sobre a importância das raízes culturais das populações, sobre o valor da preservação dos processos ecológicos e sobre a conservação dos recursos naturais como base para segurar a sustentabilidade.

Campanhas de Combate às Queimadas em plantações de cana-de-açúcar também fizeram parte das atividades da Chesf em 2013 no Estado de Alagoas, envolvendo os municípios de Penedo, Messias e São Miguel dos Campos.

O Programa Meio Ambiente na Empresa (MAE) promoveu internamente diversos eventos como a Semana de Meio Ambiente, Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Reciclagem, Dia Internacional da Floresta, Dia do São Francisco, entre outros.

A Chesf executou recomposição da Mata Ciliar no Baixo São Francisco e Tributários, contemplando o trecho de Paulo Afonso (BA) até a Foz do rio São Francisco (AL/SE), resultando no plantio de 64.000 mudas em 2013, no entanto estão previstas mais 236.000 até 2016. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas foi realizado nos empreendimentos das UHEs Sobradinho, sendo trabalhados 62,35 ha; Itaparica, 55,94 ha; Boa Esperança 21,00 ha; Xingó, 28,11 ha e do Complexo de Paulo Afonso, 21,14 ha, cobrindo uma área total de 388,54 ha.

O Programa de Processos Erosivos foi realizado em Paulo Afonso com a contenção e o monitoramento de uma área de 20,76 ha. Em Itaparica e Sobradinho, a equipe da Chesf fez o diagnóstico e a elaboração do projeto executivo para a recuperação de aproximadamente 35 ha. Para Boa Esperança, foram diagnosticados e mapeados 74 pontos, além de elaborado o projeto executivo para a recuperação de 26 pontos erosivos considerados críticos.

Em 2013, deu-se continuidade ao Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Rio Parnaíba, incluindo Limnologia e Qualidade de Água, Ictiofauna, e Macrófitas Aquáticas. Quantos aos Programas de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos das Usinas do São Francisco, estão em andamento o de Sobradinho, Itaparica, Complexo de Paulo Afonso, Xingó e Baixo São Francisco, até a foz do rio.

A Chesf implementou o Programa de Monitoramento Ambiental do São Francisco durante o período de baixa vazão, contemplando campanhas mensais de Monitoramento da Qualidade de Água e de Processos Erosivos, bem como campanhas quinzenais de Cunha Salina.

Mantida pela Chesf para a produção de alevinos, visando ao repovoamento do rio São Francisco, na área de abrangência dos seus empreendimentos de geração, a Estação de Piscicultura de Paulo Afonso (EPPA) possibilitou a realização do peixamento de um total de 580.037 alevinos. Por outro lado, a Estação de Piscicultura Dourival Guimarães (EPDG), localizada em Porto Alegre do Piauí, produziu peixes para o repovoamento do rio Parnaíba, permitindo, em 2013, o repovoamento com 129.922 alevinos de espécies nativas.

Na Central Geradora Eólica Casa Nova (CGE) I, a Chesf deu andamento ao trabalho de Monitoramento Arqueológico, resgatando os vestígios materiais eventualmente encontrados, além de ter executado 10 oficinas para divulgação dos trabalhos e resultados alcançados para as comunidades existentes na área de influência direta e indireta do empreendimento.

Os Programas de Educação Histórico-Patrimonial e do Inventário das Manifestações Culturais do Município de Casa Nova resultaram na elaboração de um livro, uma cartilha, um CD do Cancioneiro Popular, um Sistema de Informações Geográficas (SIG) das manifestações culturais locais, um seminário e uma exposição fotográfica.

Em 2013, foi concluído, na área de influência da UHE Xingó, o Programa de Monitoramento da Flora e da Fauna, cujo levantamento florístico e fitossociológico registrou 2.662 indivíduos inventariados, pertencentes a 46 espécies.

Na área de influência da UHE Boa Esperança, foram realizadas duas campanhas de Monitoramento e Levantamento de Fauna e Flora, sendo apuradas as seguintes informações: O Levantamento Florístico e Fitossociológico teve até então 1.780 indivíduos inventariados, pertencentes a 42 espécies, com identificação 17 famílias. No que diz respeito à fauna, o levantamento da mastofauna encontrou 22 espécies. Na avifauna, verificou-se a existência de 145 espécies de aves.

Dentre as ações voltadas para a UTE Camaçari (BA), a Chesf contratou empresas especializadas para realizarem o Monitoramento dos Efluentes da Rede de Drenagem, elaborar o Inventário de Emissões Atmosféricas, a Análise Preliminar de Perigos e o Programa de Gerenciamento de Riscos a manutenção do projeto de revegetação do cinturão verde da térmica. Além disso, foi dada continuidade ao Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo sido realizada uma campanha de conscientização para a coleta seletiva e implantada a sistemática de registro dos quantitativos de resíduos gerados pelo empreendimento.

Para a melhoria dos processos de gestão ambiental, a Chesf contratou o Parque Tecnológico de Campina Grande para desenvolver o projeto de P&D+I “Sistema de Gestão Ambiental com Suporte a Dados Geoespaciais, Multimídia e Dispositivos Móveis”. O contrato tem duração de 30 meses. No âmbito deste projeto, em 2013 foram desenvolvidos o Sistema de Informação para o Plano de Ação Socioambiental (SIPAS), que contempla o armazenamento e recuperação dos dados de diagnósticos, o suporte às ações previstas no plano e a comunicação efetiva da Chesf com as comunidades; e o Sistema de Informação para suporte ao processo de Gestão Ambiental dos empreendimentos e às exigências resultantes da Licença de Operação (SISLIC). Ambos os sistemas estão em fase final de testes visando sua incorporação no sistema operacional da Chesf.

A Chesf quitou, em 2013, a compensação ambiental decorrente da instalação da Linha de Transmissão Paraíso-Açu II, depositando em conta específica de compensação ambiental de titularidade da Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar do Rio Grande do Norte – FUNDEP, o valor de R\$ 170.886,03.

Com relação ao manejo de resíduos, foi realizada a destinação final ambientalmente adequada de 145.213 kg de resíduos Classe I (Perigosos), sendo 20.206 kg de baterias chumbo-ácidas, 99.320 kg de resíduos de PCBs (Ascarel), 2.800 kg de óleo inservível, 722 kg de lâmpadas fluorescentes queimadas, 19.075 kg de pneus inservíveis e 3.090 kg de resíduos contaminados com óleo.

Em 2013, a Chesf não foi multada por violação de normas de proteção ambiental, ressaltando-se que não há qualquer restrição às atividades operacionais da Companhia.

PROGRAMA DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

Os recursos aplicados diretamente nesta ação foram de R\$ 99 milhões (81,43% do orçamento) destinados a obras, serviços, aquisições de equipamentos, assistência técnica rural, apoio à produção agrícola aos reassentados e programas ambientais, além dos processos de regularização fundiária das áreas adquiridas.

Prossegue a implantação do Projeto Irrigado Jusante (Glória/BA), com a conclusão por parte da COELBA das obras da SE 69/13.8 kV- Jusante e execução de cerca de 50% das obras da LT 69 kV necessária para o suprimento de energia ao projeto. Prosseguem as obras de implantação do sistema viário, cercas e demarcação dos lotes e da poligonal do projeto. Iniciadas as obras de implantação da última etapa da infra-estrutura de irrigação, já concluídas a rede de distribuição e parcelar (microaspersão) das glebas da Área 1, e em fase de conclusão aquelas redes da Área 3.

Nas áreas 2A, 2B e 2C, que representam 43% do projeto, não foi possível iniciar a implantação, em razão de constantes embargos por parte de moradores locais, que vem impedindo o desmatamento das áreas onde serão assentes as infra-estruturas de irrigação. A Chesf vem movendo ações, quer no âmbito policial, quer judicial e negocial, contudo os embargantes, contando com a solidariedade dos beneficiários daquele perímetro, têm impedido o prosseguimento dos serviços naqueles setores, já se antevendo-se a possibilidade de encerramento do prazo contratual sem que se conclua aquelas instalações.

Em andamento os processos de regularização fundiária das áreas do reassentamento rural, e realizadas diversas ações no campo judicial visando a remoção de ocupantes irregulares, bem como para o desimpedimento das obras do Projeto Jusante e em defesa contra a pretensão de grupos de pessoas que buscam, sem qualquer amparo legal ou factual, se incorporar aos beneficiários do Programa de Reassentamento de Itaparica. Em andamento também as medidas administrativas para

resolver eventuais pendências referentes a benefícios que não puderam se concretizar, mediante indenização dos mesmos, o que resultou no período na emissão de escrituras resolvendo sete pendências com os beneficiários dos perímetros Fulgêncio e do assentamento de Itacoatiara. Foram ainda resolvidos outros onze benefícios dos Perímetros Fulgêncio e Apolônio Sales, mediante pagamento de uma compensação financeira para que possam requalificar as áreas que apresentaram restrições à exploração irrigada.

Um ponto relevante em 2013 foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Julgamento do Recurso Especial da Ação Civil Pública nº 5.419/96, oriunda da Comarca de Petrolândia/PE, que reconheceu a legitimidade do Pólo Sindical para subscrever o Aditivo de 1991 ao Acordo celebrado em 1986, o qual alterou a forma de cálculo da verba de manutenção temporária. Essa Ação é de relevante importância para a CHESF, seja pelo vulto que a mesma representava, seja pelo efeito multiplicador que o precedente representaria perante aos reassentados das demais áreas, cujos processos, de idêntico objeto, estão em curso.

Na esfera ambiental foram renovadas as outorgas para uso dos recursos hídricos dos projetos irrigados da Borda do Lago e Fulgêncio em Pernambuco e Pedra Branca, localizado na Bahia. Foram cumpridas as condicionantes ambientais na obra do Perímetro Jusante, tais como a supressão vegetal com afugentamento e resgate da fauna, a recuperação das áreas degradadas do projeto e de preservação permanente, paralelamente a um programa de educação ambiental para aquela população. Foram monitoradas as áreas de reserva legal dos perímetros irrigados e prosseguiu os trabalhos de diagnóstico, mapeamento e elaboração de projeto para minimizar a erosão no entorno do reservatório de Itaparica.

Para a continuidade da operação e manutenção dos perímetros irrigados, foi celebrado um novo Termo de Cooperação técnica-financeira com a Codevasf, em cujo objeto é prevista a transferência patrimonial de suas infraestruturas de uso comum de apoio as atividades de produção para aquele ente público, cujo prazo de execução se estende por 32 meses a partir de março de 2013.

Merece destaque especial à determinação expressa pelo Plenário do TCU, através do Acórdão nº 101/2013, no sentido de, conjuntamente a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Integração Nacional e o das Minas e Energia, ser elaborado um Plano de Ação contemplando a transferência dos perímetros irrigados para a Codevasf e os serviços públicos ainda administrados pela Chesf naqueles perímetros, para os respectivos municípios, o que permite vislumbrar o desengargo da Chesf no processo de gestão dos perímetros irrigados do Reassentamento de Itaparica.

Registramos ainda a transferência do serviço público de manutenção do sistema viário para os municípios de Santa Maria da Boa Vista/PE e Abaré/BA, e a transferência dos serviços públicos de saúde e abastecimento d'água potável para o município de Abaré/BA.

Finalmente, no tangente às questões indígenas, a Chesf permanece aguardando a decisão quanto a demarcação do território indígena Tumbalalá, que atinge parte do Perímetro Pedra Branca, e a definição da FUNAI quanto a aquisição das terras para compor o território indígena Tuxá, no Município de Rodelas, cujos recursos, para tanto destinados, se encontra em conta judicial aguardando a definição dessa aquisição.

CULTURA

Em 2013, a Chesf investiu R\$ 1,7 milhão na cultura e no esporte brasileiro. Foram 13 projetos apoiados pela Companhia, sendo 7 na área cultural, 5 técnico-científicos e 1 esportivo. O Encontro Internacional Pernambuco no Clima - 2013; All About Energy 2013 - Seminário Internacional e Exposição de Energias Alternativas e Renováveis; XXIX Seminário Nacional de Grandes Barragens - SNGB; Festival Bahia em Cena 2ª Edição, 15º Festival de Lençóis - Música, Arte e Sustentabilidade, na Bahia e a XI Bienal do Livro da Bahia, são algumas das ações de expressiva repercussão. Além de incentivar a geração de emprego e renda, ao destinar recursos a produções culturais em todo o território nacional, a Chesf eleva o patamar do papel da cultura, dando a ela a mesma dimensão das agendas política, econômica e social do Brasil.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2013, a Chesf recebeu os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- Selo de Promoção da Diversidade Étnico-Racial – Categoria Compromisso, outorgado pela Secretaria Municipal de Reparação da Prefeitura de Salvador;
- Prêmio Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, iniciativa do governo federal através da SPM e da SEPPIR, em parceria com a ONU Mulheres e a OIT;
- Prêmio Camélia da Liberdade, manifestação institucional e pública do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), indicada por entidades de Salvador
- Manutenção da certificação da UHE Xingó, no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - SGSST, com base na norma internacional Occupational Health and Safety Assessment Series – OHSAS 18.001.
- Premiação do trabalho "Intervenções Psicossociais como estratégias de Gestão do Absenteísmo-doença", no 23º Congresso Interamericano de Gestión Humana - CIGEH 2013, ocorrido no Panamá, no mês de julho/2013;
- Premiação de empregados em diversas práticas esportivas no Jogos do Sesi, com 12 troféus e 56 medalhas, distribuídos nas etapas Estadual, Regional Nordeste e Nacional;
- Reconhecimento pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na área de Tecnologia da Informação (TI), quanto aos:
 - ✓ mecanismos de governança e de gestão de TI, pela constatação de um comitê de planejamento de TI atuante e com papéis, responsabilidades e constituição adequados, cujo objetivo é o de auxiliar à alta administração nas decisões relevantes de TI;
 - ✓ mecanismos adequados para gerenciar os custos de TI;
 - ✓ eventos de risco de TI regular e rotineiramente considerados, monitorados e revisados, de forma consistente com a política e como processo de gestão de riscos.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza		Em 2013:		1.493.102	Em 2012:		(4.124.736)
Distribuição do Valor Adicionado		312% governo		94,8% empregados	7,8% governo		17,5% empregados
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		-312% acionistas		5,2% financiadores	-129,5% acionistas		4,2% financiadores
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2013:			Em 2012:		
2.1 - Remuneração							
Folha de pagamento bruta (FPB)		1.160.272			520.131		
- Empregados		1.156.525			517.185		
- Administradores		3.747			2.946		
Relação entre a maior e a menor remuneração:							
- Empregados		34,1			33,7		
- Administradores		11			11		
2.2 - Benefícios Concedidos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais		137.882	16,2%	4,6%	137.490	36,0%	3,1%
Alimentação		45.692	3,9%	1,1%	49.065	9,4%	0,8%
Transporte		657	0,1%	0,0%	828	0,2%	0,0%
Previdência privada		113.139	9,8%	2,8%	42.786	8,2%	0,7%
Saúde		79.654	6,9%	1,9%	66.567	12,8%	1,1%
Segurança e medicina do trabalho		3.079	0,3%	0,1%	3.148	0,6%	0,1%
Educação e Creche		12.951	1,1%	0,3%	11.925	2,3%	0,2%
Cultura		0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional		3.389	0,3%	0,1%	6.707	1,3%	0,1%
Outros		28.666	2,5%	0,7%	8.438	1,6%	0,1%
Total		475.109	40,9%	11,6%	376.954	72,5%	6,3%
2.3 - Composição do Corpo Funcional							
Nº de empregados no final do exercício		4.427			5.631		
Nº de admissões		172			22		
Nº de demissões		1369			51		
Nº de estagiários no final do exercício		13			108		
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		165			192		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		0			0		
Nº de empregados por sexo:							
- Masculino		3.513			4.464		
- Feminino		909			1.167		
Nº de empregados por faixa etária:							
- Menores de 18 anos		-			-		
- De 18 a 35 anos		928			969		
- De 36 a 60 anos		3.152			3.964		
- Acima de 60 anos		347			698		
Nº de empregados por nível de escolaridade:							
- Analfabetos		-			-		
- Com ensino fundamental		530			842		
- Com ensino médio		713			977		
- Com ensino técnico		1.389			1.581		
- Com ensino superior		1.655			2.029		
- Pós-graduados		140			202		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:							
- Masculino		81,9%			82,0%		
- Feminino		13,1%			18,0%		
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:							
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		850			850		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		269			405		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		106			36		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		689			0		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade							
Total dos investimentos em:							
Educação		1080	-0,1%	0,0%	2.109	0,0%	0,0%
Cultura		3.411	-0,5%	0,1%	16.853	-0,3%	0,3%
Saúde e infra-estrutura		24.463	-3,4%	0,6%	23.132	-0,4%	0,4%
Esporte e lazer		131	0,0%	0,0%	688	0,0%	0,0%
Alimentação		205	0,0%	0,0%	205	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda		1.629	-0,2%	0,0%	3.223	0,0%	0,1%
Reassentamento de famílias		98.988	-13,6%	2,4%	105.394	-1,6%	1,8%
Total dos investimentos		129.907	-17,8%	3,2%	151.604	-2,4%	2,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)		(2.156)	0,3%	-0,1%	(496.284)	7,7%	-8,3%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		19.504	-2,7%	0,5%	240.074	-3,7%	4,0%
Total - Relacionamento com a comunidade		147.255	-20,2%	3,6%	(104.606)	1,6%	-1,7%
3.2 - Interação com os Fornecedores		São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores		Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre de menores de 18 anos.					

4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2013			Em 2012		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10.281	-14%	0,3%	8.028	-0,1%	0,1%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.432	-0,3%	0,1%	2.734	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	445	-0,1%	0,0%	896	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	706	-0,1%	0,0%	656	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.298	-0,3%	0,1%	5.895	-0,1%	0,1%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1	0,0%	0,0%	2	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	685	-0,1%	0,0%	2.000	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	16.847	-2,3%	0,4%	20.209	-0,3%	0,3%
5 - Outras informações	2013			2011		
Receita Líquida (RL)	4.098.483			5.996.028		
Resultado Operacional (RO)	(728.858)			(6.449.315)		

Recife, 26 de março de 2014

A administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	841.111	94.745	268.638
Títulos e valores mobiliários	6	1.971.964	229.018	917.439
Clientes	7	298.542	734.810	745.277
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	8	1.254.584	4.736.747	-
Tributos e contribuições sociais	9	95.587	177.508	12.898
Cauções e depósitos vinculados	10	10.982	11.003	11.003
Almoxarifado	11	90.426	85.380	85.098
Ativo financeiro – concessões de serviço público	12	74.448	77.023	258.455
Outros	13	440.419	175.362	189.734
		5.078.063	6.321.596	2.488.542
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Clientes	7	14.334	19.571	-
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	8	1.455.151	2.719.769	-
Títulos e valores mobiliários	6	3.582	4.308	5.173
Tributos e contribuições sociais	9	2.110.186	1.857.298	566.303
Cauções e depósitos vinculados	10	666.567	482.794	295.785
Ativo financeiro – concessões de serviço público	12	2.645.459	2.599.705	5.813.526
Outros	13	334.434	57.906	40.697
		7.229.713	7.741.351	6.721.484
Investimentos	14	3.191.947	2.250.456	1.408.698
Imobilizado	15	1.602.600	1.371.394	11.173.867
Intangível	16	31.930	29.458	29.566
		12.056.190	11.392.659	19.333.615
TOTAL DO ATIVO		17.134.253	17.714.255	21.822.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	17	444.526	321.729	370.788
Folha de pagamento		109.302	16.228	14.362
Tributos e contribuições sociais	18	87.562	115.895	220.996
Financiamentos e empréstimos	19	60.192	71.017	329.699
Outras provisões operacionais		109.722	106.461	102.451
Remuneração aos acionistas		34	41	299.328
Obrigações estimadas	20	102.167	134.787	126.443
Incentivo ao Desligamento - PIDV	21	166.189	-	-
Benefícios pós-emprego	22	121.025	2.523	109.063
Encargos setoriais		155.935	201.408	162.554
Outros	23	29.853	51.561	62.955
		1.386.507	1.021.650	1.798.639
NÃO CIRCULANTE				
Tributos e contribuições sociais	18	80.617	67.797	81.113
Financiamentos e empréstimos	19	791.819	398.087	462.149
Benefícios pós-emprego	22	489.283	705.788	272.497
Encargos setoriais		235.348	151.718	167.190
Provisões para contingências	24	1.404.872	1.388.685	923.549
Provisão contrato oneroso	25	1.434.251	2.303.556	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	1.293.000
Outros	23	5.641	5.515	5.382
		4.441.831	5.021.146	3.204.880
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	27	9.753.953	9.753.953	7.720.760
Reservas de capital	27	4.916.199	4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros	27	-	-	3.841.698
Dividendos adicionais propostos	27	-	-	897.877
Outros resultados abrangentes	27	(705.357)	(805.879)	(557.896)
Prejuízo acumulado	27	(2.658.880)	(2.192.814)	-
		11.305.915	11.671.459	16.818.638
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.134.253	17.714.255	21.822.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	4.098.483	5.996.028
CUSTO OPERACIONAL	30		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(682.356)	(19.058)
Encargos de uso da rede de transmissão		(796.324)	(867.885)
Custo de operação			
Pessoal, material e serviços de terceiros		(404.274)	(407.887)
Combustíveis para a produção de energia		(730.443)	(2.522)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(19.504)	(240.074)
Depreciação e amortização		(37.702)	(339.815)
Provisão (reversão) contrato oneroso		869.305	(711.375)
Outros		30.939	12.942
		(1.770.359)	(2.575.674)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	30	(1.308)	(5.371)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	30	(939.590)	(603.420)
LUCRO BRUTO		1.387.226	2.811.563
DESPESAS OPERACIONAIS	30	(2.597.709)	(1.278.418)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(1.210.483)	1.533.145
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14	65.378	46.521
RESULTADO FINANCEIRO	31	416.247	216.261
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/2013		(728.858)	1.795.927
Efeitos iniciais da Lei nº 12.783/2013		-	(8.245.242)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI Nº 12.783/2013		(728.858)	(6.449.315)
Imposto de renda e contribuição social		262.792	1.108.003
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(466.066)	(5.341.312)
Prejuízo básico por ação (em reais)		(8,34)	(95,54)
Prejuízo diluído por ação (em reais)		(8,34)	(95,54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo líquido do exercício		(466.066)	(5.341.312)
Outros componentes do resultado abrangente			
Participação no resultado abrangente de investidas	27	133	(231)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	27	144.365	(500.466)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(43.976)	252.714
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		100.522	(247.983)
Total do resultado abrangente do exercício		(365.544)	(5.589.295)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS										
	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS A REALIZAR	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RETENÇÃO DE LUCROS	INCENTIVOS FISCAIS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/12/2011	7.720.760	4.916.199	428.599	501.886	8.179	2.209.834	693.200	897.877	(557.896)	-	16.818.638
Aumento de capital	2.033.193	-	-	-	-	-	(693.200)	-	-	-	1.339.993
Participação no resultado abrangente de investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(231)	-	(231)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(247.752)	-	(247.752)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.341.312)	(5.341.312)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	925	-	-	(925)	-
Destinação:											
Aprovação de dividendos adicionais pela AGO	-	-	-	-	-	-	-	(897.877)	-	-	(897.877)
Compensação de prejuízo do exercício 2012			(428.599)	(501.886)	(8.179)	(2.209.834)	(925)	-	-	3.149.423	-
SALDO EM 31/12/2012	9.753.953	4.916.199	-	-	-	-	-	-	(805.879)	(2.192.814)	11.671.459
Participação no resultado abrangente de investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	133	-	133
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	100.389	-	100.389
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(466.066)	(466.066)
SALDO EM 31/12/2013	9.753.953	4.916.199	-	-	-	-	-	-	(705.357)	(2.658.880)	11.305.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)
Atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(728.858)	(6.449.315)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização		104.645	408.878
Variações monetária e cambial (líquidas)		(193.077)	(9.777)
Equivalência patrimonial		(65.378)	(46.521)
Provisão para contingências		40.613	209.193
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		43.370	81.287
Provisões para perda na realização de investimentos		246.915	-
Benefícios pós-emprego – ajuste atuarial		110.199	30.651
Outras provisões (reversões) operacionais		97.546	106.461
Atualização de cauções e depósitos vinculados		(24.191)	(16.869)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)		(176)	(206)
Receita financeira – Ativo financeiro		(44.390)	(684.098)
Perdas imobilizado Lei nº 12.783/2013		-	4.091.507
Perdas ativo financeiro - Lei nº 12.783/2013		-	2.161.420
Provisão (Reversão) contrato oneroso		(869.305)	2.303.556
Provisão (Reversão) para impairment		620.274	400.135
Atualização de valores a receber - Lei 12.783/2013		(158.179)	(203.231)
Encargos financeiros		40.241	40.276
Atualização de dividendos		-	70.144
Incentivo ao desligamento de pessoal		168.049	-
Outras		(5.751)	-
		(617.453)	2.493.491
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas		(6.967)	(8.875)
Pagamentos à entidade de previdência privada		(63.832)	(204.362)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras		(34.699)	(42.171)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(260.074)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados		(94.285)	(102.451)
Depósitos vinculados a litígios		(49.894)	(167.846)
Variações nos Ativos e Passivos			
Clientes		398.135	(90.391)
Almoxarifado		(5.046)	(282)
Tributos e contribuições sociais		36.215	46.769
Adiantamentos a empregados		(11.862)	14.583
Cauções e depósitos vinculados		(109.667)	(2.294)
Serviços em curso		(95.231)	(8.086)
Fachesf Saúde Mais		(114.043)	-
Fornecedores		122.797	(49.059)
Compensação ambiental		-	(13.640)
Obrigações estimadas		(32.620)	8.344
Encargos setoriais		26.543	23.382
TAC Comunidade Indígena Tuxá – Itaparica		-	-
Provisão para contingências		(24.426)	255.943
Aquisição da conexão a SE Pirapama II		(20.961)	-
Outros ativos e passivos operacionais		(9.984)	32.378
		(89.827)	(568.132)
Total das atividades operacionais		(707.280)	1.925.359
Atividades de investimentos			
Valores recebidos - Lei nº 12.783/2013		5.089.452	-
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível		(398.025)	(774.325)
Realização do Ativo financeiro - Concessões de serviço público		(814.203)	330.771
Investimentos em participações societárias permanentes		(938.577)	(817.456)
Dividendos recebidos		50.956	28.639
Aplicações em (resgates de) títulos e valores mobiliários		(1.742.220)	689.286
Baixas de Ativos Imobilizado e Intangível		101.073	12.331
AFAC em controlada em conjunto		(243.275)	(34.525)
Adiantamento consórcio		(33.226)	-
		1.071.955	(565.279)
Atividades de financiamentos			
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas		-	46.993
Financiamentos e empréstimos obtidos		500.000	4.741
Pagamentos de financiamentos e empréstimos		(118.309)	(318.417)
Remuneração paga aos acionistas		-	(1.267.290)
		381.691	(1.533.973)
TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA		746.366	(173.893)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		94.745	268.638
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		841.111	94.745
VARIAÇÃO NO CAIXA		746.366	(173.893)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas			
Venda de energia elétrica, transmissão e outras		4.787.360	7.001.333
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(43.370)	(81.287)
Perdas – Clientes		(9.794)	(26.591)
		4.734.196	6.893.455
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Material		25.029	26.782
Combustíveis para a produção de energia		730.443	2.522
Serviço de terceiros		177.617	192.444
Energia elétrica comprada para revenda		682.356	19.058
Encargos de uso da rede de transmissão		796.324	867.885
Custo de construção		939.590	603.420
Perdas na realização de ativos Lei nº 12.783/2013		-	6.252.927
Provisão (Reversão) para impairment		620.274	400.135
Provisão (Reversão) contrato oneroso		(869.305)	2.303.556
Outros		577.760	410.447
		3.680.088	11.079.176
(=) Valor Adicionado Bruto		1.054.108	(4.185.721)
(-) Retenções			
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)		104.645	408.878
(=) Valor Adicionado Líquido		949.463	(4.594.599)
(+) Valor adicionado transferido			
Resultado de equivalência patrimonial		65.378	46.521
Dividendos e juros sobre o capital próprio		7.245	8.130
Aluguéis		74	71
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013		342.671	203.231
Receitas financeiras		128.271	211.910
		543.639	469.863
(=) Valor Adicionado a Distribuir		1.493.102	(4.124.736)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal			
Salários/benefícios/FGTS		735.511	697.134
Incentivo ao desligamento de pessoal		630.841	-
Honorários da diretoria		2.996	2.569
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas		45.641	23.562
		1.414.989	723.265
Governos:			
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento		152.144	152.770
Tributos líquidos de incentivos fiscais		(2.156)	(496.284)
Encargos setoriais		316.721	664.033
		466.709	320.519
Financiadores:			
Encargos financeiros, variação monetária e outros:			
Eletrobras		4.994	78.295
Outros financiadores		56.310	73.483
Aluguéis		16.166	21.014
		77.470	172.792
Acionistas:			
Prejuízo do exercício		(466.066)	(5.341.312)
		(466.066)	(5.341.312)
		1.493.102	(4.124.736)
Valor adicionado médio por empregado		337	(733)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012***(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)***1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia na atividade de geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 111 subestações (considerando-se neste total a subestação Sapeaçu, localizada no Recôncavo Baiano, em relação à qual a Chesf tem contrato de cessão de uso) e 19.344,0 quilômetros de linhas de alta tensão.

Além do parque de geração e do sistema de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica que terão capacidades instaladas de 15.244,1 MW e 602,1 MW, cuja participação da Companhia equivale a 2.498,9 MW e 295,0 MW, respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 4.175 km de linhas de transmissão, em serviço, e 1.121,5 km de linhas de transmissão, em construção.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por um prazo de até 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente (nota 2.3).

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão da Companhia estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle da referida sociedade.

2 - DAS CONCESSÕES

2.1 - Chesf

A Companhia detém as seguintes concessões:

• Geração

CONCESSÕES / PERMISSÕES	Rio	Capacidade Instalada (MW)*	Capacidade Utilizada em 2013 (MW médio/ano)*	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
USINAS					
Hidrelétricas					
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	2,166	03/10/1945	31/12/2042
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	-	03/10/1945	31/12/2042
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	23,380	03/10/1945	31/12/2042
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.272,487	03/10/1945	31/12/2042
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	8,209	03/10/1945	31/12/2042
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	566,004	03/10/1945	31/12/2042
Xingó	São Francisco	3.162,000	1.447,158	03/10/1945	31/12/2042
Piloto	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
Araras	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
Funil	de Contas	30,000	3,350	25/08/1961	31/12/2042
Pedra	de Contas	20,007	0,410	25/08/1961	31/12/2042
Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	120,026	11/10/1965	31/12/2042
Sobradinho	São Francisco	1.050,300	294,773	10/02/1972	09/02/2022
Curemas	Piancó	3,520	0,236	26/11/1974	25/11/2024
Termelétrica					
Camaçari	-	346,803	126,437	11/08/1977	10/08/2027

Eólica

A Companhia foi vencedora do Leilão Aneel de fontes alternativas no 007/2010, para o Parque Eólico Casa Nova, a ser instalado no município de Casa Nova, no Estado da Bahia, com capacidade de 180 MW*, onde a Licença de Instalação para início da obra foi concedida em 18 de maio de 2012, por meio da Portaria INEMA nº 2.656, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.

(*) Informações não auditadas

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no período.

A capacidade instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, parte destas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e parte das instalações de transmissão, a seguir, objeto do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas

a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05 de dezembro de 2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

• Transmissão

CONCESSÕES/PERMISSÕES	Data da Concessão	Data de Vencimento
SISTEMA DE TRANSMISSÃO		
Contrato de Concessão nº 061/2001 – Aneel:		
Em serviço:		
- 87 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e 18.545,8 km de linhas de alta tensão	29/06/2001	31/12/2042
Contratos obtidos por meio de Leilões da Aneel:		
Em serviço:		
- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão de 208,1 km e Subestação Tauá (CE), em 230 kV.	04/03/2005	03/03/2035
- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE/PB), em 230 kV, com extensão de 119,8 km.	04/03/2005	03/03/2035
- Linha de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, com extensão de 132,8 km.	14/06/2007	14/06/2037
- Subestação Ibicoara em 500/230 kV(PE)	14/06/2007	14/06/2037
- Linha de transmissão Ibicoara/Brumado (BA), em 230 kV, com extensão de 94,5 km.	14/06/2007	14/06/2037
- Linha de transmissão Paulo Afonso III/Zebu (AL), em 230kV, com extensão de 10,8 km; e Subestações Santa Rita II, em 230/69kV (PB); Zebu, em 230/69kV (AL); e Natal III, em 230/69kV (RN).	03/08/2009	03/08/2039
- Linha de transmissão Pirapama II/Suape II, com extensão de 41,8 km; Linha de transmissão Suape III/Suape II, C1 e C2, em 230 kv, com extensão de 7,2 km; e Subestação Suape III, em 23/69 kv (PE)	28/01/2009	28/01/2039
- Linha de transmissão Picos/Tauá (PI/CE), em 230 kV, com extensão de 183,2 km.	14/06/2007	14/06/2037
- Subestação Camaçari IV em 500 kV(BA)	12/07/2010	12/07/2040
- Subestação Suape II em 500 kV(PE)	28/01/2009	28/01/2059
- Subestação Arapiraca III, em 230/69 kV (AL)	06/10/2010	06/10/2040
Em construção:		
- Linha de transmissão Funil/Itapebi (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 223 km.	20/04/2007	20/04/2037
- Linha de transmissão Jardim/Penedo (SE/AL), em 230 kV, com extensão aproximada de 110 km.	17/03/2008	17/03/2038
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 1 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 145 km e Subestação Teixeira de Freitas II, em 230/138 kV (BA).	16/10/2008	16/10/2038
- Linha de transmissão Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB), em 230kV, com extensão aproximada de 97 km.	03/08/2009	03/08/2039
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 2 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 152 km.	03/08/2009	03/08/2039
- Subestação Pólo, em 230/69 kV (BA).	06/10/2010	06/10/2040
- Linhas de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, circuito 3, com extensão aproximada de 123 km, Açu/Mossoró II (RN), em 230 kV, circuito 2, com extensão aproximada de 69 km e João Câmara/Extremoz II (RN), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 82 km, Subestação João Câmara, em 230 kV (RN) e Subestação Extremoz II, em 230 kV (RN).	23/11/2010	23/11/2040
- Linha de transmissão Igaporã/Bom Jesus da Lapa II (BA), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 115 km, e Subestação Igaporã, em 230 kV (BA).	23/11/2010	23/11/2040
- Linha de transmissão Sobral III/Acaraú II (CE), em 230 kV, C2, com extensão aproximada de 97 km, e Subestação Acaraú II, em 230 kV (CE).	23/11/2010	23/11/2040
- Linha de transmissão Paraíso/Lagoa Nova (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 65 km, e Subestação Lagoa Nova, em 230/69 kV (RN).	13/10/2011	13/10/2041
- Subestação Ibiapina, em 230/69 kV (CE).	13/10/2011	13/10/2041
- Linha de transmissão Morro do Chapéu/Irecê (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 65 km, e Subestação Morro do Chapéu, em 230/69 kV (BA).	13/10/2011	13/10/2041
- Linha de transmissão Teresina II/Teresina III (PI), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 26 km, e Subestação Teresina III, em 230/69 kV (PI).	09/12/2011	09/12/2041

Continuação

- Linha de transmissão Recife II/Suape II (PE), em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 44 km.	09/12/2011	09/12/2041
- Linha de transmissão Camaçari IV/Sapeaçu (BA), em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 105 km.	09/12/2011	09/12/2041
- Linha de transmissão Sapeaçu/Santo Antônio de Jesus (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 31 km.	09/12/2011	09/12/2041
- Linha de transmissão Jardim/Nossa Senhora do Socorro (SE), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 1 km; Linha de transmissão Messias/Maceió II (AL), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 20 km; Subestação Nossa Senhora do Socorro, em 230/69 kV (SE) - 300MVA; Subestação Maceió II, em 230/69 kV (AL) - 400MVA.; Subestação Poções II, em 230/138 kV (BA) - 200MVA.	10/05/2012	10/05/2042
- Linha de transmissão Camaçari IV/Pirajá (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 45 km e Linha de transmissão Pituaçu/Pirajá (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 5 km.	10/05/2012	10/05/2042
- Subestação Mirueira II, em 230/69 kV (PE) - 300MVA e Subestação Jaboatão II, em 230/69 kV (PE)- 300MVA.	01/06/2012	01/06/2042
- Linha de transmissão Russas/Banabuiú C2 (CE), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 110 km; Linha de transmissão Touros/Ceará Mirim II (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 56 km; Linha de transmissão Mossoró IV/Mossoró II (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 40 km; Subestação Touros, em 230 kV (RN); e Subestação Mossoró IV, em 230 kV (RN).	01/06/2012	01/06/2042
- Linha de transmissão Igaporã III/Pindaí II (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 46 km; Linha de transmissão Igaporã III/Igaporã II C1 e C2 (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 2 km cada; Subestação Igaporã III, em 500/230 kV - (6+1) x 250 MVA (BA).	01/06/2012	01/06/2042

2.2 – Controlada em conjunto e Coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

• Geração Hidráulica

Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:						
UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,000	2007	2042
UHE Jirau (*)	ESBR Participações S.A.	20,00%	Madeira	3.750,000	2008	2043
Em construção						
UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,100	2010	2045
UHE Sinop	Consórcio Energético SINOP	24,50%	Teles Pires	400,000	2014	2049

(*) Em setembro/2013, a Companhia deu início à operação da primeira Unidade Geradora, com 75 MW, de um total de 50 Unidades Geradoras.

• Geração Eólica

Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
Em serviço:						
UEE São Pedro do Lago	São Pedro do Lago S.A.	49,00%	São Pedro do Lago (BA)	30,00	2011	2046
UEE Pedra Branca	Pedra Branca S.A.	49,00%	Pedra Branca (BA)	30,00	2011	2046
UEE Sete Gameleiras	Sete Gameleiras S.A.	49,00%	Sete Gameleiras (BA)	30,00	2011	2046
Em construção:						
UEE Junco I	EOL Junco I S.A.	49,00%	Jijoca de Jericoacoara (CE)	30,00	2012	2047
UEE Junco II	EOL Junco II S.A.	49,00%	Jijoca de Jericoacoara (CE)	30,00	2012	2047
UEE Caiçara I	EOL Caiçara I S.A.	49,00%	Cruz (CE)	30,00	2012	2047
UEE Caiçara II	EOL Caiçara II S.A.	49,00%	Cruz (CE)	21,00	2012	2047
UEE Santa Joana IX	Ventos de Santa Joana IX	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana X	Ventos de Santa Joana X	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana XI	Ventos de Santa Joana XI	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana XII	Ventos de Santa Joana XII	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana XIII	Ventos de Santa Joana XIII	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana XV	Ventos de Santa Joana XV	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana XVI	Ventos de Santa Joana XVI	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Baraúnas I	Baraúnas I	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
UEE Mussambê	Mussambê	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
UEE Morro Branco I	Morro Branco I	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
UEE Corrupião 3	Corrupião 3 Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	12,00	2014	2049
UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049

Continuação

Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
UEE Santa Joana I	Ventos de Santa Joana I (*)	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana III	Ventos de Santa Joana III (*)	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana IV	Ventos de Santa Joana IV (*)	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana V	Ventos de Santa Joana V (*)	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santa Joana VII	Ventos de Santa Joana VII (*)	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Santo Augusto IV	Ventos de Santo Augusto IV (*)	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
UEE Serra das Vacas I	Serra das Vacas I S.A. (*)	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
UEE Serra das Vacas II	Serra das Vacas II S.A. (*)	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
UEE Serra das Vacas III	Serra das Vacas III S.A. (*)	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
UEE Serra das Vacas IV	Serra das Vacas IV S.A. (*)	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A. (*)	49,00%	Pindaí (BA)	20,00	2014	2049
UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A. (*)	49,00%	Pindaí (BA)	18,00	2014	2049
UEE Banda de Couro	Banda de Couro S.A. (*)	49,00%	Sento Sé (BA)	30,00	2014	2049
UEE Baraúnas II	Baraúnas II S.A. (*)	49,00%	Sento Sé (BA)	24,00	2014	2049
UEE Tamanduá Mirim 2	Tamanduá Mirim 2 Energia S.A. (*)	49,00%	Pindaí (BA)	24,00	2014	2049

(*) Em fase de constituição.

• **Transmissão**

SISTEMA DE TRANSMISSÃO	Empresa	Participação da Companhia	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:				
- Linha de transmissão Teresina (PI) / Sobral/ Fortaleza(CE), em 500 kV, com extensão de 546 km.	STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	2004	2034
- Linha de transmissão Colinas/Miracema/ Urupi/ Peixe 2/Serra da Mesa (TO/GO), em 500 kV, com 695 km.	Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	2006	2036
- Linha de Transmissão Oriximiná/Silves CD, em 500 kV, com 335 km de extensão, e Silves/Lexuga, em 500 kV, com 224 km de extensão (PA/AM); subestações Silves 500/138 kV e Lechuga 500/230 kV.	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	2008	2038
- Linha de transmissão Coletora Porto Velho (RO)/ Araraquara 2 (SP), nº 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km de extensão; Estação Retificadora nº 02 CA/CC, 500 kV/+/- 600kV – 3.150 MW; e Estação Inversora nº 02 CC/CA, +/- 600 kV/ 500kV – 2.950 MW.	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	2009	2039
Em construção:				
- Linha de transmissão São Luiz II/ São Luiz III (MA), em 230 kV, com aproximadamente 156 km de extensão; subestação Pecém II (CE), 500 kV e Aquiraz II (CE), em 230 kV.	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	2010	2040
- Linha de transmissão Ceará Mirim/ João Câmara II, em 500 kV, com 64 km de extensão; LT Ceará Mirim/Campina Grande III, em 500 kV, com 201 km de extensão; LT Ceará Mirim/Extremoz II, em 230 kV, com 26 km de extensão; LT Campina Grande III/ Campina Grande II, em 230 kV, com 8,5 km; SE João Câmara II, em 500 kV, SE Ceará Mirim, em 500/230 kV, e SE Campina Grande III, 500/230 kV;	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	2011	2041
- Linha de transmissão Luiz Gonzaga/Garanhuns, em 500 kV, com 224 km de extensão; LT Garanhuns/Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km de extensão; LT Garanhuns/Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km de extensão; LT Garanhuns/Angelim I, com 13 km; SE Garanhuns, 500/230 kV e SE Pau Ferro, 500/230 kV.	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	2011	2041

2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição – VNR.

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia - MME e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, que fixou os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Apresentamos a seguir os principais impactos nas concessões de geração e transmissão, afetadas diretamente pela Lei nº 12.783/2013:

	Geração	Transmissão
Bens indenizados e a indenizar, e seus valores	Ativos de geração (Projeto Básico) não amortizados até 31 de dezembro de 2012, pelos valores definidos nas Portarias nº 580 e nº 602 do MME supracitadas. As concessionárias deverão submeter à Aneel as informações complementares (posteriores ao Projeto Básico), necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis efetuados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados (modernizações e melhorias).	Ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 e até a prorrogação da concessão, não amortizados (RBN), pelos valores definidos na Portaria nº 580 mencionada anteriormente. As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à Aneel as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, que quando homologada será paga em 30 anos.
Reajuste da Indenização	O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Artigo 3º da Portaria nº 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. A forma de pagamento solicitada pela Companhia, conforme facultado pelo Artigo 4º da Portaria nº 580 supracitada, está descrita na Nota 8.	
Ativos adquiridos após a prorrogação das concessões	Os novos investimentos ocorridos após 31 de dezembro de 2012, deverão ser aprovados formalmente, ou contemplados em processos tarifários futuros a critério do poder concedente.	
Mudanças em encargos do Setor	Eliminação da Reserva Global de Reversão – RGR e da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, e redução da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para 25% da taxa vigente quando da prorrogação das concessões.	
Mudança no modelo de negócios	Alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa será calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração. Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado.	A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada de forma a cobrir os custos de operação e manutenção acrescida de remuneração.

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas pela Lei nº 12.783/2013:

- Transmissão – Contrato de Concessão nº 061/2001
- Geração – Contrato de Concessão nº 006/2004:

UHE Paulo Afonso I
UHE Paulo Afonso II
UHE Paulo Afonso III
UHE Paulo Afonso IV
UHE Apolônio Sales (Moxotó)
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)
UHE Xingó
UHE Piloto
UHE Araras
UHE Funil
UHE Pedra
UHE Boa Esperança (Castelo Branco)

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, tiveram efeitos significativos decorrentes destas alterações na Lei 12.783/2013 conforme a seguir:

- Concessões de Geração

Projeto Básico

Usinas	Valor Contábil Líquido	Indenização PI nº 602, de 29/11/2012	Ganho / (Perda)
<u>Renovadas:</u>			
Paulo Afonso I	290	-	(290)
Paulo Afonso II	-	-	-
Paulo Afonso III	132	-	(132)
Paulo Afonso IV	47.472	360.473	313.001
Apolônio Sales	13.991	84.613	70.622
Luiz Gonzaga	2.159.205	1.730.602	(428.603)
Xingó	3.548.798	2.929.832	(618.966)
Boa Esperança	36.013	72.783	36.770
Pedra	861	-	(861)
Funil	166	-	(166)
<u>Não Renovadas:</u>			
Araras	611	-	(611)
Piloto	3	-	(3)
Total	5.807.542	5.178.303	(629.239)

Investimentos após o Projeto Básico

Usinas	Valor Contábil Líquido	Valor Novo de Reposição VNR	Valor a Receber *
Paulo Afonso I	113.359	92.612	92.612
Paulo Afonso II	107.093	146.660	107.093
Paulo Afonso III	70.418	66.259	66.259
Paulo Afonso IV	62.077	20.832	20.832
Apolônio Sales	43.392	38.250	38.250
Luiz Gonzaga	2.405.478	28.174	28.174
Xingó	1.001.072	15.150	15.150
Boa Esperança	115.492	98.759	98.759
Pedra	13.176	8.067	8.067
Funil	18.531	12.626	12.626
Total	3.950.088	527.389	487.822

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

- Concessões de Transmissão:

	Empreendimentos Prorrogados	Empreendimentos Prorrogáveis (após 2017)	Total
Valor Contábil (líquido) - antes da Lei 12.783/2013	5.225.287	1.200.023	6.425.310
Indenização Recebida	(1.587.160)	-	(1.587.160)
Impairment/Provisão	(41.511)	-	(41.511)
Ganhos/Perdas	(2.119.911)	-	(2.119.911)
Valor Contábil (líquido) - após a Lei 12.783/2013	1.476.705	1.200.023	2.676.728
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE *	1.187.029	-	1.187.029
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	289.676	1.200.023	1.489.699

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

	Empreendimentos Prorrogados	Empreendimentos Prorrogáveis (após 2017)	Total
Ganho/(perda) - Lei 12.783/2013	(2.161.422)	-	(2.161.422)

- Indenização dos Ativos e Resultado Financeiro

	Indenização	Atualização Financeira	Total
Geração - PI nº 602, de 29/11/2002	5.178.303	171.485	5.349.789
Transmissão - NT nº 396/2012-SRE/ANEEL	1.587.160	31.746	1.618.907
Total	6.765.464	203.232	6.968.695

- Impactos de Impairment / Contrato Oneroso

Usinas	Impairment / Contrato Oneroso
<u>Contrato Oneroso:</u>	
Camaçari	(357.043)
Luiz Gonzaga (Itaparica)	(1.018.534)
Complexo Paulo Afonso	(34.107)
Contrato Transmissão 61/2001	(84.139)
Compra de energia	(98.358)
<u>Impairment:</u>	
Camaçari	(399.040)
Curemas	(1.095)
Total	(1.992.316)

O recebimento da indenização dos ativos de geração não amortizado, pelos valores definidos nas Portarias nº 580 e nº 602 e dos ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 não amortizados, pelos valores definidos na Portaria nº 580 estão sendo reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Artigo 3º da Portaria nº 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria nº 580, supracitada, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, paga 45 dias após a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19 de dezembro de 2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento da indenização complementar referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico e deverá, em até 180 dias, a partir do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos. Em 31/12/2013, estes valores totalizavam R\$ 487.822, sujeitos a

homologação do Órgão Regulador. O pagamento se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 10 de dezembro de 2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar os ativos existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. A Companhia encaminhou à Aneel, em 27/12/2013, um cronograma para emissão desse laudo. Em 31/12/2013, estes valores totalizavam R\$ 1.187.029.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM vigentes em 31/12/2013.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2014, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em conformidade com o CPC 19(R2), a Companhia, não mais apresenta Demonstrações Financeiras Consolidadas. Os investimentos em empresas de controle compartilhado são refletidos, a partir do exercício de 2013, tão somente, por meio do método de equivalência patrimonial.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os períodos comparativos no balanço patrimonial e na demonstração de resultado, conforme CPC 26(R1), estão abaixo apresentados:

	31 de dezembro de 2012			01 de janeiro de 2012		
	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
Balço Patrimonial						
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	427.647	(332.902)	94.745	564.024	(295.386)	268.638
Títulos e valores mobiliários	319.923	(90.905)	229.018	917.439	-	917.439
Clientes	741.615	(6.805)	734.810	752.450	(7.173)	745.277
Valores a receber - Lei nº 12.783/13	4.736.747	-	4.736.747	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	200.041	(22.533)	177.508	21.964	(9.066)	12.898
Cauções e depósitos vinculados	13.653	(2.650)	11.003	36.297	(25.294)	11.003
Almoxarifado	85.380	-	85.380	85.098	-	85.098
Ativo financeiro – concessões de serviço público	199.991	(122.968)	77.023	332.222	(73.767)	258.455
Outros	211.016	(35.654)	175.362	204.381	(14.647)	189.734
	6.936.013	(614.417)	6.321.596	2.913.875	(425.333)	2.488.542
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Clientes	19.571	-	19.571	-	-	-
Valores a receber - Lei nº 12.783/13	2.719.769	-	2.719.769	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.463	(155)	4.308	5.173	-	5.173
Tributos e contribuições sociais	1.992.800	(135.502)	1.857.298	660.150	(93.847)	566.303
Cauções e depósitos vinculados	490.065	(7.271)	482.794	302.423	(6.638)	295.785
Ativo financeiro – concessões de serviço público	4.091.985	(1.492.280)	2.599.705	6.768.014	(954.488)	5.813.526
Outros	54.812	3.094	57.906	53.888	(13.191)	40.697
	9.373.465	(1.632.114)	7.741.351	7.789.648	(1.068.164)	6.721.484
Investimentos	90.764	2.159.692	2.250.456	79.516	1.329.182	1.408.698
Imobilizado	5.086.435	(3.715.041)	1.371.394	13.263.521	(2.089.654)	11.173.867
Intangível	77.258	(47.800)	29.458	72.124	(42.558)	29.566
	14.627.922	(3.235.263)	11.392.659	21.204.809	(1.871.194)	19.333.615
TOTAL DO ATIVO	21.563.935	(3.849.680)	17.714.255	24.118.684	(2.296.527)	21.822.157

	31 de dezembro de 2012			01 de janeiro de 2012		
	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	557.832	(236.103)	321.729	562.558	(191.770)	370.788
Tributos e contribuições sociais	185.296	(69.401)	115.895	231.765	(10.769)	220.996
Financiamentos e empréstimos	976.650	(905.633)	71.017	778.842	(449.143)	329.699
Debêntures	-	-	-	105.492	(105.492)	-
Remuneração aos acionistas	41	-	41	299.328	-	299.328
Obrigações estimadas	136.942	(2.155)	134.787	127.019	(576)	126.443
Benefícios pós-emprego	2.523	-	2.523	109.063	-	109.063
Outras provisões operacionais	106.461	-	106.461	102.451	-	102.451
Encargos setoriais	203.584	(2.176)	201.408	164.385	(1.831)	162.554
Outros	79.156	(11.367)	67.789	83.292	(5.975)	77.317
	2.248.485	(1.226.835)	1.021.650	2.564.195	(765.556)	1.798.639
NÃO CIRCULANTE						
Tributos e contribuições sociais	134.070	(66.273)	67.797	110.016	(28.903)	81.113
Financiamentos e empréstimos	2.887.198	(2.489.111)	398.087	1.915.691	(1.453.542)	462.149
Benefícios pós-emprego	705.788	-	705.788	272.497	-	272.497
Encargos setoriais	151.718	-	151.718	167.190	-	167.190
Provisões para contingências	1.389.660	(975)	1.388.685	924.508	(959)	923.549
Provisão contrato oneroso	2.303.556	-	2.303.556	-	-	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	45.509	(45.509)	-	41.641	(41.641)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.293.000	-	1.293.000
Debêntures	12.364	(12.364)	-	-	-	-
Outros	14.128	(8.613)	5.515	11.308	(5.926)	5.382
	7.643.991	(2.622.845)	5.021.146	4.735.851	(1.530.971)	3.204.880
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	9.753.953	-	9.753.953	7.720.760	-	7.720.760
Reservas de capital	4.916.199	-	4.916.199	4.916.199	-	4.916.199
Reservas de lucros	-	-	-	3.841.698	-	3.841.698
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	897.877	-	897.877
Outros resultados abrangentes	(805.879)	-	(805.879)	(557.896)	-	(557.896)
Prejuízo acumulado	(2.192.814)	-	(2.192.814)	-	-	-
	11.671.459	-	11.671.459	16.818.638	-	16.818.638
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.563.935	(3.849.680)	17.714.255	24.118.684	(2.296.527)	21.822.157

período de doze meses findos em 31/12/2012

Demonstração do Resultado do Exercício	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.660.383	(664.355)	5.996.028
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(19.058)	-	(19.058)
Encargos de uso da rede de transmissão	(867.885)	-	(867.885)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(413.493)	5.606	(407.887)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(240.074)	-	(240.074)
Depreciação e amortização	(339.877)	62	(339.815)
Provisão (Reversão) Contrato oneroso	(711.375)	-	(711.375)
Outros	10.743	2.199	12.942
	(2.583.541)	7.867	(2.575.674)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(5.408)	37	(5.371)
LUCRO BRUTO	2.939.409	(127.846)	2.811.563
RESULTADO FINANCEIRO	175.420	40.841	216.261
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS IMPOSTOS	1.829.902	(33.975)	1.795.927
Efeitos da Lei nº 12.783/2013	(8.245.242)	-	(8.245.242)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI Nº 12.783/2013	(6.415.340)	(33.975)	(6.449.315)
Imposto de renda e contribuição social	1.074.028	33.975	1.108.003
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.341.312)	-	(5.341.312)
Prejuízo básico por ação (em reais)	(95,54)	-	(95,54)

4.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

4.3. Investimentos em controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2) (IAS 28), em seus itens 24 e 25, utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seus investimentos em coligadas e controladas, o valor do patrimônio líquido das investidas com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Ocorrendo a indisponibilidade de demonstrações financeiras por parte da investida em data coincidente à da Investidora há a utilização de demonstrações com defasagem de 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

4.4. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

4.5. Participações em empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual pelo qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da investida requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de *joint venture* que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos ou grupos de ativos são classificados como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e os ativos ou grupo de ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual.

Os ativos ou grupo de ativos classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.7. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo *pro rata* e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção dos ativos da transmissão com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.

4.8. Custos de financiamentos e empréstimos

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de alguns ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estiverem prontos para o uso ou a venda pretendidos.

Todos os outros custos com financiamentos e empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

4.9. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4.10 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

4.10.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

4.10.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

4.10.3. Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, do exercício

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4.11. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

4.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O produto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o produto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o produto;
- O gasto atribuível ao produto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

4.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

4.14. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

4.15. Instrumentos financeiros

4.15.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, indenizações a receber do poder concedente, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, concessão de serviço público e outros créditos.

4.15.1.1. Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados *a valor justo por meio do resultado*, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros *a valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

4.15.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

4.15.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como financiamentos e empréstimos, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos.

4.15.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Financiamentos e empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

- **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros *a valor justo por meio do resultado* incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

4.15.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.15.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4.16. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira.

4.17. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações *IFRS*, emitidas pelo *IASB*, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2013:

Norma	Data de Entrada em Vigor	Comentários
IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros	A partir de 01/01/2014	Emenda que esclarece os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	A partir de 01/01/2015	Refere-se a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes à algumas *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Alguns pronunciamentos e interpretações técnicas emitidos pelo CPC, foram revisados pelo referido órgão, com adoção obrigatória a partir do exercício de 2014, entretanto, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, decorrentes dessas revisões.

4.18. Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período. Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

4.19. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

4.20. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

4.21. Demais Práticas Contábeis

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivo fiscal diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizadas.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos (wacc pós-tax) aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.

- Valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.
- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.
- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária - TDA e Notas do Tesouro Nacional - NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Ativo financeiro – Concessões de serviço público

Refere-se a ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de energia elétrica pela Receita Anual Permitida ou por indenização.

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo de concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (*IFRIC 12*) e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

Os valores de indenização a receber do poder concedente, decorrente das instalações objeto de renovação serão recebidos reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo: 50% à vista, paga 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria nº 580/2012, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

h) Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerando relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

i) Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 32).

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

l) Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

4.22. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO**4.22.1 - Receita Anual Permitida – RAP**

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

4.22.2. Receita Anual de Geração - RAG

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

4.22.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

4.22.4. Reserva Global de Reversão - RGR

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão é exercida pela Eletrobras. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1ª de janeiro de 2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

4.22.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos

societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.22.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel. A partir deste exercício, com a Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

4.22.7. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País. Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel, para cada concessionária, em função do seu mercado, e podem variar conforme a necessidade de uso das usinas termoeletricas. Sua gestão é exercida pela Eletrobras. A Lei nº 12.783/2013, extinguiu o rateio do custo de consumo de combustíveis para Geração a partir de 2013.

4.22.8. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional – SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras, a partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

4.22.9. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

4.22.10. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

4.22.11. Encargo de Energia de Reserva - EER

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da Aneel nº 385/2009.

4.22.12. Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia não reconhece em sua contabilidade os ativos e passivos regulatórios, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos, previstas nas práticas internacionais de contabilidade e no Pronunciamento CPC que define a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e depósitos bancários	145.978	29.098	3.306
Aplicações financeiras	695.133	65.647	265.332
Total	841.111	94.745	268.638

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em Fundo exclusivo extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional, junto à Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM e à Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e da Resolução nº 4.034, de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu os mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta (nota 6). São operações que têm como características liquidez diária, baixo risco, e neste exercício, os títulos obtiveram as seguintes remunerações:

	Remuneração do exercício
Banco do Brasil FAE2	6,72%
Banco do Brasil Extram. Exclusivo 8	4,11%
FI Caixa Extramercado IV	-1,80%
FI Caixa Extramercado III	0,13%

As aplicações financeiras incluem operações compromissadas que possuem garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e são lastreadas em títulos públicos, com rentabilidade média a índices Anbima e taxas prefixadas.

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Vencimento	Remuneração	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Participações minoritárias		JCP/Dividendos	25	31	33
Fundo Exclusivo - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	Após 90 dias	11,39% a.a.	-	-	914.071
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	Após 90 dias	Pré Fixado	989.360	112.546	-
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - B	Após 90 dias	IPCA	810.890	50.873	-
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - F	Após 90 dias	Pré Fixado	167.033	61.675	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	9/7/2014	TR + 6% a.a.	191	-	-
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2014	TR + 3% a.a.	4.465	3.893	3.335
Total Circulante			1.971.964	229.018	917.439
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	28/12/2015	TR + 6% a.a.	357	530	883
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2019	TR + 3% a.a.	3.225	3.778	4.290
Total Não Circulante			3.582	4.308	5.173
Total			1.975.546	233.326	922.612

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estão ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo, possuem vencimentos até 2019.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo Não Circulante/Realizável a longo prazo e classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*.

A composição da carteira dos fundos exclusivos refere-se substancialmente a títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs, séries B e F) e está classificada como mantida para negociação e mensurada a valor justo por meio do resultado.

A variação significativa apresentada nas aplicações financeiras da Companhia decorre principalmente do recebimento de parte da indenização pelas instalações objeto dos contratos de concessões prorrogados nas condições estabelecidas pela Lei nº 12.783/2013.

7 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	A vencer	Vencidos			Total		
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante							
Suprimento de energia	141.596	3.615	67.194	70.809	212.405	513.705	472.309
Fornecimento de energia	70.716	6.022	90.864	96.886	167.602	159.702	153.437
Disp. do Sistema de Transmissão	61.775	1.844	29.616	31.460	93.235	169.755	161.718
Conexão ao sistema de transmissão	5.533	1.168	18.555	19.723	25.256	24.282	21.753
Comercialização na CCEE	-	-	-	-	-	26.948	29.091
Parcelamento	6.334	1.655	20.339	21.994	28.328	27.221	9.423
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(1.174)	-	-	-	(1.174)	(3.063)	-
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.602)	(17.436)	(208.072)	(225.508)	(227.110)	(183.740)	(102.454)
Total Circulante	283.178	(3.132)	18.496	15.364	298.542	734.810	745.277
Não Circulante							
Parcelamento	15.916	-	-	-	15.916	19.571	-
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(1.582)	-	-	-	(1.582)	-	-
Total Não Circulante	14.334	-	-	-	14.334	19.571	-
Total	297.512	(3.132)	18.496	15.364	312.876	754.381	745.277

• PARCELAMENTO

Parte dos créditos a receber antes relacionados sofreu renegociação conforme a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Companhia Energética do Piauí S.A.	-	-	3.064
Ligas do Brasil S.A.	21.487	17.520	14.228
Celpa S.A.	20.648	25.810	4.975
Santana Têxtil	2.109	3.462	1.384
	44.244	46.792	23.651
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.596)	(17.520)	(14.228)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(2.757)	(3.063)	-
Total	17.891	26.209	9.423
Circulante	3.557	6.638	9.423
Não Circulante	14.334	19.571	-

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

- **Celipa S.A.** - Plano de Recuperação Judicial, no valor de R\$ 25.810, aprovado em 01/09/2012 pela Assembleia de Credores. Esse valor deverá ser pago pela Celipa em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia mantém provisão de ajuste a valor presente deste contas a receber no valor de R\$ 2.757.
- **Santana Têxtil** - Termos de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2012 no valor de R\$ 4.055, pagável em 24 (vinte e quatro) parcelas; nº 002/2012 no valor de R\$ 922, pagável em 06 (seis) parcelas e nº 003/2012 no valor de R\$ 955, pagável em 06 (seis) parcelas; todos datados de 18/06/2012, com suas respectivas parcelas corrigidas pela SELIC mais juros de 1% a.m..

A Companhia registrou no exercício provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

• PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldos em 01/01/2012	(102.454)
Constituição	(81.286)
Saldos em 31/12/2012	(183.740)
Constituição	(43.370)
Saldos em 31/12/2013	(227.110)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

8 – VALORES A RECEBER – LEI Nº 12.783 / 2013

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Anterior	7.456.516	-
Indenização	-	7.253.286
Valores Recebidos	(5.089.452)	-
Atualização	342.671	203.230
	2.709.735	7.456.516
Circulante	1.254.584	4.736.747
Não-Circulante	1.455.151	2.719.769
	2.709.735	7.456.516

Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria nº 580, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, paga 45 dias após a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Os valores a receber decorrente dessa indenização são reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até a data do seu efetivo pagamento.

9 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

a) Composição

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Tributos a recuperar	95.587	177.508	12.898
	95.587	177.508	12.898
Não Circulante			
Tributos a recuperar	155.446	134.193	189.545
Tributos diferidos	1.954.740	1.723.105	376.758
	2.110.186	1.857.298	566.303
	2.205.773	2.034.806	579.201

b) Tributos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
IRPJ/CSLL	79.540	167.672	874
IR Fonte	82	82	82
Finsocial	2.076	1.961	1.717
PIS/Pasep	2.119	1.191	1.613
Cofins	9.761	5.486	7.430
Outros	2.009	1.116	1.182
	95.587	177.508	12.898
Não Circulante			
Finsocial	6.383	6.030	12.020
PIS/Pasep	15.007	-	-
Cofins	134.056	128.163	177.525
	155.446	134.193	189.545
	251.033	311.701	202.443

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09 de junho de 2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal - STF, ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08 de junho de 2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável obtida.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à Cofins, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia registrou contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito pleiteado a valor original corrigido, correspondente a R\$ 134.056, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 15.007, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

c) Ativos fiscais diferidos

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Ativo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, ativos diferidos, no montante de R\$ 1.954.740, resultantes de diferenças temporárias, conforme distribuição a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Diferenças temporárias			
. Portaria DNAEE nº 250/1985 - efeito credor em 1994*	-	-	77.077
. Provisões para contingências	1.404.872	1.283.546	416.076
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	256.559	198.533	102.454
. Provisão para perdas – estudos e projetos	259.473	10.882	10.882
. Programa de incentivo ao desligamento de pessoal	166.189	-	-
. Provisão Seguro de Vida – Avaliação Atuarial	81.922	81.922	81.922
. Adoção das novas práticas - BRGAAP	3.554.693	3.985.503	714.357
. Outras provisões	149.446	123.948	119.694
	5.873.154	5.684.334	1.522.462
Créditos Fiscais			
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	1.221.144	1.211.515	246.673
. Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	128.450	-	-
. Contribuição social sobre diferenças temporárias	528.584	511.590	130.085
. Contribuição social sobre base negativa	76.562	-	-
Não Circulante	1.954.740	1.723.105	376.758

* Somente referente ao imposto de renda.

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%, reduzida para 6,25% durante o período de fruição do incentivo fiscal (nota 32) para as diferenças temporárias que influirão no cálculo desse incentivo, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de diferenças temporárias – efeitos inflacionários registrados no Ativo Imobilizado, Portaria DNAEE nº 250/1985, provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, participações nos lucros ou resultados, provisão para seguro de vida e adoções das novas práticas contábeis (BRGAAP), serão utilizados de acordo com a realização do Ativo Imobilizado, o desfecho das ações judiciais, o ressarcimento e a arrecadação de clientes, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, pagamentos aos funcionários e pela movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, respectivamente.

A realização desses ativos foi estimada conforme tabela abaixo:

2014	30.511
2015 a 2019	174.710
Após 2019	1.749.519
	1.954.740

• REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO – RTT

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória - MP nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que está em vigor, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida MP para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas avaliações consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e nossas avaliações possam ser revistas à luz do texto definitivo, e por consequência, nossas conclusões.

10 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Cauções e outros depósitos vinculados	10.982	11.003	11.003
	10.982	11.003	11.003
Não Circulante			
Depósitos vinculados a litígios	526.730	452.645	267.930
Cauções e outros depósitos vinculados	139.837	30.149	27.855
	666.567	482.794	295.785
	677.549	493.797	306.788

b) Depósitos vinculados a litígios

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Trabalhistas	152.455	131.530	114.121
Cíveis	291.787	243.185	80.701
Fiscais	82.488	77.930	73.108
	526.730	452.645	267.930

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2013, R\$ 427.412 (R\$ 326.897, em 31/12/2012) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas e cíveis, com risco de perda provável, demonstrados na nota 24.

c) Cauções e outros depósitos vinculados

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Cauções referentes a leilões de energia elétrica	10.980	11.000	11.000
Outros	2	3	3
	10.982	11.003	11.003
Não Circulante			
Caução contratual BB	107.290	-	-
Carta de crédito BNB	31.465	29.067	26.773
Garantia contratual BNB	1.082	1.082	1.082
	139.837	30.149	27.855
	150.819	41.152	38.858

11 – ALMOXARIFADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Matéria-prima para a produção de energia elétrica	9.586	6.391	6.511
Material			
Almoxarifado	59.217	56.598	57.026
Destinado a alienação	19.123	18.174	16.363
Outros	2.119	3.821	2.845
	80.459	78.593	76.234
Compras em curso	-	-	1.979
Adiantamentos a fornecedores	381	396	374
	90.426	85.380	85.098

12 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel -, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de cinco anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação mediante a definição de preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na nota 2.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o Poder Concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão, a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, diretamente do concedente, dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou onerosa.

Tanto no negócio de Transmissão de energia elétrica quanto no negócio de Geração, relacionado às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, a ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 766.641 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 1.343.489, em 31 de dezembro de 2012). Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão (Ativo financeiro – RAP) foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos Ativos Financeiros – concessão do serviço público e o Ativo financeiro – indenizável, sendo que este representa o menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição, dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão no término do contrato.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio do fluxo de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da Receita Anual Permitida – RAP, deduzida da parcela correspondente a remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término do contrato de concessão, ajustado pela correspondente taxa interna de retorno.

Com o advento da Lei nº 12.783/2013, parte das instalações de transmissão prorrogadas foram indenizadas, restando as instalações relativas a Rede Básica do Serviço Existente – RBSE, cuja indenização foi mensurada pelo menor valor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição e estão apresentadas no item ativo financeiro indenizável. Esses valores estão previstos para serem recebidos dentro do prazo remanescente da concessão.

Em 2013, esses ativos financeiros tiveram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2012	Movimentação					Saldo em 31/12/2013
		Ingressos	Atualização	Provisão	Amortização	Impairment	
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	1.343.489	61.358	-	-	-	(638.206)	766.641
Ativo financeiro – RAP	1.333.239	808.525	44.390	(177.208)	(55.680)	-	1.953.266
Geração							
Ativo financeiro indenizável	-	69.707	-	(69.707)	-	-	-
Total	2.676.728	939.590	44.390	(246.915)	(55.680)	(638.206)	2.719.907

	Saldo em 01/01/2012	Movimentação					Saldo em 31/12/2012	Efeitos da Lei nº 12.783/2013	Saldo após Lei nº 12.783/2013
		Ingressos	Atualização	Provisão	Amortização	Impairment			
Transmissão									
Ativo financeiro indenizável	4.245.062	325.682	-	-	-	-	4.570.744	(3.227.255)	1.343.489
Ativo financeiro – RAP	1.826.919	276.787	684.098	-	(933.238)	-	1.854.566	(521.327)	1.333.239
Total	6.071.981	602.469	684.098	-	(933.238)	-	6.425.310	(3.748.582)	2.676.728

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,45% a.a.. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de transmissão, no montante de R\$ 638.206.

13 - OUTROS ATIVOS

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Adiantamentos a empregados	16.404	4.542	19.125
Financiamentos a terceiros	3.404	3.427	2.323
Alienações em curso	15.896	14.614	7.889
Desativações em curso	13.903	15.641	18.098
Prêmios de seguros	2.888	2.941	2.914
Gastos reembolsáveis	9.908	6.893	4.432
Alienações de bens e direitos	2.084	1.461	1.473
Adiantamentos a fornecedores	16.370	12.889	8.490
Adiantamentos à Eletropar	5.279	5.279	5.279
Dividendos a receber	25.090	6.821	13.293
Serviços prestados a terceiros	9.594	8.700	6.335
Serviços em cursos	195.561	100.330	92.244
Fachesf Saúde Mais	114.043	-	-
Outras provisões operacionais	(15.410)	(14.793)	-
Outros	25.405	6.617	7.839
	440.419	175.362	189.734
Não Circulante			
Adiantamentos à Eletropar	1.456	1.456	1.456
FGTS - Conta-Empresa	4.185	4.058	3.926
Adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC)	277.800	34.525	-
Bens destinados a alienação	10.432	7.129	12.122
Reserva Global de Reversão	-	-	9.965
Adiantamentos consórcios	33.226	-	-
Outros	7.335	10.738	13.228
	334.434	57.906	40.697
Total	774.853	233.268	230.431

14 - INVESTIMENTOS

14.1 - Composição:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Participações societárias permanentes			
Controladas em conjunto	3.095.252	2.159.692	1.329.182
Coligadas	92.842	86.707	75.638
Outras participações	543	545	535
Total participações societárias	3.188.637	2.246.944	1.405.355
Outros investimentos			
Bens e direitos para uso futuro	2.217	2.419	2.250
Outros	1.093	1.093	1.093
Total outros investimentos	3.310	3.512	3.343
Total	3.191.947	2.250.456	1.408.698

14.2 - Participações Societárias Permanentes:

	31/12/2012	Aumento de Capital	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Resultado de participação societária	Outros	31/12/2013
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial							
<u>Controladas em conjunto</u>							
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	188.861	-	(31.789)	-	38.082	-	195.154
· Integração Transmissora de Energia S.A.	35.646	-	(1.154)	-	3.660	-	38.152
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	274.366	69.825	(7.556)	-	34.409	-	371.044
· ESBR Participações S.A.	939.825	475.000	-	133	(38.888)	-	1.376.070
· Manaus Transmissora de Energia S.A.	187.758	8.398	-	-	10.882	-	207.038
· Manaus Construtora Ltda.	15.410	-	(12.356)	-	479	-	3.533
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	45.183	-	(2.152)	-	6.798	-	49.829
· Norte Energia S.A.	409.824	228.000	-	-	(6.000)	-	631.824
· Pedra Branca S.A.	13.504	1.327	-	-	(735)	-	14.096
· São Pedro do Lago S.A.	14.098	1.078	-	-	(58)	-	15.118
· Sete Gameleiras S.A.	19.810	1.176	-	-	(743)	-	20.243
· Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	53	-	-	-	1.452	-	1.505
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	14.956	80.850	-	-	2.853	-	98.659
· Usina Energia Eólica Junco I S.A.	106	5.235	-	-	(148)	-	5.193
· Usina Energia Eólica Junco II S.A.	111	5.235	-	-	(61)	-	5.285
· Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	114	5.235	-	-	(69)	-	5.280
· Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	67	3.388	-	-	(56)	-	3.399
- Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	-	4.419	-	-	-	3.271	7.690
- Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	-	4.419	-	-	-	3.271	7.690
- Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	-	4.419	-	-	-	3.271	7.690
- Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	-	4.419	-	-	-	3.271	7.690
- Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	-	4.419	-	-	-	3.271	7.690
- Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	-	4.419	-	-	-	3.271	7.690
- Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	-	4.419	-	-	-	3.271	7.690
<u>Coligada</u>							
· Energética Águas da Pedra S.A.	86.707	-	(7.386)	-	13.521	-	92.842
Avaliadas ao custo							
· Outras participações	545	-	-	-	-	(2)	543
Total	2.246.944	915.680	(62.393)	133	65.378	22.895	3.188.637

	31/12/2011	Aumento de Capital	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Resultado de participação societária	Outros	01/01/2012
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial							
<u>Controladas em conjunto</u>							
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	195.267	-	(24.021)	-	17.615	-	188.861
· Integração Transmissora de Energia S.A.	31.692	-	(153)	-	4.107	-	35.646
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	179.878	67.620	-	-	26.868	-	274.366
· ESBR Participações S.A.	554.408	390.000	-	(231)	(4.352)	-	939.825
· Manaus Transmissora de Energia S.A.	122.268	70.942	-	-	(5.452)	-	187.758
· Manaus Construtora Ltda.	6.392	-	5.462	-	3.556	-	15.410
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	15.235	34.300	-	-	(4.352)	-	45.183
· Norte Energia S.A.	217.672	198.000	-	-	(5.848)	-	409.824
· Pedra Branca S.A.	1.737	11.885	-	-	(118)	-	13.504
· São Pedro do Lago S.A.	1.803	12.412	-	-	(117)	-	14.098
· Sete Gameleiras S.A.	1.850	18.048	-	-	(88)	-	19.810
· Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	-	-	-	-	53	-	53
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	980	13.721	-	-	255	-	14.956
· Usina Energia Eólica Junco I S.A.	-	144	-	-	(38)	-	106
· Usina Energia Eólica Junco II S.A.	-	144	-	-	(33)	-	111
· Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	-	144	-	-	(30)	-	114
· Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	-	96	-	-	(29)	-	67
<u>Coligada</u>							
· Energética Águas da Pedra S.A.	75.638	-	(3.455)	-	14.524	-	86.707
Avaliadas ao custo							
· Outras participações	535	-	-	-	-	10	545
Total	1.405.355	817.456	(22.167)	(231)	46.521	10	2.246.944

14.2.2 – Resumo das principais características das Participações Societárias Permanentes

Empresa	Contrato de Concessão	Participações	Objeto	Início da operação
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	005/2004	Chesf - 49% Alupar - 51%	Construir e operar linha de transmissão.	Jan/2006
· Integração Transmissora de Energia S.A.	002/2006	Chesf - 12% FIP Brasil - 51% Eletronorte - 37%	Construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.	Mai/2008
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	013/2009 015/2009	Chesf - 24,5% Furnas - 24,5% CTEEP - 51%	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.	Ago/2013
· ESBR Participações S.A.	002/2008	Chesf - 20% Eletrosul - 20% Suez Energy - 40% Mizha Energia - 20%.	Obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau.	Set/2013
· Manaus Transmissora de Energia S.A.	010/2008	Chesf - 19,5% Abengoa Holding - 50,5% Eletronorte - 30%.	Implantação de linhas de transmissão e construção de subestações.	Mar/2013
· Manaus Construtora Ltda.	-	Chesf - 19,5% Abengoa Holding - 50,5% Eletronorte - 30%.	Construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para linha de transmissão.	-
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	004/2010	Chesf - 49% ATP Engenharia - 51%.	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.	Set/2014
· Norte Energia S.A.	001/2010	Chesf - 15% Eletrobras - 15% Eletronorte - 19,98% Petros - 10% J. Malucelli Energia - 0,25% Vale S.A. - 9% Caixa FIP Cevix - 5% Sinobras - 1% Funcef - 5% Belo Monte Participações - 10% Amazônia Energia Participações - 9,77%.	Concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte	Fev/2015

Continuação

Empresa	Contrato de Concessão	Participações	Objeto	Início da operação	Vencimento da Concessão
· Pedra Branca S.A.	Portaria 123/2011	Chesf - 49% Brennand Energia - 50,9% Brennand Energia Eólica - 0,1%	contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia.	Jan/2013	Jan/2048
· São Pedro do Lago S.A.	Portaria 132/2011	Chesf - 49% Brennand Energia - 50,9% Brennand Energia Eólica - 0,1%	contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia.	Jan/2013	Jan/2048
· Sete Gameleiras S.A.	Portaria 131/2011	Chesf - 49% Brennand Energia - 50,9% Brennand Energia Eólica - 0,1%	contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia.	Jan/2013	Jan/2048
· Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	008/2011	Chesf - 49% CTEEP - 51%	Construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG.	Jan/2015	Jan/2045 Jan/2033
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	022/2011	Chesf - 49% CTEEP - 51%	Construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.	Jun/2014	Jun/2044
· Usina Energia Eólica Junco I S.A.	Portaria 399/2011	Chesf - 49% Envolver Participações - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Jan/2016	Jan/2063
· Usina Energia Eólica Junco II S.A.	Portaria 417/2011	Chesf - 49% Envolver Participações - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Jan/2016	Jan/2063
· Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	Portaria 388/2011	Chesf - 49% Envolver Participações - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Jan/2016	Jan/2063
· Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	Portaria 418/2011	Chesf - 49% Envolver Participações - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Jan/2016	Jan/2063
· Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. · Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. · Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. · Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. · Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. · Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. · Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	-	Chesf - 49% Contour Global - 36% Salus FIP - 14,9% Ventos Santa Joana - 0,1%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Set/2015	Set/2049

Continuação

Empresa	Contrato de Concessão	Participações	Objeto	Início da operação
• Baraúnas I Energética S.A. • Mussambê Energética S.A. • Morro Branco I Energética S.A.	-	Chesf - 49% Brennand Energia - 50,9% Brennand Energia Eólica - 0,1%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Set/2015
• Energética Águas da Pedra S.A.	002/2007	Chesf - 24,5% Eletronorte - 24,5% Neoenergia S.A. 51%	Contratação de energia proveniente de novos empreendimentos com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos.	Ago/2011
• Acauã Energia S.A. • Angical 2 Energia S.A. • Arapapá Energia S.A. • Caititú 2 Energia S.A. • Caititú 3 Energia S.A. • Carcará Energia S.A. • Corrupião 3 Energia S.A. • Teiú 2 Energia S.A.	-	Chesf - 49% Sequoia Capital - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Set/2015
• Consórcio Energético SINOP	-	Chesf - 24,5 Eletronorte - 24,5% Alupar - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia.	Jan/2018
• Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A. (*) • Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. (*) • Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A. (*) • Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. (*) • Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. (*) • Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. (*)	-	Chesf - 49% Contour Global - 46% Salus FIP - 4,9% Ventos Santa Joana - 0,1%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Jan/2016
• Serra das Vacas I S.A. (*) • Serra das Vacas II S.A. (*) • Serra das Vacas III S.A. (*) • Serra das Vacas IV S.A. (*)	-	Chesf - 49% PEC Energia - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Jan/2016
• Coqueirinho 2 Energia S.A. (*) • Papagaio Energia S.A. (*)	-	Chesf - 49% Sequoia - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Jan/2016
• Banda de Couro S.A. (*)	-	Chesf - 49% Brennand Energia - 50,9% Brennand Energia Eólica - 0,1%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Mai/2018
• Baraúnas II S.A. (*)	-	Chesf - 49% Brennand Energia - 50,9% Brennand Energia Eólica - 0,1%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Mai/2018
• Tamanduá Mirim 2 Energia S.A. (*)	-	Chesf - 49% Sequoia - 51%	Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.	Mai/2018

(*) Em fase de constituição.

14.3 - Equivalência Patrimonial

	Participação (%)	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/11/2013	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes
<u>Coligada</u>						
Energética Águas da Pedra S.A.	24,5	92.842	378.947	55.187	13.521	-
<u>Controladas em conjunto</u>						
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0	195.154	398.274	77.719	38.082	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0	38.152	317.932	30.505	3.660	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	371.044	1.514.466	140.444	34.409	-
ESBR Participações S.A.	20,0	1.376.070	6.880.352	(194.439)	(38.888)	133
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5	207.038	1.061.735	55.804	10.882	-
Manaus Construtora Ltda.	19,5	3.533	18.116	2.456	479	-
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,0	49.829	101.690	13.874	6.798	-
Norte Energia S.A.	15,0	631.824	4.212.159	(40.004)	(6.000)	-
Pedra Branca S.A.	49,0	14.096	28.768	(1.498)	(735)	-
São Pedro do Lago S.A.	49,0	15.118	30.852	(119)	(58)	-
Sete Gameleiras S.A.	49,0	20.243	41.312	(1.516)	(743)	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,0	1.505	3.071	2.962	1.452	-
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,0	98.659	201.342	5.822	2.853	-
Usina Energia Eólica Junco I S.A.	49,0	5.193	10.599	(302)	(148)	-
Usina Energia Eólica Junco II S.A.	49,0	5.285	10.788	(124)	(61)	-
Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,0	5.280	10.778	(140)	(69)	-
Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,0	3.399	6.937	(114)	(56)	-
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	49,0	7.690	9.017	-	-	-
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	49,0	7.690	9.017	-	-	-
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	49,0	7.690	9.017	-	-	-
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	49,0	7.690	9.017	-	-	-
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	49,0	7.690	9.017	-	-	-
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	49,0	7.690	9.017	-	-	-
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	49,0	7.690	9.017	-	-	-
Baraúnas I Energética S.A.	49,0	-	1	-	-	-
Mussambê Energética S.A.	49,0	-	1	-	-	-
Morro Branco I Energética S.A.	49,0	-	1	-	-	-

14.4 - Resumo das informações das empresas controladas em conjunto e coligadas

	Participação	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Financiamentos e Empréstimos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Receita operacional líquida	Lucro (prejuízo) acumulado do período
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial								
<u>Controladas em conjunto</u>								
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0%	674.032	31.820	201.814	105.764	398.274	138.203	77.719
· Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0%	624.947	20.725	212.154	115.586	317.932	78.224	30.505
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5%	4.072.023	109.230	2.058.501	608.286	1.514.466	1.185.972	140.444
· ESBR Participações S.A.	20,0%	16.808.947	1.342.317	10.179.845	1.091.067	6.880.352	126.857	(194.439)
· Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5%	2.076.820	177.653	876.820	315.918	1.061.735	381.778	55.804
· Manaus Construtora Ltda.	19,5%	-	68.486	-	50.370	18.116	9.316	2.456
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,0%	368.805	64.163	155.465	175.813	101.690	131.980	13.873
· Norte Energia S.A.	15,0%	12.757.333	1.180.925	8.745.145	980.954	4.212.159	-	(40.004)
· Pedra Branca S.A.	49,0%	104.709	6.432	77.598	4.775	28.768	14.766	(1.498)
· São Pedro do Lago S.A.	49,0%	109.058	6.540	80.004	4.742	30.852	15.759	(119)
· Sete Gameleiras S.A.	49,0%	117.698	6.411	77.819	4.978	41.312	14.849	(1.516)
· Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,0%	150.795	35.917	-	183.641	3.071	140.806	2.962
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,0%	365.665	39.306	-	203.629	201.342	335.351	5.822
· Usina Energia Eólica Junco I S.A.	49,0%	1.588	9.020	-	9	10.599	-	(302)
· Usina Energia Eólica Junco II S.A.	49,0%	1.614	9.177	-	3	10.788	-	(123)
· Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,0%	1.681	9.103	-	6	10.778	-	(139)
· Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,0%	1.058	5.898	-	19	6.937	-	(115)
· Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	49,0%	-	9.017	-	-	9.017	-	-
· Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	49,0%	-	9.017	-	-	9.017	-	-
· Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	49,0%	-	9.017	-	-	9.017	-	-
· Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	49,0%	-	9.017	-	-	9.017	-	-
· Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	49,0%	-	9.017	-	-	9.017	-	-
· Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	49,0%	-	9.017	-	-	9.017	-	-
· Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	49,0%	-	9.017	-	-	9.017	-	-
· Baraúnas I Energética S.A.	49,0%	-	1	-	-	1	-	-
· Mussambê Energética S.A.	49,0%	-	1	-	-	1	-	-
· Morro Branco I Energética S.A.	49,0%	-	1	-	-	1	-	-
<u>Coligada</u>								
· Energética Águas da Pedra S.A.	24,5%	761.238	117.037	442.144	57.184	378.947	180.387	55.187
Total		38.998.011	3.303.282	23.107.309	3.902.744	15.291.240	2.754.248	146.517

14.5 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Coligada e Controladas em Conjunto

BALANÇO PATRIMONIAL

Empresas	2013								2012							
	Ativo				Passivo				Ativo				Passivo			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	170.670	534.487	695	705.852	40.846	266.732	398.274	705.852	169.916	532.203	766	702.885	41.250	276.204	385.431	702.885
Integração Transmissora de Energia S.A.	94.145	551.527	-	645.672	51.345	276.395	317.932	645.672	110.520	510.102	-	620.622	62.482	261.092	297.048	620.622
Energética Águas da Pedra S.A.	99.313	17.724	761.238	878.275	81.619	417.709	378.947	878.275	94.229	23.077	781.798	899.104	95.581	449.617	353.906	899.104
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	225.112	3.954.616	1.525	4.181.253	181.819	2.484.968	1.514.466	4.181.253	430.028	2.854.984	375	3.285.387	391.478	1.774.046	1.119.863	3.285.387
ESBR Participações S.A.	676.225	666.092	16.808.947	18.151.264	691.049	10.579.863	6.880.352	18.151.264	800.924	580.233	13.111.699	14.492.856	661.617	9.132.115	4.699.124	14.492.856
Manaus Transmissora de Energia S.A.	167.210	2.087.263	-	2.254.473	283.656	909.082	1.061.735	2.254.473	223.878	1.839.593	-	2.063.471	315.414	785.193	962.864	2.063.471
Manaus Construtora Ltda	68.365	121	-	68.486	50.370	-	18.116	68.486	137.484	406	-	137.890	58.866	-	79.024	137.890
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	59.203	373.620	145	432.968	74.967	256.311	101.690	432.968	72.064	246.921	104	319.089	213.775	13.105	92.209	319.089
Norte Energia S.A.	1.050.703	130.222	12.757.333	13.938.258	818.184	8.907.915	4.212.159	13.938.258	775.659	80.626	6.724.029	7.580.314	4.694.329	153.823	2.732.162	7.580.314
Pedra Branca S.A.	6.397	35	104.709	111.141	8.766	73.607	28.768	111.141	3.626	35	88.611	92.272	64.708	4	27.560	92.272
São Pedro do Lago S.A.	6.540	-	109.058	115.598	8.889	75.857	30.852	115.598	4.527	-	88.377	92.904	64.134	-	28.770	92.904
Sete Gameleiras S.A.	6.411	-	117.698	124.109	8.983	73.814	41.312	124.109	11.069	-	90.416	101.485	61.055	-	40.430	101.485
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	35.917	150.667	128	186.712	2.789	180.852	3.071	186.712	24.811	9.861	105	34.777	131	34.538	108	34.777
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	31.875	372.870	226	404.971	200.365	3.264	201.342	404.971	26.303	30.178	211	56.692	674	25.497	30.521	56.692
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	8.997	23	1.588	10.608	9	-	10.599	10.608	116	-	102	218	1	-	217	218
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	9.153	24	1.614	10.791	3	-	10.788	10.791	141	-	87	228	1	-	227	228
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	9.066	37	1.681	10.784	4	2	10.778	10.784	106	-	127	233	-	-	233	233
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	5.883	15	1.058	6.956	2	17	6.937	6.956	55	-	82	137	1	-	136	137
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	9.017	-	-	9.017	-	-	9.017	9.017	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	9.017	-	-	9.017	-	-	9.017	9.017	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	9.017	-	-	9.017	-	-	9.017	9.017	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	9.017	-	-	9.017	-	-	9.017	9.017	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	9.017	-	-	9.017	-	-	9.017	9.017	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	9.017	-	-	9.017	-	-	9.017	9.017	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	9.017	-	-	9.017	-	-	9.017	9.017	-	-	-	-	-	-	-	-
Baraúnas I Energética S.A.	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Mussambê Energética S.A.	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro Branco I Energética S.A.	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.794.307	8.839.343	30.667.643	42.301.293	2.503.665	24.506.388	15.291.240	42.301.293	2.885.456	6.708.219	20.886.889	30.480.564	6.725.497	12.905.234	10.849.833	30.480.564

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2013.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Empresas	2013								2012							
	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	138.203	(14.079)	124.124	(27.533)	96.591	(31.228)	12.356	77.719	137.365	(16.841)	120.524	(31.105)	89.419	(67.315)	13.845	35.949
Integração Transmissora de Energia S.A.	78.224	(16.117)	62.107	(23.883)	38.224	(13.826)	6.107	30.505	78.381	(12.151)	66.230	(24.263)	41.967	(13.580)	5.832	34.219
Energética Águas da Pedra S.A.	180.387	(85.873)	94.514	(28.799)	65.715	(10.528)	-	55.187	180.676	(59.994)	120.682	(33.277)	87.405	(28.122)	-	59.283
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	1.185.972	(934.117)	251.855	(39.099)	212.756	(72.312)	-	140.444	1.493.442	(1.327.316)	166.126	-	166.126	(56.459)	-	109.667
ESBR Participações S.A.	126.857	(339.671)	(212.814)	(2.484)	(215.298)	20.859	-	(194.439)	(87)	(35.645)	(35.732)	4.541	(31.191)	9.431	-	(21.760)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	381.778	(241.985)	139.793	(61.287)	78.506	(22.702)	-	55.804	548.832	(517.260)	31.572	(76.587)	(45.015)	17.058	-	(27.957)
Manaus Construtora Ltda.	9.316	(6.482)	2.834	885	3.719	(1.263)	-	2.456	43.224	(15.957)	27.267	64	27.331	(9.096)	-	18.235
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	131.980	(101.143)	30.837	(7.051)	23.786	(9.912)	-	13.874	179.154	(170.957)	8.197	(18.739)	(10.542)	1.660	-	(8.882)
Norte Energia S.A.	-	(58.902)	(58.902)	(952)	(59.854)	19.850	-	(40.004)	-	(60.015)	(60.015)	1.611	(58.404)	19.420	-	(38.984)
Pedra Branca S.A.	14.766	(11.621)	3.145	(4.269)	(1.124)	(374)	-	(1.498)	-	(293)	(293)	72	(221)	(19)	-	(240)
São Pedro do Lago S.A.	15.759	(11.123)	4.636	(4.355)	281	(400)	-	(119)	-	(288)	(288)	66	(222)	(18)	-	(240)
Sete Gameleiras S.A.	14.849	(11.809)	3.040	(4.175)	(1.135)	(381)	-	(1.516)	-	(331)	(331)	200	(131)	(50)	-	(181)
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	140.806	(136.536)	4.270	1.394	5.664	(2.702)	-	2.962	9.861	(9.732)	129	(8)	121	(13)	-	108
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	335.351	(317.826)	17.525	(8.703)	8.822	(3.000)	-	5.822	30.087	(29.512)	575	209	784	(264)	-	520
Usina Energia Eólica Junco I S.A.	-	(301)	(301)	(1)	(302)	-	-	(302)	-	(77)	(77)	-	(77)	-	-	(77)
Usina Energia Eólica Junco II S.A.	-	(123)	(123)	(1)	(124)	-	-	(124)	-	(67)	(67)	-	(67)	-	-	(67)
Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	-	(139)	(139)	(1)	(140)	-	-	(140)	-	(61)	(61)	-	(61)	-	-	(61)
Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	-	(113)	(113)	(1)	(114)	-	-	(114)	-	(60)	(60)	-	(60)	-	-	(60)
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.754.248	(2.287.960)	466.288	(210.315)	255.973	(127.919)	18.463	146.517	2.700.935	(2.256.557)	444.378	(177.216)	267.162	(127.367)	19.677	159.472

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2013.

15 – IMOBILIZADO

15.1 - Imobilizado segregado por natureza e atividade

	Taxas médias anuais de			
	depreciação (%)	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Geração				
Imobilizações em serviço	2,35%	1.797.251	1.797.252	18.020.392
Depreciação acumulada		(1.123.094)	(1.083.754)	(7.970.258)
Imobilizações em curso		601.233	397.378	564.568
Impairment		(382.170)	(400.135)	-
Total da Geração		893.220	710.741	10.614.702
Administração				
Imobilizações em serviço	6,52%	1.201.446	1.243.950	1.208.721
Depreciação acumulada		(728.480)	(710.995)	(659.315)
Imobilizações em curso		327.350	222.981	132.401
Total da Administração		800.316	755.936	681.807
Obrigações Especiais		(90.936)	(95.283)	(122.642)
Total		1.602.600	1.371.394	11.173.867

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, valor significativo do imobilizado, na atividade de Geração foi baixado, sendo parte transformada em contas a receber pelo valor de indenização determinado na lei e parte em perda (nota 2.3).

A administração da Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2013 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,8% a.a.. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos da Usina Térmica Camaçari, no montante de R\$ 382.170.

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estiverem prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos (IAS 23).

15.2 - Movimentação do Imobilizado

	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		31/12/2013
					Para serviço	Entre atividades*	
Geração							
Em serviço	1.797.252	-	(1)	-	8	(8)	1.797.251
Depreciação	(1.083.754)	-	-	(38.947)	-	(393)	(1.123.094)
Em curso	397.378	233.539	(258)	-	(8)	(29.418)	601.233
Impairment	(400.135)	(4.276)	182	22.051	-	8	(382.170)
Total Geração	710.741	229.263	(77)	(16.896)	-	(29.811)	893.220
Administração							
Em serviço	1.243.950	-	(54.224)	-	11.708	12	1.201.446
Depreciação	(710.995)	-	45.318	(62.807)	-	4	(728.480)
Em curso	222.981	117.211	(4)	-	(11.708)	(1.130)	327.350
Total Administração	755.936	117.211	(8.910)	(62.807)	-	(1.114)	800.316
Obrigações especiais	(95.283)	-	-	4.347	-	-	(90.936)
Total	1.371.394	346.474	(8.987)	(75.356)	-	(30.925)	1.602.600

* Investimento em instalações do sistema de conexão, inicialmente registrados na atividade de geração.

	01/01/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		31/12/2012	Efeitos da Lei nº	Saldo após Lei nº
					Para serviço	Entre atividades*		12.783/2013	12.783/2013
Geração									
Em serviço	18.020.392	-	(22.010)	-	79.901	(1.898)	18.076.385	(16.279.133)	1.797.252
Depreciação	(7.970.258)	-	2.013	(342.044)	-	(129)	(8.310.418)	7.226.664	(1.083.754)
Em curso	564.568	631.690	(486)	-	(79.901)	-	1.115.871	(718.493)	397.378
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	(400.135)	(400.135)
Total Geração	10.614.702	631.690	(20.483)	(342.044)	-	(2.027)	10.881.838	(10.171.097)	710.741
Administração									
Em serviço	1.208.721	-	(9.272)	-	42.305	2.196	1.243.950	-	1.243.950
Depreciação	(659.315)	-	8.375	(61.984)	-	1.929	(710.995)	-	(710.995)
Em curso	132.401	134.422	(63)	-	(42.305)	(1.474)	222.981	-	222.981
Total Administração	681.807	134.422	(960)	(61.984)	-	2.651	755.936	-	755.936
Obrigações especiais	(122.642)	-	-	4.917	-	-	(117.725)	22.442	(95.283)
Total	11.173.867	766.112	(21.443)	(399.111)	-	624	11.520.049	(10.148.655)	1.371.394

* Investimento em instalações do sistema de conexão, inicialmente registrados na atividade de geração.

15.3 - Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
<u>Geração</u>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,5
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
<u>Administração central</u>	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,2
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

15.4 - Encargos financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16), parte dos encargos financeiros foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Encargos financeiros totais	5.007	6.491
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(1.164)	28
Efeito líquido no resultado	<u>3.843</u>	<u>6.519</u>

15.5 - Obrigações vinculadas à Concessão

Composição:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Participações da União	69.456	69.456	92.557
Doações e subvenções para investimentos	36.138	36.138	36.855
Pesquisa e Desenvolvimento	606	606	605
Reversões e Amortizações	(15.264)	(10.917)	(7.375)
	<u>90.936</u>	<u>95.283</u>	<u>122.642</u>

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupamento estão sendo apresentadas como redutoras do Imobilizado, pois não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

16 – INTANGÍVEL

16.1 - Intangível segregado por natureza e atividade

	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2013			31/12/2012	01/01/2012
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Administração	20,00%	64.291	(52.032)	12.259	19.082	13.710
		64.291	(52.032)	12.259	19.082	13.710
Em curso						
Administração		19.671	-	19.671	10.376	15.856
		19.671	-	19.671	10.376	15.856
		83.962	(52.032)	31.930	29.458	29.566

16.2 - Movimentação do Intangível

	31/12/2012	Adições	Amortização	31/12/2013
Não vinculadas a concessão				
Em serviço				
Custo	64.291	-	-	64.291
Amortização	(45.209)	-	(6.823)	(52.032)
Em curso				
Custo	10.376	9.295	-	19.671
Total Intangível	29.458	9.295	(6.823)	31.930

	01/01/2012	Adições	Baixas	Transf. p/ serviço	Amortização	31/12/2012
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Custo	49.152	-	-	15.139	-	64.291
Amortização	(35.442)	-	-	-	(9.767)	(45.209)
Em curso						
Custo	15.856	8.185	-	(15.139)	1.474	10.376
Total Intangível	29.566	8.185	-	-	(8.293)	29.458

17 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Energia elétrica comprada	114.135	-	-
Materiais e serviços	269.738	207.063	276.659
Encargos de uso da rede elétrica:			
Eletronorte	2.689	8.902	8.760
Eletrosul	6.540	7.689	7.835
Furnas	6.206	14.473	14.708
CTEEP	3.443	11.556	11.892
Outros	41.775	72.046	50.934
Total	444.526	321.729	370.788

18 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

18.1 - Composição

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Tributos a recolher	87.562	115.895	220.996
	87.562	115.895	220.996
Não Circulante			
Tributos a recolher	13.572	13.572	13.443
Passivos fiscais diferidos	67.045	54.225	67.670
	80.617	67.797	81.113
	168.179	183.692	302.109

18.2 - Tributos a recolher

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
IRPJ	136	-	15.264
CSLL	94	-	76.640
Cofins	19.240	34.485	33.482
ICMS	18.749	16.406	12.213
INSS	16.862	18.054	17.417
PIS/Pasep	4.177	7.486	7.268
IRRF	12.701	23.251	43.923
FGTS	4.512	5.217	5.071
Outros	11.091	10.996	9.718
	87.562	115.895	220.996
Não Circulante			
ICMS diferido	13.572	13.572	13.443
	13.572	13.572	13.443
	101.134	129.467	234.439

18.3 - Passivos fiscais diferidos

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 67.045, resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Diferenças temporárias			
Ajustes iniciais decorrentes do CPC 33	306.688	355.574	296.071
Ajustes iniciais decorrentes da ICPC 01	132.949	-	147.665
	439.637	355.574	443.736
Débitos Fiscais			
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	27.477	22.223	27.734
Contribuição social sobre diferenças temporárias	39.568	32.002	39.936
Não Circulante	67.045	54.225	67.670

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição social e 6,25% para o Imposto de renda dos ajustes e reclassificações da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, tendo em vista que influirão no cálculo do incentivo fiscal.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias – Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios, ajustes iniciais decorrentes do CPC 33(R1) (IAS 19) e da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), serão realizados de acordo com a liquidação dos ativos e passivos regulatórios, pela movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33(R1) (IAS 19) e pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12), respectivamente.

A programação de realização desses passivos está demonstrada conforme tabela abaixo:

Após 2019	67.045
	67.045

19 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

19.1 - Composição:

	31/12/2013				31/12/2012				01/01/2012
	Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Total
Moeda nacional									
Partes relacionadas									
Eletrobras	-	12.745	42.368	55.113	744	24.766	103.163	128.673	143.020
Instituições financeiras									
Banco do Brasil	1.918	-	500.000	501.918	-	-	-	-	257.527
Banco do Nordeste	56	45.473	249.451	294.980	34	45.473	294.924	340.431	391.301
Total	1.974	58.218	791.819	852.011	778	70.239	398.087	469.104	791.848

Do total dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, para o montante de R\$ 44.383 a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos. E para o montante de R\$ 10.730 a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro.

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização.

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações a cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu sistema de transmissão.

19.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IPCA	429	496	536
Sem indexador	851.582	468.608	791.312
Total	852.011	469.104	791.848
Principal	850.037	468.326	781.980
Encargos	1.974	778	9.868
Total	852.011	469.104	791.848

A maior parte dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não é indexada, tendo apenas, remunerações médias, as quais descrevemos abaixo:

- Saldo de R\$ 54.684 (R\$ 128.178, em 31/12/2012) contratado com a Eletrobras, proveniente de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 43.954 (80,38%) estão contratados com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., e R\$ 10.730 (19,62%), com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei;
- Saldo de R\$ 280.943 (R\$ 324.165, em 31/12/2012) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., e bônus de 2,5% por pontualidade;
- Saldo de R\$ 14.037 (R\$ 16.266, em 31/12/2012) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 4,5% a.a.;
- Saldo de R\$ 501.918 contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 9,77% a.a. (115% da taxa média do CDI);

A Chesf possui contrato com a Eletrobras indexado pelo IPCA, com saldo de R\$ 429 em 31/12/2013 (R\$ 496, em 31/12/2012), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 5,9% (5,8% no mesmo período do ano anterior).

19.3 – Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 791.819 (R\$ 398.087 em 2012), tem seus vencimentos assim programados:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	-	67.485
2014	-	68.335	67.485
2015	183.135	68.248	67.398
2016	183.020	68.137	67.288
2017	180.606	65.723	65.171
2018	177.498	60.084	45.473
2019	45.473	45.473	45.473
Após 2019	22.087	22.087	36.376
Total Não Circulante	791.819	398.087	462.149

19.4 – Taxas de juros mercado interno

Os financiamentos e empréstimos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

	Mercado Interno (% a.a.)
Taxas Fixas	
31/12/2013	4,50 a 7,50
31/12/2012	4,50 a 7,50
01/01/2012	4,50 a 7,51
Taxas Variáveis	
31/12/2013	9,77
31/12/2012	-
01/01/2012	10,87

19.5 - Mutação dos financiamentos e empréstimos

	Circulante		Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal
Saldo em 01/01/2012	9.868	319.831	462.149
Ingressos	-	-	4.551
Refinanciamentos	(190)	-	190
Provisão de Encargos	41.955	-	-
Variação monetária	1	9	13
Transferências	-	68.816	(68.816)
Amortizações/pagamentos	(50.856)	(318.417)	-
Saldo em 31/12/2012	778	70.239	398.087
Ingressos	-	-	500.000
Provisão de Encargos	42.863	-	-
Variação monetária	(1)	-	20
Transferências	-	106.288	(106.288)
Amortizações/pagamentos	(41.666)	(118.309)	-
Saldo em 31/12/2013	1.974	58.218	791.819

19.6 – Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Controlada	Valor do Financiamento (Quota parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2013	Projeção de Saldo Devedor			Término da Garantia
						2014	2015	2016	
IE Garanhuns	Título de Mercado Regulado pela CVM	SPE	49,0%	88.200	198.467	-	-	-	30/04/2014
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	29.764	59.776	60.978	59.178	56.778	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	58.346	94.453	93.464	91.923	90.200	30/10/2032
IE Madeira	BASA (FNO)	SPE	24,5%	65.415	282.764	295.145	309.786	315.072	30/06/2016
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	19,5%	48.750	294.102	337.454	362.014	310.690	10/07/2030
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	19,5%	29.250	176.461	162.086	161.855	138.908	10/07/2031
Total				319.725	1.106.023	949.127	984.756	911.648	

20 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contribuições sociais	26.698	35.197	33.208
Férias	38.912	51.302	48.412
Gratificação de férias	29.811	39.296	37.044
Outros	6.746	8.992	7.779
Total	102.167	134.787	126.443

21 – PLANO DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estejam aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejaram aderir.

O prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013, obtendo 1.472 adesões, tendo 1.354 empregados, concluído o processo de formalização, ou seja, protocolaram no órgão de pessoal o pedido de adesão, com desligamento de 1.326 em 2013 e 28 em 2014.

As despesas com o PIDV incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, para os desligamentos em 2013, e de 12 (doze) meses para os desligamentos em 2014, a partir da data de seu desligamento.

Para fazer face a tais gastos a Companhia registrou no exercício provisão/despesa no montante de R\$ 630.841.

Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, para os desligamentos em 2013, e de 12 (doze) meses para os desligamentos em 2014, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

A Companhia, com base em avaliação atuarial, considerou na provisão registrada para fazer face aos gastos com o PIDV, o valor de R\$ 152.117, relativo ao plano de saúde Fachesf Saúde Mais.

22 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2013.

PLANO PREVIDENCIÁRIO

- **Características Básicas**

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

• **Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/2013			31/12/2012		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Participantes ativos						
Participantes - nº	39	1.780	5.259	47	2.026	5.802
Idade Média (anos)	60,42	58	50	59	57	49
Salário Médio em R\$	9.581,59	2.019,06	9.265,77	9.310,61	1.974,12	8.745,27
Aposentados						
Participantes Aposentados - nº	4.724	587	727	4.829	454	553
Idade Média	70,53	63	63	70	63	63
Benefício em Médio R\$	3.559,74	2.828	1.523	3.391	2.907	1.130
Pensionistas						
Números de pensões	1.518	113	182	1.593	115	192
Benefício Médio em R\$	1.375,33	883	1.345	1.208	788	1.027
População Total	6.281	2.480	6.168	6.469	2.595	6.547

SEGURO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS

	2013	2012
Hipóteses Econômicas		
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	11,98%	8,24%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,34%	3,20%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Taxa média de inflação anual	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,98%	8,24%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31 / 12 / 2013

	31/12/2013				
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	3.431.959	1.161.318	27.807	(55.980)	4.565.104
Custo de juros	282.814	95.606	2.291	(4.702)	376.009
Custo do serviço corrente	1.584	-	2.200	-	3.784
Benefícios pagos pelo plano	(245.805)	(22.669)	(4.023)	-	(272.497)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	(1.166.398)	(505.360)	389.380	55.500	(1.226.878)
Decorrentes de ajuste de experiência	(503.874)	(133.504)	565.229	54.640	(17.509)
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(662.524)	(371.856)	(175.849)	860	(1.209.369)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	2.304.154	728.895	417.655	(5.182)	3.445.522
ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.782.150	1.261.009	45.004	-	4.088.163
Receita de juros	229.228	103.994	3.708	-	336.930
Contribuições do patrocinador	8.549	2.293	10.725	-	21.567
Contribuições dos participantes	7.698	-	1.100	-	8.798
Benefícios pagos pelo plano	(248.805)	(22.669)	(4.023)	-	(275.497)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(610.276)	(232.929)	390.013	-	(453.192)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.171.544	1.111.699	446.527	-	3.729.770

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2012

	31/12/2012				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES					
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	2.663.799	775.266	1.283.933	82.887	4.805.885
Custo de juros	264.572	64.614	119.839	8.399	457.424
Custo do serviço corrente	501	8.091	74.209	1.247	84.048
Benefícios pagos pelo plano	(227.993)	(17.239)	(10.188)	-	(255.420)
Aquisição de quotas	-	-	248.370	-	248.370
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	731.080	330.586	-	(36.553)	1.025.113
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	3.431.959	1.161.318	1.716.163	55.980	6.365.420
ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.407.965	1.023.635	1.278.049	-	4.709.649
Receita de juros	233.820	102.373	129.488	-	465.681
Contribuições do patrocinador	6.428	1.974	62.525	-	70.927
Contribuições dos participantes	7.112	497	62.354	-	69.963
Benefícios pagos pelo plano	(227.993)	(17.239)	(10.188)	-	(255.420)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	354.819	149.768	-	-	504.587
Compensação de quotas	-	-	211.132	-	211.132
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.782.151	1.261.008	1.733.360	-	5.776.519

ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

Categorias de Ativo	31/12/2013			31/12/2012		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Disponível	998	34	53	465	140	182
Realizável	214.068	10.812	35.482	1.177	308	19.114
Títulos Públicos	1.267.430	602.772	876.594	1.675.240	737.845	953.742
Crédito de Depósitos Privados	21.340	9.535	4.246	-	-	-
Ações	18	8	9	257.561	111.154	121.863
Investimentos em Fundos	798.163	431.741	629.060	686.696	343.457	549.869
Investimentos imobiliários	21.563	-	2.688	38.786	89	2.754
Empréstimos e financiamentos	128.642	68.306	78.283	126.269	68.642	87.383
Outros Realizáveis	-	-	192	660	-	-
(-) Exigíveis Previdenciários	(25.743)	(5.797)	(22.906)	(4.703)	(627)	(1.548)
(-) Exigível Contingencial	(249.669)	-	-	-	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(5.266)	(5.713)	(4.534)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano	2.171.544	1.111.698	1.599.167	2.782.151	1.261.008	1.733.359

FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2013		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	239.672	30.481	31.080
De 1 ano a 2 anos:	234.185	34.104	31.144
De 2 anos a 5 anos:	668.465	124.007	93.572
Acima de 5 anos:	2.933.707	1.672.994	811.921
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	4.076.029	1.861.586	967.717

EFEITOS DE VARIAÇÃO NAS PREMISSAS ATUARIAIS SIGNIFICATIVAS

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano BD

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 41.161 (aumento de R\$ 42.567).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 60.183 (redução de R\$61.022).

Plano BS

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 20.937 (aumento de R\$ 21.930).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 9.792 (redução de R\$ 10.224).

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS EMPREGO

	BD	BS	CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2011	289.506	-	9.167	82.887	381.560
Custo dos Juros e do Serviço	23.732	(30.162)	27.435	9.646	30.651
Pagamentos	(139.004)	-	(65.361)	-	(204.365)
Ajuste atuarial	475.574	30.162	31.282	(36.553)	500.465
Saldo em 31/12/2012	649.808	-	2.523	55.980	708.311
Custo dos Juros e do Serviço	47.471	(8.388)	66.409	4.702	110.195
Pagamentos	(772)	-	(63.061)	-	(63.833)
Ajuste atuarial	(91.381)	8.388	(5.872)	(55.500)	(144.365)
Saldo em 31/12/2013	605.126	-	-	5.182	610.308

CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2013				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	1.584	-	135.756	-	137.340
Custo dos juros	53.586	(8.388)	(1.469)	4.702	48.431
Contribuição de participantes	(7.698)	-	(67.878)	-	(75.576)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	47.472	(8.388)	66.409	4.702	110.195

	Exercício de 2012				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	(7.019)	7.597	37.083	1.247	38.908
Custo dos juros	264.572	64.614	119.839	8.399	457.424
Retorno esperado dos ativos financeiros	(233.820)	(102.374)	(129.487)	-	(465.681)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	23.733	(30.163)	27.435	9.646	30.651

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	BD	BS	CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2011	(339.662)	(9.261)	(161.494)	(48.177)	(558.594)
Ganhos e perdas	(475.574)	(30.162)	(31.282)	36.553	(500.465)
Tributos Diferidos	205.835	10.850	38.516	(2.487)	252.714
Saldo em 31/12/2012	(609.401)	(28.573)	(154.260)	(14.111)	(806.345)
Ganhos e perdas	91.382	(8.388)	5.872	55.499	144.365
Tributos Diferidos	(27.837)	2.555	(1.789)	(16.906)	(43.977)
Saldo em 31/12/2013	(545.856)	(34.406)	(150.177)	24.482	(705.957)

PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Planos previdenciários	605.126	652.331
Seguro de vida	5.182	55.980
Total	610.308	708.311
Circulante	121.025	2.523
Não circulante	489.283	705.788

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 158.835 (R\$ 142.950, em 2012).

23 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Taxa de fiscalização da Aneel	964	1.753	1.788
Fachesf – contribuição normal	14.238	11.001	9.317
Aquisição de imóveis – acampamento	1.493	1.493	1.493
Convênio MME	4.210	4.210	4.210
Cauções em garantia	3.692	3.116	3.313
Acordo Chesf/Senai	1.223	855	759
Entidade seguradora	482	271	58
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	22.314	22.314
Compensação ambiental	-	-	13.640
Outros	2.198	6.548	6.063
	29.853	51.561	62.955
Não Circulante			
FGTS Conta-Empresa	4.185	4.058	3.926
Eletropar	1.456	1.456	1.456
Outros	-	1	-
	5.641	5.515	5.382
Total	35.494	57.076	68.337

24 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Provisão em 31/12/2012	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2013
Trabalhistas	127.521	61.367	(26.105)	162.783
Cíveis	1.250.244	77.567	(96.642)	1.231.169
Fiscais	10.920	-	-	10.920
Total	1.388.685	138.934	(122.747)	1.404.872

	Provisão em 01/01/2012	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2012
Trabalhistas	109.721	23.496	(5.696)	127.521
Cíveis	803.197	448.029	(982)	1.250.244
Fiscais	10.631	37	252	10.920
Total	923.549	471.562	(6.426)	1.388.685

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fatchesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

- 1.1)** A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram em paralelo reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

A Chesf e a União, no curso do processo – por questões incidentais – e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. Em torno do processo principal, o Supremo Tribunal Federal/STF não conheceu do recurso extraordinário, por ajuizar inexistir matéria diretamente constitucional na controvérsia. E o STJ, em agosto/2010, negou provimento ao recurso especial da Chesf (RESP 726.446), ensejando a apresentação pela Companhia de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento (em 31/12/2013, o respectivo acórdão ainda estava pendente de publicação e correspondente intimação às partes).

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal – e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado, por incompetência, à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés –, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída formalmente a apreciação da matéria nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, salvo (em 31/12/2013) quanto a questão incidental referente à condição processual da União – e que a Chesf sustenta ser inequivocamente sua assistente no processo, conforme defendido e sustentado pela mesma União –, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores – no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais): todos estes recursos, em 31/12/2013, ainda aguardavam encaminhamento do processo à Vice-Presidência do TJPE para apreciação de sua admissibilidade.

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito – processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação ainda no mesmo TJPE, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controvérte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste apelo de natureza extraordinária houve, originalmente, decisão monocrática do Ministro relator não conhecendo do recurso especial da Chesf, suscitando a apresentação de agravo regimental que, após julgamento iniciado em maio/2013, aguarda-se o retorno do processo após o pedido de vista do Ministro Og Fernandes para conclusão do julgado.

Em agosto/2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias – e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciais superiores antes referidos –, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife – PE no sentido de promover a execução provisória dos valores que, segundo seus próprios cálculos, corresponderia à atualização do montante a seu favor homologado pelo TJPE. Neste caso, a CHESF foi intimada ao pagamento dos correspondentes valores, mas apresentou “exceção de pré-executividade” (apontando, conforme autorizado pela jurisprudência do STJ, diversas irregularidades processuais que desautorizariam, desde logo – e sem prejuízo de outros tópicos específicos de impugnação aos próprios cálculos das rés, em face do pronunciado pelo TJPE –, o prosseguimento desta pretensão executória provisória): após manifestação de resposta das rés e réplica da Chesf, em 31/12/2013 o processo aguarda apreciação judicial em torno da referida “exceção”.

Considerando o andamento de todo o conjunto processual acima referido e todos os julgamentos aos recursos até então apresentados, a Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, manteve provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 786.515 para fazer face a eventuais perdas decorrentes desse assunto. Esta provisão corresponde, por um lado, aos pagamentos à época vencidos e não tempestivamente liquidados pela Companhia referidos ao Fator K (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996), e, por outro lado, ao montante liquidatório homologado pelo TJPE atualizado pelos critérios daquele mesmo julgado e ajustado pelas parcelas ainda controvertidas pela Chesf naquele mesmo feito, mediante o correspondente recurso especial anteriormente referido.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

1.2) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a interrupção da execução do processo principal. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000. Em 31/12/2013, estava a ação rescisória ainda pendente de julgamento.

1.3) Ação de indenização promovida por Indústrias Reunidas Raimundo da Fonte S/A (Vitivinícola Santa Maria S.A), Processo nº0028240-80.2002.8.17.0001 - 1ª VC/Recife-PE, em decorrência de inundação provocada pela enchente de 1992 do Rio São Francisco.

A sentença, transitada em julgado, determinou a liquidação provisória, remetendo para a perícia a definição dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Foi nomeado apenas um perito engenheiro agrônomo, o qual detinha competência para a apuração do dano emergente, mas não do lucro cessante. O laudo foi impugnado pela Chesf, que requereu ao juízo da 1ª Vara Cível que fosse realizada uma perícia contábil a fim de se chegar a um valor, ainda que aproximado, de lucros cessantes, considerando a atividade desenvolvida pela exequente. O requerimento foi indeferido, tendo sido oposto agravo de instrumento, que confirmou a decisão de indeferimento, recurso especial (que teve o seu processamento negado pelo TJPE) e Agravo em recurso especial (AREsp 377.209-PE), que, em 31/12/2013, ainda estava pendente de apreciação da admissibilidade por parte do Ministro relator. A Companhia possui provisão no valor de R\$ 57.651, para fazer face a eventual perda decorrente desse assunto, considerando que já foram pagos os danos emergentes e a discussão se restringe tão somente à imprestabilidade do laudo pericial para se discutir os lucros cessantes.

1.4) Ação de desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento - processo 0000538-66.2007.805.0245 - agora como parte Henrique Moraes do Nascimento,

cujo objeto da causa é a contestação do valor pago no processo. A Companhia mantém em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52.000.

- 2) A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

Contingências	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012 (Reclassificado)
Trabalhistas	84.300	63.986	53.852
Cíveis e fiscais	2.341.061	1.281.275	1.260.679
Total	2.425.361	1.345.261	1.314.531

- 2.1) Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adersivo. Atualmente, o processo encontra-se naquele Tribunal aguardando o julgamento desses recursos. De acordo com a avaliação dos procuradores judiciais da Companhia a expectativa de perda dessa ação está classificada como possível.

- 2.1.2) Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no pólo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2ª Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª VF/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que

inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo - Posição em 31/12/2013.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF – 1.ª Região. Em 31/03/2013 - TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. Recurso de Apelação da autora para o TRF1. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 110.000.

- 2.1.4)** Ação declaratória com pedido de indenização (Proc. nº 7125-2009/434-78.2009.8.06.0115) proposta pela Carbomil Química S.A. objetivando uma indenização em decorrência da instalação de linha de transmissão de energia elétrica na mina Lajedo do Mel, localizada nos municípios de Jaguaruana e Quixeré, no Ceará, e Baraúna, no Rio Grande do Norte. Foi realizada perícia e, em seguida, a Companhia elaborou o incidente processual, protocolizando uma exceção de incompetência, que veio a ser negada. O processo tem estimativa de perda possível no valor de R\$ 70.000. A ação julgada procedente, havendo a Chesf apresentado apelação em 30/09/2012. Foi proposta execução de honorários atribuídos pelo juiz da causa a incidente de incompetência relativa, tendo sido manejada pela Chesf objeção de pré-executividade, bem como mandado de segurança a fim de obstar o pagamento dessa verba. No Mandado de Segurança impetrado pela Chesf, decisão do TJCE determinou a anulação dos

atos praticados e a remessa dos autos à Justiça Federal. Todos os atos praticados pela Justiça Estadual foram anulados e o processo foi distribuído à 15ª Vara Federal do Ceará, sob o nº 0000033-04.2013.4.05.8101, passando a União Federal a figurar como litisconsorte passivo. Em 15/10/2013, o Juízo da 15ª VF/CE proferiu sentença favorável à Chesf em face da prescrição e condenou a Carbomil Química S.A. a pagar honorários advocatícios à ordem de 10% sobre o valor da causa. A autora da ação interpôs recurso de apelação cível, o qual foi respondido pela Chesf e aguarda-se que os autos sejam remetidos ao TRF 5ª Região para julgamento do recurso de apelação (31/12/2013).

2.1.5) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período (VMT), dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 07/11/2012 foi proferida decisão que negou seguimento ao Recurso Especial da Chesf. Contra essa decisão, a Chesf apresentou Recurso de Agravo Regimental, ao qual foi dado provimento tendo sido reconsiderada a decisão e se determinando o processamento do recurso especial. Em 11/10/2013 foi publicado acórdão dando provimento ao RESP, pronunciando-se, por unanimidade, a prescrição e decadência. Foram postos Embargos em 23/10/2013 pelo MPF, e em 31/12/2013, encontrava-se pendente de julgamento.

2.1.6) Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª VF-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 598.500. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de recursos RESP e RE pela Hidroservice. Em 31/12/2013, aguardava-se intimação da Chesf para contrarrazões aos recursos.

3) Com **risco de perda remoto** destaca-se a seguinte ação:

3.1) Apesar de ser considerada pelos administradores e procuradores jurídicos da Companhia como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior,

afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARES 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sérgio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento dos agravos. O processo encontra-se aguardando julgamento do STJ.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

25 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

A Companhia realizou, em 31/12/2013, teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos superiores aos custos necessários para satisfazerem suas obrigações.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	31/12/2013	31/12/2012
Camaçari	267.117	357.043
Itaparica	863.146	1.018.534
Jirau	303.988	711.375
Complexo Paulo Afonso	-	34.107
Contrato de transmissão nº 061/2001	-	84.139
Compra de energia	-	98.358
	1.434.251	2.303.556

Nos contratos acima, foram adotadas as premissas estabelecidas para as empresas do Sistema Eletrobras, tal como o preço de R\$ 109,78 (cento e nove reais setenta e oito centavos), que representa o valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio dos últimos 10 anos atualizado pelo IPCA, para venda de energia descontratada.

26 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

26.1 – Compra de energia

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

	2014/2015	2016/2017	2018/2019	A partir de 2019 (pagamento remanescente)
Sistema Eletrobras	438.000	-	-	-
Outros	3.887.676	3.291.184	3.286.682	14.931.215
Preço médio (R\$)	148,25	146,43	136,24	155,45

26.2 – Venda de energia

	2014/2015	2016/2017	2018/2019	A partir de 2019 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	12.807.958	2.078.964	-	-
Preço médio (R\$)	112,66	192,17	-	-

27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2012), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

- **Reservas de Capital**

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199	4.916.199

- **Outros Resultados Abrangentes**

A Companhia reconheceu neste exercício em seu patrimônio líquido de forma reflexa, pelo método da equivalência patrimonial, ajustes em Outros resultados abrangentes decorrentes de perda no resultado de operações de *hedge* de fluxo de caixa efetivo registrados no patrimônio líquido da sua controlada em conjunto ESBR Participações S.A., proporcionalmente à participação nessa empresa no valor de R\$ 133 (ganho de R\$ 231, em 2012).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 100.389 (perda de R\$ 247.752, em 2012).

- **Prejuízos acumulados**

De acordo com a legislação societária o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem, permanecendo seu saldo na conta de prejuízos acumulados para compensação de resultados positivos futuros antes de qualquer participação.

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com um prejuízo acumulado de R\$ 2.658.880.

- **Remuneração aos acionistas**

A companhia apurou no exercício encerrado em 31/12/2013 um prejuízo de R\$ 466.066. Consequentemente no exercício, não foi proposta a distribuição de dividendos conforme preceitua a legislação societária.

28 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
GERAÇÃO		
Fornecimento de energia elétrica	830.276	844.474
Operação e manutenção de usinas e suprimento	1.641.544	3.623.076
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	672.780	629.676
Receita de construção	69.707	-
TRANSMISSÃO		
Operação e manutenção do sistema de transmissão	642.797	604.911
Receita de construção	869.883	603.420
Receita financeira	44.390	684.098
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	16.057	11.749
	<u>4.787.434</u>	<u>7.001.404</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Encargos setoriais		
Reserva Global de Reversão – RGR	(41.923)	(174.560)
Pesquisa e Desenvolvimento	(31.693)	(56.442)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC	(5.187)	(93.581)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(6.343)	(18.737)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(141.999)	-
Proinfa	(50.961)	(46.580)
ICMS sobre energia elétrica	(105.700)	(108.351)
ISS	(799)	(730)
PIS/Pasep	(53.754)	(89.772)
Cofins	(250.592)	(416.623)
	<u>(688.951)</u>	<u>(1.005.376)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>4.098.483</u>	<u>5.996.028</u>

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

A partir deste exercício, com a Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

29 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 316.721 (R\$ 664.033, em 2012) com a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Reserva Global de Reversão – RGR	41.923	174.560
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	31.693	56.442
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	5.187	93.581
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.343	18.737
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	50.961	46.580
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	16.303	21.119
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	161.503	240.074
Encargo de Energia de Reserva – EER	2.808	12.940
Total	316.721	664.033

30 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	31/12/2013			31/12/2012
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	682.356	-	682.356	19.058
Encargos de uso da rede de transmissão	796.324	-	796.324	867.885
Custo de construção	939.590	-	939.590	603.420
Pessoal	321.299	1.200.521	1.521.820	852.540
Material	10.241	14.788	25.029	26.782
Combustíveis para a produção de energia	730.443	-	730.443	2.522
Serviço de terceiros	74.042	103.575	177.617	192.444
Depreciação e amortização	37.702	66.943	104.645	408.878
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	19.504	-	19.504	240.074
Contrato oneroso (Provisão/Reversão)	(869.305)	-	(869.305)	711.375
Benefícios pós-emprego	-	110.199	110.199	30.651
Arrendamentos e aluguéis	5.437	10.729	16.166	21.014
Tributos	223	4.486	4.709	4.988
Provisões para contingências	-	40.613	40.613	209.193
Provisão (reversão de provisão) para créditos de liquidação duvidosa	-	43.370	43.370	81.287
Perdas com clientes	-	9.794	9.794	26.591
Provisões para perdas na realização de investimentos	-	246.915	246.915	-
Outras provisões (reversões) operacionais	-	97.546	97.546	106.461
Outros	(36.599)	648.230	611.631	57.720
Total	2.711.257	2.597.709	5.308.966	4.462.883

Neste exercício as principais variações ocorridas nos custos e despesas operacionais da Companhia foram nas rubricas de pessoal, decorrente do registro de provisão para fazer face aos gastos com o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV (nota 21), e de compra de combustível para produção de energia elétrica, em função do despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para operação da Usina Termelétrica Camaçari.

31 – RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas Financeiras		
Resultado de aplicações financeiras	16.782	114.537
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	56.765	65.608
Outras variações monetárias ativas	855	1.632
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	342.671	203.231
Outras receitas financeiras	61.114	38.263
PIS/Pasep e Cofins	(636)	(55.232)
	477.551	368.039
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(40.241)	(40.276)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(623)	(550)
Outras variações monetárias passivas	(299)	(816)
Juros sobre remuneração aos acionistas	-	(70.144)
Outras despesas financeiras	(20.141)	(39.992)
	(61.304)	(151.778)
	416.247	216.261

32 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão, o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido referentes aos anos de 2011 a 2020.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Nos exercícios de 2012 e 2013, a empresa não usufruiu do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda, em virtude de não ter obtido lucro fiscal.

33 – PREJUÍZO POR AÇÃO

a) Prejuízo Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico						
Numerador						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(451.443)	(14.623)	(466.066)	(5.173.730)	(167.582)	(5.341.312)
Denominador						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Prejuízo básico por ação em R\$	(8,34)	(8,34)	(8,34)	(95,54)	(95,54)	(95,54)

b) Prejuízo Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da quantidade média ponderada de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados. A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para o resultado apurado no exercício de 2013.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Diluído						
Numerador						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(451.443)	(14.623)	(466.066)	(5.173.730)	(167.582)	(5.341.312)
Denominador						
Quantidade com a conversão pressuposta	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Prejuízo diluído por ação em R\$	(8,34)	(8,34)	(8,34)	(95,54)	(95,54)	(95,54)

34 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2013			31/12/2012		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	1.339	-	-	1.813	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	55.113	-	-	128.673	-
	Contas a pagar	-	542	-	-	430	-
	Despesa financeira	-	-	(5.235)	-	-	(8.650)
	Atualização de dividendos	-	-	-	-	-	(69.969)
		1.339	55.655	(5.235)	1.813	129.103	(78.619)
Fumas	Clientes	2.650	-	-	4.865	-	-
	Contas a receber	42	-	-	14	-	-
	Fornecedores	-	6.206	-	-	14.473	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	3.796
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(64.503)	-	-	(134.256)
	Atualização de dividendos	-	-	-	-	-	(1)
		2.692	6.206	(64.503)	4.879	14.473	(130.461)
Eletrosul	Clientes	50	-	-	72	-	-
	Contas a receber	64	-	-	55	-	-
	Fornecedores	-	6.540	-	-	7.689	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(62.012)	-	-	(71.119)
		114	6.540	(62.012)	127	7.689	(71.119)
Eletronorte	Clientes	3.776	-	-	7.577	-	-
	Fornecedores	-	48.259	-	-	8.902	-
	Contas a receber	6	-	-	18	-	-
	Energia comprada	-	-	(536.550)	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(28.151)	-	-	(81.420)
		3.782	48.259	(564.701)	7.595	8.902	(81.420)
Eletronuclear	Clientes	391	-	-	620	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	11	-
		391	-	-	620	11	-
CGTEE	Clientes	180	-	-	68.833	-	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	97.303
		180	-	-	68.833	-	97.303
Eletrôpar	Contas a receber	14.693	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	(13.237)	-	-	(13.237)	-	-
	Adiantamento a fornecedores	5.279	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	1.456	-	-	1.456	-
		6.735	1.456	-	6.735	1.456	-
Ceal	Clientes	29.703	-	-	31.487	-	-
	Contas a receber	42	-	-	27	-	-
	Contas a pagar	-	83	-	-	75	-
	Suprimento de energia	-	-	25.694	-	-	67.117
		29.745	83	25.694	31.514	75	67.117
Fachesf	Fornecedores	-	302	-	-	2.160	-
	Contribuição normal	-	14.238	-	-	11.001	-
	Contratos atuariais	-	-	-	-	2.523	-
	Despesa financeira	-	-	(60)	-	-	(31.363)
	Despesas operacionais	-	-	(17.732)	-	-	(18.581)
	Despesas atuariais	-	-	(110.199)	-	-	(30.651)
		-	14.540	(127.991)	-	15.684	(80.595)

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2013			31/12/2012		31/12/2012
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Celg - D	Clientes	3.800	-	-	14.799	-	-
	Suprimento de energia	-	-	41.849	-	-	86.163
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.382)	-	-	(2.340)
		3.800	-	40.467	14.799	-	83.823
Cepisa	Clientes	3.744	-	-	8.151	-	-
	Suprimento de energia	-	-	27.610	-	-	48.332
		3.744	-	27.610	8.151	-	48.332
STN	Contas a receber	191	-	-	177	-	-
	Partic. societária permanente	195.154	-	-	188.861	-	-
	Fornecedores	-	1.439	-	-	1.226	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.297	-	-	2.134
	Receita financeira (JCP)	-	-	1.519	-	-	7.494
	Juros s/ capital próprio (JCP)	1.292	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	38.082	-	-	17.615
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(14.740)	-	-	(11.321)
		196.637	1.439	27.158	189.038	1.226	15.922
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	38.152	-	-	35.646	-	-
	Fornecedores	-	1.108	-	-	924	-
	Receitas financeiras (JCP)	-	-	720	-	-	-
	Dividendos	722	-	-	762	-	-
	Juros s/ capital próprio (JCP)	612	-	-	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(11.347)	-	-	(8.696)
	Equivalência patrimonial	-	-	3.660	-	-	4.107
		39.486	1.108	(6.967)	36.408	924	(4.589)
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	92.842	-	-	86.707	-	-
	Clientes	131	-	-	242	-	-
	Dividendos	3.379	-	-	3.090	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	13.521	-	-	14.524
		96.352	-	13.521	90.039	-	14.524
ESBR Participações S.A.	Partic. societária permanente	1.376.070	-	-	939.825	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(38.888)	-	-	(4.352)
	Outros resultados abrangentes	-	133	-	-	(231)	-
		1.376.070	133	(38.888)	939.825	(231)	(4.352)
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	371.044	-	-	274.366	-	-
	Fornecedores	-	1.624	-	-	-	-
	Dividendos	7.556	-	-	-	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	1.981	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	34.409	-	-	26.868
		378.600	1.624	36.390	274.366	-	26.868
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	207.038	-	-	187.758	-	-
	AFAC	13.650	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	10.882	-	-	(5.452)
		220.688	-	10.882	187.758	-	(5.452)
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	3.533	-	-	15.410	-	-
	Dividendos	9.377	-	-	2.970	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	479	-	-	3.556
		12.910	-	479	18.380	-	3.556
TDG	Partic. societária permanente	49.829	-	-	45.183	-	-
	Contas a pagar	-	125	-	-	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	57	-	-	875
	AFAC	86.000	-	-	-	-	-
	Dividendos	2.152	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	6.798	-	-	(4.352)
		137.981	125	6.855	45.183	-	(3.477)

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2013			31/12/2012		31/12/2012
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Norte Energia S.A.	Partic. societária permanente	631.824	-	-	409.824	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	274
	Equivalência patrimonial	-	-	(6.000)	-	-	(5.848)
		631.824	-	(6.000)	409.824	-	(5.574)
Ceron	Clientes	840	-	-	145	-	-
	Suprimento de energia	-	-	3.835	-	-	-
		840	-	3.835	145	-	-
Eletoacre	Clientes	284	-	-	319	-	-
	Suprimento de energia	-	-	3.793	-	-	3.328
		284	-	3.793	319	-	3.328
Sete Gameleiras	Clientes	5	-	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	15	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	25	-	-	56
	Partic. societária permanente	20.243	-	-	19.810	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(743)	-	-	(88)
		20.248	-	(718)	19.825	-	(32)
São Pedro	Clientes	5	-	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	15	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	25	-	-	56
	Partic. societária permanente	15.118	-	-	14.098	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(58)	-	-	(117)
		15.123	-	(33)	14.113	-	(61)
Pedra Branca	Clientes	5	-	-	-	-	-
	Contas a receber	25	-	-	15	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	329	-	-	56
	Partic. societária permanente	14.096	-	-	13.504	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(735)	-	-	(118)
		14.126	-	(406)	13.519	-	(62)
Cepel	Despesas operacionais	-	-	(10.924)	-	-	(13.921)
		-	-	(10.924)	-	-	(13.921)
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	98.659	-	-	14.956	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	2.853	-	-	255
		98.659	-	2.853	14.956	-	255
Junco I	Partic. societária permanente	5.193	-	-	106	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(148)	-	-	(38)
		5.193	-	(148)	106	-	(38)
Junco II	Partic. societária permanente	5.285	-	-	111	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(61)	-	-	(33)
		5.285	-	(61)	111	-	(33)
Caiçara I	Partic. societária permanente	5.280	-	-	114	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(69)	-	-	(30)
		5.280	-	(69)	114	-	(30)
Caiçara II	Partic. societária permanente	3.399	-	-	67	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(56)	-	-	(29)
		3.399	-	(56)	67	-	(29)
Extemoz	Partic. societária permanente	1.505	-	-	53	-	-
	AFAC	178.150	-	-	34.525	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	1.452	-	-	53
		179.655	-	1.452	34.578	-	53

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2013			31/12/2012		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Ventos de Santa Joana IX	Partic. societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana X	Partic. societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XI	Partic. societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XII	Partic. societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XIII	Partic. societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XV	Partic. societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana XVI	Partic. societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
Amazonas Distribuidora	Contas a pagar	-	59	-	-	-	-
		-	59	-	-	-	-

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

Eletrobras

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 19;
- Remuneração pelo capital investido;

Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletronorte

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Contratos de compra de energia.

Eletronuclear

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

CGTEE

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Eletropar

- Contratos celebrados para prestação de serviços;

Ceal

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Fachesf

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Contrato de aluguel dos prédios sede e anexo da Companhia;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

Celg – D

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Cepisa

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Integração Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Energética Águas da Pedra S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

ESBR Participações S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contrato celebrado para prestação de serviços.

Manaus Construtora Ltda.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Norte Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

Sete Gameleiras

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

São Pedro do Lago

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Pedra Branca S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Cepel

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Usina Energia Eólica Junco I S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Usina Energia Eólica Junco II S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Usina Energia Eólica Caçara I S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Usina Energia Eólica Caçara II S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Ventos de Santa Joana IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI Energias Renováveis S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

- Empregados requisitados.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.
- Baraúnas I Energética S.A.
- Mussambê Energética S.A.
- Morro Branco I Energética S.A.

- Acauã Energia S.A.
- Angical 2 Energia S.A.
- Arapapá Energia S.A.
- Caititú 2 Energia S.A.
- Caititú 3 Energia S.A.
- Carcará Energia S.A.
- Corrupião 3 Energia S.A.
- Teiú 2 Energia S.A.
- Consórcio Energético SINOP
- Consórcio Ventos de Santa Joana – Expansão
- Consórcio Serra das Vacas
- Consórcio GPEXPAN – Expansão I
- Consórcio Banda de Couro
- Consórcio Baraúnas II
- Consórcio GPEXPAN – Expansão II

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2013 está demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	2.860	2.762
Encargos Sociais	751	668
Benefícios	549	456
	4.160	3.886

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

35 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

35.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos financeiros			
Empréstimos e recebíveis			
Clientes	312.876	754.381	745.277
Ativo financeiro – concessão de serviço público	2.719.907	2.676.728	6.071.981
AFAC	277.800	34.525	-
Adiantamento consórcio - Futuras SPE'S	33.226	-	-
Mantidos até o vencimento			
Títulos e valores mobiliários	8.263	8.232	8.541
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	2.709.735	7.456.516	-
Cauções e depósitos vinculados	150.819	41.152	38.858
Mensurados a valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	1.967.283	225.094	914.071
Total Ativos financeiros	8.179.909	11.196.628	7.778.728
Passivos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado			
Financiamentos e empréstimos	852.011	469.104	791.848
Fornecedores	444.526	321.729	370.788
AFAC	-	-	1.293.000
Total Passivos financeiros	1.296.537	790.833	2.455.636

35.1.1 - Ativos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- Caixa e equivalentes de caixa**

São classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Clientes**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Ativo Financeiro – Concessões de serviço público**

Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços da concessão e o menor entre o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão e o valor novo de reposição.

- Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional – NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registradas pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustadas ao valor provável de realização, quando aplicável.

35.1.2 - Passivos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Fornecedores**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- **Financiamentos e empréstimos**

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2013. Destacam-se: o empréstimo obtido junto ao Banco do Brasil, que representa 58,9% do total dos financiamentos e empréstimos, destinado exclusivamente a provisão de fundos da conta corrente de depósitos; e os contratos com nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 6,5% do total dos financiamentos e empréstimos, dos quais 79,6% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 5,0% ao ano, e taxa de administração de 2,0%. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

35.2- GESTÃO DE RISCO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos			
Selic	-	-	914.071
IPCA	3.520.625	7.507.389	-
Total	3.520.625	7.507.389	914.071
Passivos			
IPCA	429	496	536
Passivo líquido exposto	(3.520.196)	(7.506.893)	(913.535)

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

- **Risco de liquidez**

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	444.526	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	80.412	199.623	577.945	71.373
Obrigações estimadas	102.167	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	321.729	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	91.339	87.911	238.910	137.970
Obrigações estimadas	134.787	-	-	-
Em 01 de janeiro de 2012				
Fornecedores	370.788	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	336.680	133.348	173.262	123.507
Obrigações estimadas	126.443	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.293.000	-	-	-

35.3 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Financiamentos e empréstimos	852.011	469.104	791.848
Fornecedores	444.526	321.729	370.788
(-)Caixa e equivalentes de caixa	841.111	94.745	268.638
Dívida líquida	455.426	696.088	893.998
Patrimônio líquido	11.305.915	11.671.459	16.818.638
Total do capital	11.761.341	12.367.547	17.712.636
Índice de alavancagem financeira	3,9%	5,6%	5,0%

35.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	1.975.546	-	-	1.975.546
Aplicações financeiras	695.133	-	-	695.133
Total	2.670.679	-	-	2.670.679
31/12/2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	233.326	-	-	233.326
Aplicações financeiras	65.647	-	-	65.647
Total	298.973	-	-	298.973
01/01/2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	922.612	-	-	922.612
Aplicações financeiras	265.332	-	-	265.332
Total	1.187.944	-	-	1.187.944

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

35.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Depreciação dos índices

	Saldo em 31/12/2013	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Ativos							
IPCA	3.520.625	6,00	4,50	3,00	3.731.863	3.679.053	3.626.244
Passivos							
IPCA	429	6,00	4,50	3,00	455	448	442
Efeito líquido	3.520.196				3.731.408	3.678.605	3.625.802

Apreciação dos índices

	Saldo em 31/12/2013	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Ativos							
IPCA	3.520.625	6,00	7,50	9,00	3.731.863	3.784.672	3.837.481
Passivos							
IPCA	429	6,00	7,50	9,00	455	461	468
Efeito líquido	3.520.196				3.731.408	3.784.211	3.837.014

36 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.657.005	1.441.478	4.098.483	4.372.731	1.623.297	5.996.028
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(682.356)	-	(682.356)	(19.058)	-	(19.058)
Encargos de uso da rede de transmissão	(796.324)	-	(796.324)	(867.885)	-	(867.885)
Custo de operação						
Pessoal	(91.112)	(228.884)	(319.996)	(88.851)	(233.959)	(322.810)
Material	(3.853)	(6.387)	(10.240)	(5.144)	(8.061)	(13.205)
Combustíveis para a produção de energia	(730.443)	-	(730.443)	(2.522)	-	(2.522)
Serviço de terceiros	(21.060)	(52.978)	(74.038)	(17.392)	(54.480)	(71.872)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(19.504)	-	(19.504)	(240.074)	-	(240.074)
Depreciação e amortização	(37.702)	-	(37.702)	(339.815)	-	(339.815)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(8.980)	(7.323)	(16.303)	(12.524)	(8.595)	(21.119)
Contrato Oneroso (Provisão/Reversão)	785.166	84.139	869.305	(711.375)	-	(711.375)
Outras	48.315	(1.073)	47.242	40.463	(6.402)	34.061
	(1.557.853)	(212.506)	(1.770.359)	(2.264.177)	(311.497)	(2.575.674)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	-	(1.308)	(1.308)	-	(5.371)	(5.371)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(69.707)	(869.883)	(939.590)	-	(603.420)	(603.420)
LUCRO BRUTO	1.029.445	357.781	1.387.226	2.108.554	703.009	2.811.563
DESPESAS OPERACIONAIS	(527.790)	(2.069.919)	(2.597.709)	(453.247)	(825.171)	(1.278.418)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	501.655	(1.712.138)	(1.210.483)	1.655.307	(122.162)	1.533.145
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	13.521	98.615	112.136	14.524	52.454	66.978
Perdas em equivalência patrimonial	(46.758)	-	(46.758)	(10.653)	(9.804)	(20.457)
	(33.237)	98.615	65.378	3.871	42.650	46.521
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Resultado de aplicações financeiras	(8.752)	25.534	16.782	84.270	30.267	114.537
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	47.049	9.716	56.765	58.567	7.041	65.608
Outras variações monetárias ativas	245	610	855	420	1.212	1.632
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	264.053	78.618	342.671	171.485	31.746	203.231
Outras receitas financeiras	27.675	33.439	61.114	17.712	20.551	38.263
PIS/Pasep e Cofins	(371)	(265)	(636)	(43.446)	(11.786)	(55.232)
Encargos de dívidas	(3.843)	(36.398)	(40.241)	(6.519)	(33.757)	(40.276)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(1)	(622)	(623)	-	(550)	(550)
Outras variações monetárias passivas	(164)	(135)	(299)	(222)	(594)	(816)
Outras despesas financeiras	(13.905)	(6.236)	(20.141)	(90.889)	(19.247)	(110.136)
	311.986	104.261	416.247	191.378	24.883	216.261
Resultado Operacional antes da Lei nº 12.783/2013	780.404	(1.509.262)	(728.858)	1.850.556	(54.629)	1.795.927
Efeitos da Lei nº 12.783/2013	-	-	-	(5.999.682)	(2.245.560)	(8.245.242)
Resultado Operacional	780.404	(1.509.262)	(728.858)	(4.149.126)	(2.300.189)	(6.449.315)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(250.395)	513.187	262.792	872.020	235.983	1.108.003
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	530.009	(996.075)	(466.066)	(3.277.106)	(2.064.206)	(5.341.312)
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	9,48	(17,82)	(8,34)	(58,62)	(36,92)	(95,54)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (R\$)	9,48	(17,82)	(8,34)	(58,62)	(36,92)	(95,54)

37 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2013, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<u>Apólices</u>	<u>Importâncias Seguradas</u>	<u>Prêmios Anuais</u>
- Riscos Nomeados:		
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	4.222.476	8.942
- Riscos aeronáuticos	38.118	420
- Transporte	173.680	177
	4.434.274	9.539

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 9.637 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 2.664 para responsabilidade civil e R\$ 25.817 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas e com importâncias seguradas averbadas até 31/12/2013.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

38 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA

Nos termos da Instrução Contábil nº 6.3.13, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia mantém, em registros auxiliares, bens e direitos da União em regime especial de utilização, segregados por atividade, no montante de R\$ 68.465 (custo corrigido), conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2013				31/12/2012				01/01/2012			
	Geração		Transmissão		Geração		Transmissão		Geração		Transmissão	
	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Barragem da UHE Castelo Branco	1	56.858	(55.721)	1.137	-	-	-	-	2.274	-	3.412	-
Terrenos	10	2.958	-	2.958	4	223	-	223	2.958	223	2.958	223
Edificações	223	1.688	(1.688)	-	2	13	(13)	-	-	-	-	-
Reassentamento da UHE Itaparica	1	5.201	(3.127)	2.074	-	-	-	-	2.282	-	2.490	-
Aeroporto de Guadalupe - PI	1	926	(926)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estrada de acesso à UHE Castelo Branco	1	508	(508)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	3	90	(90)	-	-	-	-	-
Total	237	68.139	(61.970)	6.169	9	326	(103)	223	7.514	223	8.860	223

39 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2013 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 46.370,53 e R\$ 1.361,53, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 38.759,22. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

40 – MEIO AMBIENTE

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2013			31/12/2012
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	7.280	3.001	10.281	8.029
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	477	1.955	2.432	2.733
Educação ambiental para a comunidade	16	1.135	1.151	1.552
Outros projetos ambientais	1.318	980	2.298	5.894
Total	9.091	7.071	16.162	18.208

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 51.462, com previsão de desembolso de R\$ 28.229 para o exercício de 2014 e R\$ 23.233 a partir de 2015.

41 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2013	31/12/2012
Empregados treinados	3.724	4.320
Homem/hora treinados	220.264	363.698
Média/hora treinamento	40	65
Índice de empregados treinados (%)	68	77
Força de trabalho treinada (%)	2	3,32
Investimento total (R\$ mil)	3.390	6.707
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	619	1.198

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Casado de Araújo
Presidente

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Conselheiro

Marcelo Bruto da Costa Correia
Conselheiro

Altino Ventura Filho
Conselheiro

Virgínia Parente de Barros
Conselheira

Iranilton Leal dos Santos
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Conselheiro

Marcelo Cruz
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Diretor-Presidente

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Administrativo e Econômico-Financeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

Denilson Veronese da Costa
Superintendente
CRC-PB-004638/O-7 “S” PE – Contador

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega à ANEEL que terá 150 dias para se manifestar.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, a Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, estabeleceu que as empresas deveriam se manifestar sobre o interesse em receber a indenização até 31 de dezembro de 2013, e a partir da manifestação, estas possuem 180 dias para submeter à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. A Companhia se manifestou dentro do prazo estabelecido pela ANEEL.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2.3, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos**Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP15070/O-3 "S" PE

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" PE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 28 de fevereiro de 2014, homologada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2014, analisou o **Relatório da Administração**, relativo ao Exercício de 2013, e, assistido pelo Superintendente de Execução e Controle Econômico-Financeiro da Companhia, Denilson Veronese da Costa e pelos Representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, analisou as **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 26 de março de 2014, que contém dois parágrafos de ênfase, intitulados: “Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais” e “Impactos da Lei 12.783/2013”.

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício de 2013, um prejuízo de R\$466,1 milhões, não foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos, sendo o referido valor registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e manifesta-se favorável à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Brasília, 26 de março de 2014.

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Antonio de Pádua Ferreira Passos
Conselheiro

Marcelo Cruz
Conselheiro